

TEXTUALIDADES MIDIÁTICAS

ORGANIZAÇÃO

Bruno Leal

Carlos Alberto Carvalho

Geane Alzamora

{ OLHARES
TRANSVERSAIS



PPGCOM • UFMG

ORGANIZAÇÃO

Bruno Leal, Carlos Alberto Carvalho, Geane Alzamora

Textualidades midiáticas

1ª EDIÇÃO

2018

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas



PPGCOM • UFME

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitor: Jaime Ramirez
Vice-Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Orestes Diniz Neto
Vice-Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenador: Carlos Magno Camargos Mendonça
Sub-Coordenadora: Geane Alzamora

SELO EDITORIAL PPGCOM

Ângela Cristina Salgueiro Marques
Bruno Guimarães Martins

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Kati Caetano (UTP)
Benjamim Picado (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Cezar Migliorin (UFF)	Marcel Vieira (UFPB)
Elisabeth Duarte (UFSM)	Mariana Baltar (UFF)
Eneus Trindade (USP)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fátima Regis (UERJ)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)
Jorge Cardoso (UFRB UFBA)	

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

T355 Textualidades midiáticas / Organizadores Bruno Leal, Carlos Alberto Carvalho, Geane Alzamora. – Belo Horizonte: PPGCom/UFMG, 2018. 172 p. (Olhares Transversais)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-54944-01-8

Formado PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web

1. Comunicação de massa. I. Leal, Bruno. II. Carvalho, Carlos Alberto. III. Alzamora, Geane.

CDD-302.23

Elaborada pela eDOC BRASIL por Maurício Amormino Júnior

© PPGCOM UFMG, 2018.

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins (Coord.)
Ana Cláudia Maiolini
Bruno Menezes A. Guimarães
Olívia Binotto

DIAGRAMAÇÃO

Helena Antunes de Araújo

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

| SUMÁRIO

Prólogo	9
GONZALO ABRIL (Universidade Complutense de Madri)	
Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha conde investigação	17
BRUNO SOUZA LEAL	
Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação	35
ELTON ANTUNES, CARLOS JÁUREGUI, RENNAN MAFRA	
Mídia e dispositivo: uma aproximação	59
GEANE ALZAMORA, JOANA ZILLER, CARLOS D'ANDREA	
Com a mídia, sem a mídia, contra a mídia: reflexões sobre o processo de midiatização e o midiacentrismo	83
CARLOS ALBERTO DE CARVALHO	
Ver a elas: mulheres trans e as dimensões políticas da cultura visual	103
CARLOS CAMARGOS MENDONÇA E BRUNO SOUZA LEAL	

Sobre textos visuais, som e imagem: novas paragens sobre as paisagens textuais	113
PAULO BERNARDO FERREIRA VAZ E GRAZIELA MELLO VIANA	
De quem é o texto?	131
CARLOS FALCI	
Considerando a materialidade dos meios: três formas de ler (e escrever) histórias na perspectiva da comunicação	153
BRUNO GUIMARÃES MARTINS E NÍSIO TEIXEIRA	
Sobre os autores	169

Este livro é a versão em português da coletânea “Textualidades Mediáticas”, lançada originalmente em espanhol pela Editora UOC, de Barcelona.

Prólogo¹

Gonzalo Abril

Tradução: Carlos Mendonça

Revisão: Bruno Souza Leal

No livro “*Por una sociología de la vida cotidiana*” (1994), Jesús Ibáñez comentou um possível deslocamento a partir de um domínio simbólico implícito no étimo “*reg-*” a outro verbalizado no vocábulo “*teg-*”:

“Com as variações do radical ‘*reg-*’ se constituem termos que denotam a circulação em linha reta e à direita por esse labirinto (os movimentos governados por razões masculinas e falocêntricas): rei, regência, regime, regular, direito, regra, dirigir, corrigir, reitor... Mas antes de poder regular a circulação através da rede, foi preciso construir a rede: com as variações do radical ‘*teg*’ são construídos termos que denotam a construção desse labirinto (por ‘*razão*’ mitológica feminina): tegumento, teto, tela ou tecido ou toga, texto (tudo o que protege)” (IBÁÑEZ. 1994: 103-4).

1. Optou-se, na tradução deste prólogo, por manter a menção à edição espanhola dos textos referidos, sejam eles traduções de outros idiomas ou escritos diretamente em castelhano, de modo a respeitar a leitura e interpretação ao autor. As citações, todas de textos originais em espanhol, foram traduzidas para melhor compreensão dos leitores de língua portuguesa (Nota dos Tradutores)

Como pode ser visto, o deslocamento tem conotações sociológicas, morais e políticas, nada carente de espírito utópico, que transbordam o campo dos estudos textuais. Mas tenho o prazer de prestar homenagem ao mais sábio entre os sociólogos espanhóis da segunda metade do século XX, alinhando minhas palavras na direção do horizonte dessa oscilação antropológica que ele vislumbrou.

Pode-se falar de um “giro textual” (da ordem “teg-”) nos estudos midiáticos e pode-se afirmar também que a adoção desta perspectiva continua pontuando um desafio para o paradigma dominante nesse campo de pesquisa. Embora o conceito kuhniiano de “paradigma” talvez seja desproporcional para se referir a um impreciso *mainstream* acadêmico, regido pelos índices de impacto, a tirania dos JCR, o utilitarismo dos patrocínios corporativos, a tecnofilia interessada e, em geral, pela estreita mentalidade e a mediocridade intelectual. Apenas a contracorrente, em um ambiente de produção científica, permite emergir jovens pesquisadoras e pesquisadores críticos que não sucumbiram às armadilhas dos sistemas, tais como aquelas que promovem a “inovação” em vez da mudança e da criação, a “competitividade” em vez de interesse comum e da cooperação; a “qualidade”, paradoxalmente mensurável e quantitativa, contra o rigor intelectual e moral que durante séculos foi o ideal regulador das práticas acadêmicas, independentemente de seus efetivos vícios e abusos. Temo que, na sua atual conformação normativa, muitas faculdades de Comunicação esqueceram a “ação criativa, que representa, em muitos aspectos, os desafios de viver em um mundo aberto, múltiplo e em mudança”, como Bruno Leal e Carlos Mendonça escrevem algumas páginas mais adiante.

Na universidade espanhola, especialmente fraca no campo midiológico, apenas se supera o quadro teórico da noção anticientífica de “mensagem”, mas há departamentos, cursos e revistas acadêmicas que ainda afirmam seriamente ocupar-se da “mensagem informativa”, não dos textos informativos. Além disso, os conceitos próprios do giro textual continuam a entrar em conflito com um “senso comum” profissional e acadêmico que, na melhor das hipóteses, compreende os discursos como meros “relatos”. Em seu uso pós-moderno, a noção de *relato* serve para cobrir o mesmo campo nocional

da rançosa *mensagem*: fala-se assim de relatos jornalísticos, informativos, políticos etc. Para além do caso da “mensagem”, parece tratar-se de enunciados sem enunciação e contexto de enunciação, de indefinidos objetos transmissíveis que não comprometem e nem responsabilizam a sujeito algum, que conformam uma esfera pública impossível feita de “narrativas” – assim, em um anglicismo cru e duro, dispersas, desconectadas, ocasionais, mais próximos de sussurros ou fofocas de bairro do que de um tecido – sim, este é o núcleo etimológico do “texto”-, complexo, heterogêneo e móvel. Nem os relatos dispersos nem as categorias temáticas inventadas pelas antigas agendas midiáticas (economia, política, sociedade, cultura...) parecem determinadas por “poder arquivístico” algum (no sentido derridiano), por sistemas de enunciabilidade, por quaisquer tipo de instâncias articuladoras.

E, no entanto, deveria ser desnecessário repetir, os meios, sejam eles aparatos tradicionais de difusão ou sistemas descentralizados como as atuais redes sociais, são “dispositivos” e, como tais, constituem “máquinas para fazer ver e fazer falar”, segundo a certa tipificação de Deleuze, e, por isso, determinam os cenários da interação, dos imaginários e do consenso, bem como da fricção e do antagonismo nas sociedades contemporâneas.

No pior caso da *doxa* comunicativa, o senso comum midiático se satisfaz com uma definição superficialmente determinista cujas máquinas de comunicação conformam redes quase magicamente, carregam fluxos e sustentam uma “horizontalidade” na qual haveria desaparecido qualquer sombra de dominação, de conflito e distorção, em uma espécie de democracia sem *demoi* e sem *kratein* que expressa uma das autoidealizações mais complacentes e estúpidas do ecossistema comunicativo neoliberal. Na verdade, o compartilhamento dos mesmos sistemas de *software* (especialmente se é “livre”) ou os mesmos equipamentos de *hardware* na telefonia celular global, constituem a versão contemporânea da *homónoia*, aquele ideal de harmonia e concordância social que sustentava a antiga democracia grega, segundo Vernant. Nessa falsa inocência e falsa consciência do dispositivo, traduzível para a “desubjetivação” que imputa Agamben aos dispositivos contemporâneos como a televisão ou o celular, nessa oclusão do que (nos) faz ver e falar, das forças que conformam imagens e as palavras, e com as quais condescendemos nas suas atuais impotências (como o retrocesso de umas e outras a

estados rituais, fáticos, pré-deliberativos), é nesse estado de coisas no qual o “giro textual” aparece como estrategicamente necessário, por mais extravagante que isso possa parecer.

Ao invocar aqui o poder dos meios contemporâneos como dispositivos, não pretendo propor nenhum tipo novo ou velho de mediacentrismo, cuja a crítica Carlos Alberto de Carvalho aborda com grande acerto neste mesmo volume. A crítica ao mediacentrismo aparece como um pressuposto compartilhado no conjunto das contribuições que formam este livro: um modelo *insular* dos meios não é válido, entre outros motivos porque os textos e as práticas midiáticas estão sempre inscritas em ecossistemas culturais mais amplos. Como propôs a recém falecida Mabel Piccini, os meios, “máquinas despóticas”, operam dentro de “redes culturais múltiplas”, em cuja heterogênea trama constituem “espaços de condensação e interseção”. Piccini inscrevia estas observações no quadro de uma crítica epistemológica, uma vez que, nas suas palavras, “a concepção dos meios como centro imobilizado ou ilha de coerência e inteligibilidade dos processos culturais (...) é tributária de certos modelos cognitivos que tendem a cristalizar os processos sociais e políticos em pontos de referência estáticos, suprimindo, no mesmo ato, as interconexões e derivações que são a própria base destes processos”. Interconexões e derivações que, como veremos em seguida, se deixam interpretar apenas parcialmente em termos de relações de “intertextualidade”. Os novos espaços comunicativos não são adequadamente representados, mesmo pela metáfora bem-sucedida da “rede”, pois, como o “rizoma” ou o “labirinto”, permanecem modelos mecânicos e basicamente bidimensionais.

O primeiro acerto deste volume foi ter reunido os estudos sob o título de “textualidades” e não de “textos”. Evidentemente, o sufixo *-idade* (do latim, *-itās*) denota um substantivo feminino derivado de um adjetivo básico (o adjetivo *textual*) e, essa derivação, ao que me parece, tende a desfocar semanticamente a substantividade do “texto”, para melhor acentuar um sentido de qualidade, fluidez e abertura: “texto” parece algo excessivamente substancial, excessivamente objetivado; por outro lado, a textualidade é um fazer-

-se qualificado e qualificante, um tecer-se e um devir em um labirinto de sentidos (novamente no domínio *-teg*, de Ibáñez).

Bruno Leal cita os sete princípios constitutivos da textualidade, de acordo com a perspectiva da linguística textual que sintetiza Costa Val: intencionalidade, aceitabilidade, informação, situacionalidade, intertextualidade, mais coerência e coesão. Fico impressionado com a grande coincidência dessas categorias com as “cinco características das formas simbólicas” propostas por J. B. Thompson em *Ideologia y cultura moderna* (1993). De fato, as duas últimas, coerência e coesão, se referem, embora mais matizados, ao caráter “estrutural” que o sociólogo inglês aponta; a “intencionalidade” é proposta em ambas as enumerações; a “aceitabilidade” do primeiro concorda com a “convencionalidade” da segunda; informatividade e a situacionalidade de Costa Val são equivalentes, respectivamente, à “referencialidade” e à “contextualidade” de Thompson. Somente a “intertextualidade”, precisamente, é sem equivalente na teoria do inglês, seja porque tal característica deveria ser considerada uma diferença específica dos textos como formas culturais, seja – e esta é a minha interpretação preferida –, porque Thompson negligencie que qualquer forma simbólica (imagem, gesto, ação instrumental, ritual, jogo etc.) pode ser inscrita e/ou descrita em relação de correspondência, diálogo, contaminação, empréstimo, reelaboração ou reapropriação de outras formas simbólicas. Dessa forma, a intertextualidade seria apenas um caso particular dentro dessa câmara geral de ecos que, em certo sentido, é o universo simbólico.

Mas esses processos de correspondência remetem novamente a dispositivos e redes de práticas, no sentido foucaultiano sobre o qual trabalham, neste volume, Falci, por um lado, e Alzamora, D’Andrea e Ziller, por outro. E, no que diz respeito aos meios, como bem referido pelos três últimos autores: “No contexto atual, o dispositivo midiático está enredado com muitos outros, desde o dispositivo de vigilância até o da sexualidade, das práticas políticas e econômicas às de controle do corpo. Neste sentido, a própria discussão contemporânea da mediatização revela a imbricação social das práticas de midiáticas”.

A intertextualidade, embora supunha uma dimensão fundamental da investigação, obviamente não é o único eixo possível para abordar a economia e a dinâmica de tão intrincadas redes. Para além das correlações estritamente

textuais que articulam os discursos sociais, é preciso pensar as formas de orquestração que conformam as tramas da ação coletiva, as confluências e divergências de vozes, falas, corpos, expressões e formas de constituir e habitar o espaço – penso no exemplo de *Carne y Piedra* (1994), de Sennet, em relação ao contraponto entre a ordem do corpo e a ordem da cidade. Todas essas proposições de relações são atravessadas pelas instituições, de um lado, e pelas forças da vida, pelo tecido da experiência cotidiana, do outro. Os textos e as textualidades têm externalidades, entornos, que os “materializam”, ativam e, às vezes, também os desmentem. Não são, em todo caso, “coreografia congelada”, como dizem Antunes, Mafra e Jáuregui, nem uma mera “fortaleza de intertextualidade”, segundo a expressão com a qual Bruno Latour ironizou o pansemiotismo de Borges. Dessas materialidades terão que se ocupar também, inclusive desdobrando o quadro hermenêutico tradicional, o último artigo do livro, conforme analisado por Martins e Teixeira.

Os textos não são apenas suas texturas nem as texturas que os precedem ou prolongam, com urdiduras e tramas diversas, diferentemente estruturadas e modificadas. O texto sempre apresenta rupturas, rasgos, incompletudes que falam de sentidos extraviados e contraditados, dos sentidos derrotados (por exemplo, na filosofia da história de Benjamin), de irreparáveis desculturações e desarraigamentos.

Assim, a perspectiva do “giro textual” teria que lidar também com a *trans-textualidades* e com a *retextualizações* (parafraçando a “remediações” de Bolter e Grusin). E com todos aqueles interpretantes, ou sintomas, de textos extintos, de acordo com a lógica da sobrevivência cultural (Nachtleben) que Warburg aplicou à história da arte, mas que cabe serem estendidos a qualquer anacronismo ativo na política, na moralidade ou na estética .

É notável que, no início do século XVII, de acordo com o *Tesoro* de Covarrubias, protodicionário da língua castelhana, o “*testo*” (*sic*) significa, na sua primeira acepção, “a lettura [leitura] de um autor”, por isto “tecida e continuada.” Por consequência que o núcleo da significação, que alguém ingenuamente esperava encontrar em alguma referência à escritura, e mais especificamente aos livros sagrados do cristianismo, concerne à experiência do leitor, suas condições de coerência e temporalidade. E, de fato, também hoje, para nós, o texto é apenas objetivável em seu processo interpretativo, na

experiência de sua leitura e suas condições sócio culturais. A ativação leitora do texto não é um processo simples nem tão linear como é dito. Graziela Mello Vianna, Paulo Bernardo Vaz e Humberto Santos, neste mesmo livro, a descreverão em uma bela imagem: “O processo de ativação do relacionamento texto-leitor pode ser comparado ao movimento de tocar uma peça em alto-relevo ou o ato de percorrer uma paisagem com relevo desconhecido: em todos eles, o processo representará para a pessoa a mobilização de significados e a construção de sentidos”.

E, por sua parte, Jean-Luc Nancy, em um diálogo imaginário com esses autores, acrescenta que o texto exige, acima de tudo, antes de seu próprio sentido, “(ou bem infinitamente além disso), seu ouvinte, aquele que já entrou na escuta adequada desse texto (...), em seu movimento mais íntimo de sentido ou de superação do sentido em sua *desarticulação*”.

Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação

Bruno Souza Leal

Num verbete dedicado às noções de texto e textualidade numa enciclopédia de geografia, K. Rhiney (2010) apresenta um conjunto de percepções que, de modo geral, recupera algumas das transformações pelas quais os dois termos passaram nos últimos anos. Se, por um lado, ele observa que não há “consenso” em torno do que seja um texto e do que o constitui, por outro verifica que o termo, através de contribuições tão distintas quanto as da Antropologia, da Linguística, da Filosofia e da Teoria Literária, foi expandido consideravelmente, para além de sua “estreita definição” como “mero meio impresso”. Nos termos de Gonzalo Abril (2007), isso implica o afastamento dialógico de uma

[l]arga tradición de teoría literária, de semiótica textual, de análisis hermenéutico, en que late la matriz iluminista del libro, y a su través la matriz teleológica del Libro, nos enfrentaba el texto como una entidad homogénea y bien definida, con una considerable autonomía formal y semántica” (2007, p.82)

Por um lado, isso é dizer, então, que a “expansão” do termo texto implicou a superação de visadas imanentistas, que centravam suas análises e movi-

mentos críticos na identificação de elementos e características formais, “internas” e “intrínsecas” de um dado artefato linguístico, apreendido por sua vez como um “todo” homogêneo, uma vez que eminentemente verbal. Por outro lado, a expansão de meios técnicos e processos tecnológicos, o surgimento de outros meios e processos de comunicação (pelo menos) puseram em xeque essa visada verbo e midiocêntrica, apresentando instigantes desafios e transformações teórico-metodológicas.

Nesse sentido, Rhiney, consciente, como vimos, dessa expansão do termo, define “texto” como “...a configuration of signs that is coherently interpreted by a community of users”. Assim, prossegue ele, os textos são “...innately communicative and are part of an ongoing discourse produced, received and interpreted by various social actors and agents” (RHINEY, K, 2010, p. 2810). Essa conceituação, aparentemente simples e de fácil compreensão, tem implicações várias, não só no que entendemos como “texto” como nos modos como os conhecemos e analisamos. Uma delas é que “texto” passa designar não apenas um artefato semiótico (verbal, na maioria das vezes) encontrado no cotidiano, mas um composto necessariamente heterogêneo de signos, fortemente vinculado a uma dada situação comunicativa. Além, “texto” passa a designar também um modo de apreender os acontecimentos e os fenômenos sociais. Ou seja, a vida e o agir humanos podem ser vistos como “textos”. Com isso, “textualidade” passa a se referir tanto ao que faz “de um texto um texto” como aos modos de investigá-lo.

Esse alargamento das noções de texto e de textualidades, vistos agora como processos, ainda não alcançou sua clara dimensão nos estudos da comunicação. Muitas pesquisas e muitos investigadores ainda usam o termo como se ele fosse uma contração da expressão “texto verbal”, um campo de estudos eminentemente linguístico e, mais ainda, como se as relações que o constituem e perpassam – como intertextualidade, referencialidade e sentido – fossem pouco problemáticas. Nesse quadro, este artigo busca delinear alguns aspectos e implicações dessa expansão do termo para os estudos comunicacionais, inclusive em seus aspectos epistêmico-metodológicos. A reflexão aqui proposta envolve três movimentos complementares. Primeiro, observamos que já nos estudos linguísticos a instabilidade e a processuali-

dade dos textos se apresentam como um desafio a ser considerado, num gesto que destaca algumas similaridades e distâncias entre as duas disciplinas. A seguir, avança-se na caracterização do texto para além da visada imanentista e verbocêntrica, observando-se então, mais de perto, sua instabilidade. Por fim, revisa-se algumas das implicações de tomar essa noção “expandida” de texto como recurso para apreender diferentes fenômenos comunicacionais. Objetivamos, com isso, delinear uma espécie de “mapa” de questões, muitas delas apenas sugeridas, de modo a apontar problemas, desafios e cuidados, ao nosso ver instigantes e potencialmente renovadores para os estudos em Comunicação.

1. Texto e situação comunicativa

Num livro voltado para a formação de professores do ensino fundamental, significativamente chamado *Redação e textualidade*, a também professora Maria das Graças Costa Val (2012) retoma criticamente os pressupostos da Linguística Textual no esforço de responder “o que faz com que um texto seja um texto”. A preocupação didática, de preparação dos futuros mestres para os processos de aquisição de habilidades de escrita por parte dos seus alunos, marca esse consistente livro, o que faz dele um interessante ponto de partida. Num primeiro momento, Costa Val retoma os chamados 7 princípios constitutivos da textualidade, tal como elaborados na Linguística Textual (coerência, coesão, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade), deixando claro seu entendimento do “texto” (verbal, no caso, é bom ressaltar) como uma ocorrência comunicativa e como uma atividade humana “crucial”.

Na cuidadosa recuperação crítica desses princípios, tal como é feita pela professora, é possível observar o que aproxima e o que distingue o entendimento acerca do texto e da textualidade em áreas tão próximas como a Linguística e a Comunicação. Operando com os termos produtor e receptor, Costa Val, na revisão de cada um dos princípios, acentua a dependência deles da situação comunicativa na qual o texto se inscreve. Assim, por exemplo, a informatividade não seria uma característica do “texto em si”, mas algo a ser apreendida em relação às expectativas e conhecimentos dos usuários. Da

mesma forma, a coerência, que se refere à dimensão semântica dos textos, depende de processos e capacidades cognitivas daqueles que os usufruem, ou seja, um texto faz sentido na interação com seus usuários. Além disso, é certo que a intencionalidade e a aceitabilidade estão diretamente ligadas às disposições e disponibilidades de produtores e recebedores.

Nesse momento, a vinculação do texto à situação comunicativa é bastante clara. A textualidade, entendida por ora como o processo de emergência de algo tomado como texto, está integrada às condições comunicativas de tal forma que suas propriedades constitutivas as perpassam, a elas se articulam e se inscrevem no “resultado final”. Assim, é possível afirmar que um texto é necessariamente o fragmento perceptível de um processo comunicacional, sem o qual não é possível sua existência. Essa interdependência fundamental evita que se caia em formulações que criam uma oposição entre linguagem e vida social, valorizando, conforme a perspectiva teórica mobilizada ou o interesse de pesquisa, um ou outro polo. Assim, não se trata de reconhecer, por exemplo, que a linguagem é “instrumento” da comunicação, sendo, portanto, determinada por esta, ou, na direção contrária, que a linguagem é “condição” (portanto determinando-os) para os processos comunicacionais. Só há linguagem por que há comunicação e só há comunicação porque há linguagem. Não é possível nem sobredeterminá-los nem privilegiar um detrimento a outro.

Um outro passo é possível de ser feito agora. Embora estejamos falando de “linguagem”, é preciso ter em mente que, numa dada situação comunicativa, ela sempre se apresenta na forma material de “textos”. Ainda que as diferentes linguagens e sistemas semióticos tenham suas características peculiares, quando abordadas no âmbito dos processos comunicacionais vamos encontrá-las mobilizados em textos cuja “lógica” é antes de tudo vinculada àquela situação específica. Nos estudos da comunicação, as regras e modos de funcionamento das linguagens não são, portanto, um objetivo em si mesmos, mas um caminho para entender os textos e os processos comunicativos em que têm sua existência. Nesse sentido, à medida que desenvolve seu raciocínio, Costa Val deixa claro também a distância entre as abordagens linguística e comunicacional. Isso fica mais claro num artigo em que responde a críticas e busca corrigir equívocos de entendimento acerca de seu livro. Nele, a autora afirma que textos são artefatos e que “[c]ada vez que um usuário

interpreta um artefato como texto é porque conseguiu aplicar a ele, com sucesso, os princípios de textualização, construindo sua coesão, sua coerência e tudo mais” (p.48). Ela ilustra essa assertiva e explora sua pertinência no ensino através de um caso de uma prova escolar, que a princípio não constituiria um texto e que deixou os professores em situação difícil. Diante de um conjunto de frases aparentemente sem sentido, como se situar, especialmente com uma preocupação pedagógica?

Em que pese a reflexão interessante acerca do caso – que deixa claro a diferença de “contextos” entre professores e aluno – o exemplo explicita não apenas a atenção e o privilégio da linguística à linguagem verbal como sua dependência de certo nível de formalidade e formalização dos textos nos estudos e reflexões que promove, no esforço de apreender os modos como aquela funciona e existe no mundo. Quanto se tem em vista os fenômenos e processos comunicacionais, essa atenção e essa dependência se tornam problemáticos, marcando a passagem de uma disciplina à outra. Afinal, nenhum texto comunicacional é “puro”, do ponto de vista semiótico, sendo necessariamente “multimodal”. As palavras, por exemplo, em qualquer situação comunicativa, estão sempre articuladas a outros sistemas semióticos, como os signos sonoros e corporais (no caso da comunicação interpessoal), como a linguagem gráfica – que transforma a palavra em imagem – nos casos dos produtos impressos, ou aos sons e às imagens em movimento no caso dos produtos audiovisuais, etc, etc.

É certo que os linguistas têm essa articulação em conta, mas é certo também que seu foco é preciso e definido em torno da linguagem verbal. Para os pesquisadores da Comunicação, é preciso considerar como esses signos heterogêneos se relacionam – o que pode levar à percepção da pequena importância das palavras, em várias situações, por exemplo – como também atentar-se para as propriedades, para as qualidades desses diferentes signos, como se apresentam na situação comunicativa e como nela atuam. Para o pesquisador da comunicação, a “purificação” ou mesmo a hierarquização (*a priori* ou não) dos signos mobilizados num dado processo de textualização é sempre um risco, uma vez que advém de escolhas – sejam aquelas conscientes, vinculadas a interesses de pesquisa e a perspectivas teóricas adotadas, sejam aquelas oriundas de preconceitos e simplificações – necessariamente

críticáveis. Além disso, sendo um processo, a textualidade faz com que os textos não sejam artefatos estáveis, mas, sim, amálgamas provisórios de relações em curso. Assim, se um linguista pode partir de um *dado* texto verbal, quem pesquisa em Comunicação deve obrigatoriamente questionar-se acerca dos contornos e limites dos textos encontrados, pois isso é decisivo para a apreensão das relações que busca investigar.

Na Comunicação, um texto é sempre um mediador e a textualização um processo sincrônico e diacrônico multidimensional. Novamente, é claro que os estudiosos da linguagem verbal têm a situação comunicativa e o caráter mediador dos textos em conta, mas na comunicação essa percepção se coloca como a base de um conjunto de questões teóricas, epistêmicas e metodológicas. Afinal, é a própria mediação – em seus diferentes aspectos e dimensões – que recebe o foco das atenções e na qual todo e cada texto, na sua emergência, atua e tem sua inscrição. Nesse sentido, os diferentes agentes e dimensões de cada processo de mediação têm importância, contribuindo para as características peculiares àquela situação comunicativa, inclusive em seus aspectos regulares e institucionais. Assim, a formalização dos processos de mediação é algo que antes resulta dos processos analíticos que, ao contrário de certas correntes linguísticas, os antecede, como parâmetro teórico-metodológico. Aliás, é sempre um desafio, do ponto de vista das textualidades na Comunicação, caracterizar criteriosa e criticamente ao menos parte desses agentes e atores e suas articulações.

A interdependência entre os textos e os processos comunicacionais faz com que a “lógica” daqueles seja menos formal que pragmática, em sentido amplo. Como observa Gonzalo Abril, a pragmática, como disciplina, costuma “reduzir” seu objeto ao uso e a comunicação das expressões linguísticas, explicando-as exclusivamente por suas condições lógicas. No entanto, quando se observa os textos em ação, nas diversas dimensões da vida cotidiana, não se consegue apreendê-los em termos exclusivamente lógico-formais. Assim, lembra Abril, “...la obligación de responder a una pregunta, en el contexto más ‘informal’ que quiera imaginarse, puede venir determinada por una multitud de condiciones micropolíticas (interés, deuda, chantaje afectivo...) irreducibles a una formulación lógico-formal” (2007, p.89). Considerar os textos como processos pragmáticos assim é reconhecê-los como práticas socio-

discursivas, historicamente situadas, cujas razões, sentidos, características, devem ser ali encontradas.

2. As textualidades e seus enredamentos

Sendo processos comunicativos e pragmáticos, as textualidades desestabilizam as relações temporais e de sentido que definiriam a princípio os limites e os contornos dos textos. Afinal, um texto não é simplesmente um produto, um resultado final de uma prática sociodiscursiva historicamente situada, mas algo que emerge em seu desenrolar, na multimodalidade e multidimensionalidade desses processos. Se é assim, quando começa e quando termina um texto? Quando se inicia e se finda um processo comunicativo? Como sabemos, a semiose é um processo infinito e incessante, o que faz com as marcações que a tornam circunscritas sejam resultados de escolhas teórico-analíticas e, por certo, pragmáticas. Um simples “bom dia” no início do trabalho, a escolha de usar ou não uma gravata ou outra peça do vestuário ou mesmo um tal gesto manifesto numa conversa informal podem tanto ser vistos como parte de processos culturais complexos que remontam a relações históricas específicas (vinculadas ao misticismo, à etiqueta, à moda), como ações que, no presente, orientam e antecipam realidades futuras ou mesmo como atos estratégicos no âmbito estrito daquela dada situação comunicativa.

Raramente, nos estudos em Comunicação, os limites e contornos dos textos são postos em questão. Quando falamos de uma notícia entendemos que esse texto se inicia ou na manchete ou na primeira palavra que abre a narrativa, encerrando-se no ponto final e no espaço em branco que a separa de outra manchete, dos limites da página, etc. Quando pensamos na novela e na série, especialmente aquelas apresentadas na TV aberta ou fechada, entendemos, tacitamente, que nos referimos à narrativa ficcional dos capítulos em sequência, descartados os intervalos e comerciais ali presentes. Quando, num último exemplo, ouvimos uma canção temos que ela se inicia e termina com os acordes rítmicos demarcados na gravação, no show, etc. Mas não poderíamos pensar que uma notícia – sobre, digamos, um acidente automobilístico – teria seu começo na expansão das cidades ou mesmo seria um fragmento de uma narrativa inconclusa sobre o acaso e o infortúnio? Que uma novela ou série

romântica não teria seu início e seu fim na tradição de textos melodramáticos? Uma revista pode mesmo ser lida – jornalisticamente – com o desprezo do material publicitário nela presente? Os banners e os comentários não fazem parte das notícias de blogs e sites? A canção de hoje não antecipa a de amanhã?

As perguntas poderiam se suceder ao infinito. Importa aqui, por um lado, reconhecer que o que muitas vezes é tomado como o limite ou contorno “natural” de um texto nada mais é que a submissão a parâmetros ideológicos institucionais historicamente constituídos, legitimados, criticáveis e investigáveis. Interessa ao jornalismo – pelo menos ao jornalismo tal como se desenvolveu no Ocidente ao longo do século XX – a separação entre os “conteúdos” informativos, ficcionais e persuasivos; da mesma forma interessa às redes de televisão a distinção entre os “seus” produtos – sobre os quais pesa inclusive sua responsabilidade ética e jurídica – e os dos “outros”, aos quais elas apenas “cedem” espaço; interessa à indústria fonográfica e ao consumo da música popular que distingamos esta daquela canção, ainda que elas sejam muito parecidas. Isso não é dizer que as pessoas efetivamente respeitem esses limites e tomem para si aquilo que é de interesse desses agentes (por que privilegiá-los, afinal?) sociais. Por outro lado, uma visada eminentemente “presentista” dos processos comunicacionais muitas vezes simplifica as complexas relações que perpassam e instituem textos e textualidades, favorecendo, como dissemos, a perpetuação e a adoção acrítica de valores e princípios historicamente situados.

Nesse emaranhado de relações, é preciso ter em mente que um texto é necessariamente uma emergência, ou seja, algo que surge num dado processo comunicativo. A maneira como cada um – pesquisador ou não – se integra a esse processo define por certo os modos como ele vai ser experienciado e apreendido. Se o texto, portanto, não é um dado (seja ele um *a priori* já tomado como conhecido ou um produto de um processo concluído), não apenas sua instabilidade mas também seu caráter mediador passam a saltar aos olhos. Com isso, mesmo a qualidade dos elementos que o compõem deve merecer atenção. Numa reflexão sobre o estatuto ontológico dos textos, Jorge E. Gracia (1996), por exemplo, define texto como “...a group of entities, *used as signs* that are selected, arranged, and intended by an author to convey an specific meaning to an audience in a certain context” (1996, p.9, grifos nossos). Podemos encontrar nessa definição

os princípios de textualização já elaborados pela Linguística Textual, mas chama a atenção o fato de que mesmo os signos que compõem um texto podem emergir como tal no próprio processo de textualização. Para escapar da “naturalização” dos signos e respeitar o fato de que, numa dada situação comunicativa, qualquer coisa pode adquirir função signica, Gracia cunha a expressão *Entities that Constitute Texts (ECTs)*. Com isso ele lembra que os textos não são só elaborados por signos já convencionados e que mesmo o reconhecimento que algo integra uma rede textual depende da identificação da função signica que ele desempenha. Assim, um som pode ser ou não signo, a depender da situação comunicativa, da capacidade de entendimento dos interlocutores, etc. Nesse sentido, Gonzalo Abril, num esforço claramente metodológico, é preciso: todo o texto é sempre uma rede textual, cuja objetividade e identidade são sustentadas “...por las prácticas textuales que lo actualizan y dinamizan”, resultando portanto de “..una actividad histórica e intersubjetivamente mediada más que de la persistência de ciertas constantes formales” (2007, p.83). Ou seja, a “objetividade” e a “identidade” de tal texto é sempre algo provisório, uma vez de vinculadas ao trabalho da comunicação.

Alguns cuidados são agora importantes. A ideia da rede não é, como se poderia supor, um recurso presentista, de vincular o texto ao presente de uma situação comunicativa, nem um empobrecimento imanentista, ao supor que o “todo” textual está ali delineado. Ao contrário. Um único signo pode ser tomado como texto se for inserido numa dinâmica temporal que o conecta com experiências do passado e expectativas de futuro. Mesmo sendo, no presente, uma única “entidade”, esse mesmo signo, integra uma rede diacrônica que tanto possibilita que seja tomado como elemento de comunicação como contribui para o desenvolvimento de novas relações. Da mesma forma, sendo “rede” (ou entramado, arquipélago, tecido, etc), as conexões que o compõem remetem simultaneamente a um fora e um dentro, ou seja, às suas articulações “internas”, sintáticas e/ou paradigmáticas, e “externas”, com a história, as ideologias, os interlocutores (potenciais e concretos), etc. Abril, no esforço de romper com a tradição de isolamento do texto, nas análises imanentistas, e também de evitar leituras excessivamente culturalistas, chega a usar a curiosa expressão de “exoimanentismo” para caracterizar essa dupla e indistinta vida dos elementos textuais.

De qualquer forma, precisamos ficar atentos que o uso das imagens de rede, trama, tecido, arquipélago, etc, para designar textos e textualidades impõe-nos alguns cuidados importantes. Todas essas metáforas expõem as relações de interdependência entre cada fragmento (ou ECT) e o todo (mesmo provisório) do texto que se vislumbra. Isso não é dizer nem que o todo é o que determina as partes nem o contrário. Cada fragmento, cada elemento, cada nó ou ECT que forma a rede textual tem relações temporais e de sentido peculiares, que se integram, sem desaparecer na sua especificidade, ao conjunto que contribui para formar. Assim, uma complexa articulação de relações metonímicas se descortina à nossa frente, que envolvem amplos níveis “macro” (jornalismo/notícia, jornalismo/literatura ou jornalismo/narrativa, por exemplo), intermediários (“a” notícia e as notícias, esta série e outras séries, etc) e micro (este signo e não aquele, este signo e aquele, etc). E isso envolve tanto o respeito aos aspectos sincrônicos e diacrônicos dessa rede e de suas partes, ou, para usar os termos de Abril, diz respeito respectivamente aos eixos “ecológicos” e “genealógicos” que os informam.

Em outras palavras: todo texto é um plasma provisório de um processo em curso, no qual elementos heterogêneos se apresentam articulados, em mais de um nível. Isso é dizer que todo e cada texto é necessariamente “híbrido”, “intertextual”, “dialógico”, “impuro” e “heterogêneo”, ainda que nem sempre polifônico, a depender do nível que se observa e da definição de polifonia mobilizada. As metáforas da rede e similares não expõem apenas nós, linhas visíveis e espaços aparentemente (só aparentemente) vazios, mas apelam ao caráter multidimensional, multiforme, impreciso, inconcluso e diverso da textualidade e dos processos comunicacionais. Respeitar e lidar essa heterogeneidade é um desafio enfrentado pragmaticamente todos os dias pelas pessoas nas suas diferentes interações sociais e um instigante problema para os pesquisadores.

Esse problema fica ainda mais complexo quando se tem em mente o alerta feito por John Dewey, no clássico “Art as Experience”(1980), acerca da polissemia da palavra “sentido”. É certo que os textos “fazem” sentido, mas o que isso quer dizer? “Sentido” remete certamente a “significado” e “significação”, mas não só. Diz Dewey:

“Sense” covers a wide range of contents: the sensory, the sensational, the sensitive, the sensible, and the sentimental, along with the sensuous. It includes almost everything from bare physical and emotional shock to sense itself – that is, the meaning of things present in immediate experience. Each term refers to some real phase and aspect of the life of an organic creature as life occurs through sense organs. (1980, p.22)

Na reflexão de Dewey, a expressão “sentido” conecta-se fortemente à experiência e a diferentes dimensões do viver, nos quais os “sentidos” têm um papel fundamental. E mesmo que sua crítica seja feita a partir da língua inglesa, a sua pertinência é bem mais ampla. Se acrescermos à exploração do filósofo americano os conteúdos de intencionalidade e direção, presentes, por exemplo, na pergunta “qual o sentido disso?”, percebemos que, ao contrário do que afirma Gracia, entre vários outros, “textos” são mais que veículos de significado. É importante lembrar, aliás, que a significação comporta relações e possibilidades de sentido muito amplas e variáveis e que não são excludentes entre si. Assim, comunicar é bem mais que produzir e transmitir significados e algumas – se não muitas – experiências comunicativas têm seu sentido não na circulação de informação, mas no compartilhamento de sensações, sentimentos, afetos e/ou mesmo na própria condição de estarmos juntos.

Descortinam-se então dimensões dos processos comunicacionais, como as da presença, dos afetos e das materialidades, (GUMBRECHT, 2010; STEWART, 2014) muitas vezes negligenciadas pelos pesquisadores da área. As relações entre os textos e as textualidades e essas dimensões dos processos comunicacionais são bastante complexas. Há inclusive aqueles que recusam o uso do termo “texto” no âmbito das pesquisas sobre esses temas, em nome da tradição verbocêntrica e semântica à qual ele é frequentemente associado. Se se tem em vista a expansão da noção de texto, porém, a dissociação das textualidades e os afetos, materialidades e presenças, ou seja, e as demais relações de sentido, não se justifica. Reconhecer a riqueza das textualidades é também respeitar e ter em conta as complexidades dos processos comunicacionais, enfrentando, então, os desafios que aí se apresentam.

3. Conhecer as textualidades

A interdependência entre comunicação e as textualidades e, mais especificamente, apreender os textos como práticas sociodiscursivas historicamente situadas permite levá-los para dentro da investigação nas ciências humanas. Mikhail Bakhtin, num ensaio inacabado, mas incontornável, foi um dos primeiros a reconhecer isso. Num dos fragmentos desse ensaio, significativamente chamado “O Problema do Texto”, ele diz:

O texto é o dado primário (a realidade) e o ponto de partida de todas as disciplinas nas ciências humanas.(...) O objeto real é o homem social (e público), que fala e se expressa por outros meios. Quando se trata do homem em sua existência (em seu trabalho, em sua luta, etc) será possível encontrar uma abordagem que diferente daquela que consiste em passar pelos textos de signos que ele criou ou cria? Será possível observá-lo e estudá-lo enquanto fenômeno natural, enquanto coisa? (1992, p.341)

Gonzalo Abril, claramente inspirado nessas e noutras reflexões bakhtinianas, explicita ainda mais essa relação:

...los textos no son sólo “objetos culturales” mediados, sino también dispositivos de mediación de otros procesos culturales. Esta observación permite afirmar que no todo proceso, comportamiento o práctica cultural es un texto, por más que, como Bajtín afirmó, todo comportamiento pueda interpretarse como un “texto potencial”. (2007, p. 85)

É exatamente esse caráter de “texto potencial” que é decisivo aqui. Uma vez que a ação, o agir humano são alvo de investigação e reflexão, faz-se necessário então fazer emergir esse texto potencial, de modo que esse viver seja interpretável e conhecível. Numa outra linha de raciocínio, Rhiney recorre a Paul Ricoeur e Clifford Geertz para desenvolver reflexão semelhante. Do primeiro, retoma-se a ideia de que a vida social, como um texto, é seccionada das intenções dos seus autores originais, inerentemente instável e possui um certo nível de “objetividade”. De Geertz, recupera-se a ideia de que a cultura pode ser “lida” pelo investigador da mesma forma que se pode ler um livro. A referência à Antropologia não deixa de ser bastante significativa aqui.

Abril observa que é da qualidade do trabalho etnográfico produzir textos que medeiam as experiências de observação e participação e as de leitura, registro, arquivo, etc. Isso é dizer, então, que o “texto etnográfico” não precede ao trabalho do pesquisador, mas emerge exatamente com ele. Essa observação de Abril é certamente amparada por um conjunto bastante amplo de estudos antropológicos, que vem oferecendo importantes contribuições para o entendimento e operacionalização dos processos de textualidade (Bauman e Briggs, 2006; Tomlison, 2014, entre outros).

Na reflexão em torno das textualidades como um modo de conhecer e investigar as realidades sociais, diferentes e variadas implicações se apresentem. Em função dos limites de espaço e mesmo do escopo deste artigo, gostaríamos de destacar, brevemente, ao menos três delas. A primeira, talvez a mais óbvia (mas não a menos instigante), é que se o “texto” não é um dado da “natureza social”, ele emerge a partir do trabalho, do engajamento (em todos os sentidos) do pesquisador. Isso é dizer que o “objeto” a ser analisado depende dos interesses, das escolhas, premissas, ideologias e preconceitos incorporados pelo “sujeito” do conhecimento. Posicionado no processo comunicacional, nas práticas sociodiscursivas que quer analisar, portanto, o pesquisador é um agente da textualidade, correndo, nesse caso, todos os riscos, para dizer o mínimo. Alguns exemplos podem ser úteis, aqui, no âmbito dos estudos da comunicação. Como observa Carlos Carvalho, muitas das pesquisas em jornalismo compartilham, explícita ou tacitamente, dos pressupostos, valores e conceitos postos em circulação pelos agentes jornalísticos. Com isso, muitos trabalhos acabam por contribuir para esforços de legitimação do jornalismo como instituição social e adotam acriticamente categorizações e hierarquias questionáveis, como aqueles encontrados nas expressões “jornalismo de referência” e “jornalismo popular”. Ao fazer isso, a própria diversidade do fenômeno jornalístico é frequentemente desprezada quando ele passa a ser visto a partir dos produtos, das mídias informativas “de referência” e mais prestigiadas. Na TV, por exemplo, há muitos estudos sobre os telejornais das grandes emissoras e, especial, acerca dos programas do *primetime*, deixando-se de lado a TV que existe e é feita em outros horários, outras dimensões, sob outros parâmetros.

O enfrentamento desses localismos e limitações esbarra numa outra

dimensão dessa “centralidade” dos textos na pesquisa em ciências humanas. Paul Ricoeur, nos estudos mencionados por Rhiney, enfrenta esse problema, que, por sua vez, também não era desconhecido por Bakhtin. Na tradição científica moderna, a cisão entre a explicação e a interpretação marcaria a diferença entre as ciências exatas e biológicas de um lado e as ciências humanas, de outro. Recusando a hierarquia que privilegiaria as primeiras em relação às outras, Ricoeur advoga que é sim possível desenvolver um movimento explicativo dos textos, não mais a partir dos parâmetros das ciências naturais. O movimento reflexivo desenvolvido pelo filósofo francês é, nesse sentido, bastante elucidativo:

Podemos fazer do texto um primeiro modo de leitura, uma leitura que regista, se assim se pode dizer, a *intercepção pelo texto de todas as relações com o mundo* que se possa mostrar e com subjectividades que se possam dialogar.(...) Por esse projecto particular, o leitor decide colocar-se “no lugar do texto” e na clausura desse lugar; com base nessa escolha, o texto não tem fora, só tem um dentro; não visa a transcendência...Esse projeto não é apenas possível, mas legítimo; de facto, a constituição do texto como texto e da rede de textos como literatura autoriza a intercepção desta dupla transcendência do discurso, para um mundo e para um outrem. A partir daí, é possível um comportamento explicativo relativamente ao texto. (1991, p.149, grifos nossos)

Ricoeur desenvolve essas reflexões num esforço de, fazendo jus à tradição hermenêutica e fenomenológica à qual se filia, dialogar com o pensamento e os estudos estruturalistas que estavam num momento de explosão. Nesse trecho, Ricoeur então antecipa algumas reflexões e perspectivas que se desenvolveram posteriormente, algumas delas já recuperadas aqui. É possível “explicar” um texto, a partir dos parâmetros semiótico e estrutural, quando se entende que não que ele é um todo em si mesmo, mas que ele “intercepta”, medeia, as relações com o mundo, num gesto, porém, que depende do “leitor”. Quem é esse leitor, quem é que promove essa intercepção e faz, então, nos termos que usamos aqui, emergir esse texto peculiar? Não é o próprio pesquisador? Uma explicação do texto, a exemplo do que buscavam promover estruturalismos e semióticas, portanto, é legítima se se considera que suas “relações internas”

são também relações “do mundo”. Não se trata, como Ricoeur deixa claro, de um entendimento acerca da “explicação” nos termos postos de Dilthey, mas de reinvidicar, no âmbito das ciências humanas, a possibilidade de um conhecimento acerca de regularidades, sistemas e leis gerais.

Ricoeur busca, em suas reflexões, como ele deixa explícito, não apenas recusar, para as ciências humanas, a diferença radical entre explicar e interpretar, como afirmar que ambos modos de conhecimento mantêm entre si uma relação de complementariedade. Sem adentrar demasiado no âmbito desse debate epistemológico (que por certo não se esgota com o trabalho do filósofo francês), cabe ressaltar, para a discussão aqui desenvolvida, as implicações éticas presentes nesse dar-se a conhecer pelos textos. Ricoeur é novamente bastante claro: a passagem da interpretação à explicação e vice-versa coloca em questão o próprio pesquisador, o sujeito do conhecimento, o “leitor”. Ao operar os textos, como lugares de conhecimento, esse “leitor” apropria-se deles. No entanto, alerta Ricoeur, “ a interpretação de um texto completa-se na interpretação de si dum sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou que começa mesmo a compreender-se”. Isso é dizer então:

Por um lado, a compreensão de si passa pelo percurso da compreensão dos signos da cultura, nos quais o si se documenta e se forma; por outro, a compreensão do texto não é seu próprio fim, ela mediatiza a relação consigo de um sujeito que não encontra, no curto circuito da reflexão imediata, o sentido da própria vida. É por isso que é preciso dizer, com uma força igual, que a reflexão não é nada sem a mediação dos signos e das obras, e que a explicação não é nada se não se incorporar como uma intermediária no processo de compreensão de si: numa palavra, na reflexão hermenêutica – ou na hermenêutica reflexiva – a constituição do si e a do sentido são contemporâneas (1991, p.155/156)

A dimensão ética que transparece no pensamento de Ricoeur vincula-se, como se observa, num princípio básico de alteridade: sujeito e textos fundam-se na textualidade, pondo-se em movimento e tornando-se outro para e pelo outro, num movimento em que conhecer o outro é conhecer-se

a si como outro. As consequências desse raciocínio são bem vastas, mas do ponto de vista da produção de conhecimento implica necessariamente o gesto consciente acerca do que, como e porque move o pesquisador no mundo e como este o faz mover-se. Além da recusa de uma cisão a priori entre sujeito e objeto, é importante ter em perspectiva que o pesquisador, como sujeito do seu tempo, é ele mesmo “lugar” de descoberta, “objeto” do e no mundo a ser interpretado.

Nesse movimento reflexivo, a pergunta “sobre o que fala o texto” adquire importância crucial. Entre as várias reduções que vimos combatendo aqui, uma das mais recorrentes é a que toma o texto como espelho de algo que lhe antecede. Assim, um dado texto só pode fazer referência, “representar”, algo já dado na cultura, algo já reconhecidamente existente. Subjaz a esse entendimento a tanto a ideia de um mundo relativamente estável, quanto a percepção do texto como um “veículo”, como uma concepção da mímesis como simples imitação. Essa discussão, por si só, necessitaria de um longo e cuidadoso investimento. No entanto, por ora é importante reconhecer que, se texto e sujeito de conhecimento interpenetram-se e deslocam-se, num processo reflexivo constante, seria contraditório supor que o “mundo do texto” seja algo já concebido. Além disso, se o texto é algo instável, que emerge no processo comunicativo, suas relações referenciais também são amplas e diversas. Um mesmo texto pode fazer referência a um dado da cultura, como, ao dar-lhe forma, atuar sobre ele e desloca-lo. Não são poucos os textos, aliás, que não só remetem a uma configuração cultural específica como projetam possibilidades e mundos possíveis.

Como observa Umberto Eco (1998), se a referencialidade é de ordem contratual, não se pode negar, que ela é mais complexa e instável, mesmo multidimensional, que a metáfora do espelho sugere. Assim, seria preciso verificar, em tal e qual processo comunicativo, em cada prática sociodiscursiva historicamente localizada, quais as referências mobilizadas e propostas. É preciso ter em mente não só a instabilidade e incerteza do mundo quanto a força propositiva, impulsionadora que nossas ações (percebidas ou não como textos) adquirem, sob o risco de eterna repetição e empobrecimento de passados, presentes e futuros. Além disso, por tudo que foi visto aqui, nenhum “texto” é um “veículo”, mas um modo de agir, uma forma de experiência, de

múltiplos sentidos e, por que não, múltiplas referências. Nas suas relações “exoimanentistas”, os textos contem, em maior ou menor grau, um elemento de criatividade, de diferença, de alteridade. Como vimos, a passagem da ideia de texto como algo estável para seu entendimento como processo, como práticas sociodiscursivas historicamente situadas, desloca um conjunto de pressupostos com os quais estamos acostumados. Abrem-se também um vasto terreno de investigação, tanto na abordagem dos fenômenos conceituais como do ponto de vista teórico-metodológico. Há, portanto, nessa interdependência entre textos e comunicação, muito o que refletir, analisar, investigar.

Referências Bibliográficas

- ABRIL, Gonzalo. *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Editorial Sintesis, 2007
- ABRIL, Gonzalo. *Cultura visual: de la semiótica a lo político*. Madrid: Plaza y Valdés, 2014.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre linguagem e vida social. *Ilha – Revista de Antropologia*, 2006, p. 185-229
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHARTIER, R. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora da UnB, 1994.
- CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo, Unesp, 2002.
- CLOUGH, Patricia T. Introduction. *Affective turn* N. York: Duke, 2007
- DEWEY, John. *Art as experience*. Nova York: Perigee, 1980
- DUARTE, E. B. Reflexões midiáticas: o texto televisivo. In: V Congresso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación, 2000, Santiago do Chile. Anais do V Alaic. Disponível em: www.eca.usp.br/associa/alaic/chile2000/.../Bastos.doc
- ECO, Umberto. *Entre a mentira e a ironia*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- ECO, Umberto. *Kant e o ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998
- GRACIA, Jorge E. *Texts: ontological status, identity, author, audience*. Nova York: State University of New York Press, 1996.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A Modernização dos sentidos*. São Paulo: Editora 34, 1998
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *As funções da retórica parlamentar na Revolução Francesa: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto*. Editora UFMG, 2003.

- GUMBRECHT, Hans Ulrich. O campo não-hermenêutico ou a materialidade da comunicação. *Corpo e forma*. Rio de Janeiro: ed. Uerj, 1998, p.137-153
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção da presença*. São Paulo: Contraponto, 2010
- HEPP, Andreas. *Cultures of Mediatization*. Nova York: Polity, 2012.
- KEARNEY, Richard. *On Paul Ricoeur*. Berlington: Ashgate, 2004
- LANDOWSKI, Eric. *Presença do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002
- RHINEY, K. Text/Textuality. WARE, B.(ed). *Encyclopedia of Geography*. Thousand Oaks: Sagem 2010, p.2809-2813.
- RICOEUR, Paul. Cinco lições: da linguagem à imagem. *Sapere Aude*. Belo Horizonte: PucMinas, v.4, n.08, p.13-36, 2013. Disponível em <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/6426/5959>
- RICOEUR, Paul. *Do texto a ação: ensaios de hermeneutica II*. Porto: Res, 1991
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. 3v
- ROZIK, Eli; NOTH, Winfried; BISHARA, Nina. *Self-reference in the media*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, c2007
- RYAN, Marie-Laurie. *Narrative as virtual reality*. Nova York: John Hopkins University Press, 2001.
- STEWART, Katheleen. *Ordinary affections*. N. York: Duke, 2007
- TOMLINSON, Matt. *Ritual textuality*. N. York: Oxford University Press, 2014
- VAL, M. Graça Costa. *Redação e textualidade*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- VAL, M. Graça. Repensando a textualidade. In: José Carlos Azeredo. (Org.). *Língua portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000, v. -, p. 34-51.

Mídia em trânsito, mídia em transe: textualização, epifania e distanciação

Elton Antunes, Rennan Mafra, Carlos Jáuregui

1. Introdução

Sem sombra de dúvidas, o texto impresso por máquinas detém a *pole position* em meio às formas técnicas – parafernálias que imputaram à comunicação uma saliência digna de ocupar o escopo das preocupações modernas. Pelo menos na visão de Gumbrecht (1998), a invenção desses tais aparelhos que prensam formas tipográficas em folhas de papel se apresenta como gesto instaurador de um modo hegemônico do estar-junto, nos tempos de agora. Não por acaso, a passagem do manuscrito para a impressão produziu marca social indelével: segundo Gumbrecht (1998), o que se apresentou como expressivamente novo, a partir de então, foi a interferência, como nunca antes sentida, que as formas e que os meios técnicos de comunicação passaram a exercer nas mentalidades dos sujeitos e na ordem social.

De modo particular, como *instituída* porém *instituinte* de gestos significantes, essa escrita materializada e reproduzida tecnicamente possibilitou novas formas de interação, questão que fissura de modo singular a experiência e a organização da sociedade. A materialização de gestos significantes

a partir do uso de alguma técnica é um processo que ganhou relevância e intensificação no período em que Gumbrecht (1998) chama de “modernização epistemológica” – quando o mundo ocidental passava por alterações significativas no que tange à relação do sujeito consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Em termos históricos, tal período tem início nos anos de transição entre o final da Idade Média e o início da Moderna, e tem como símbolo maior a invenção da Imprensa. Nesse sentido, as técnicas de reprodutibilidade do impresso, ao provocarem a emancipação em larga escala de textos (Gumbrecht, 1998; Certeau, 1994), entranham-se na experiência social enquanto processos quase invisíveis, afetando significativamente os sistemas sociais (economia, política, literatura, etc.) e as formas de se viver em conjunto. Por tudo isso, *impresso e modernidade* são categorias inseparáveis: as folhas prensadas permitiram/instauraram/alicerçaram o *modus vivendi* moderno – e ainda sobrevivem, em tempos de emergência das formas digitais. A moeda, as leis, as promessas de amor, as notícias, os poemas, os anúncios constituem um quadro mediado de experiência que, durante longo período, foi precípua do impresso. As visadas futuristas sobre o fim do papel nos colocam, inclusive, em situação marginal: com tantos *ipads*, *ipods* e *iphones*, haveria ainda algum espaço para se pensar em relevantes problemas comunicacionais que gravitam em torno do impresso? O que mais poderiam oferecer estudos que se debrucem a investigar as formas impressas nos contextos contemporâneos de comunicação?

O uso retórico de tais questionamentos nos faz, entretanto, ressaltar: não pretendemos angariar argumentos para uma defesa apaixonada do impresso. Muito menos, não nos investimos da tarefa de “resgatar” as supostas qualidades do papel, em tempos de novas tecnologias. Desejamos tão somente reconhecer à partida que, se as formas impressas ainda permitem a experiência mediada dos sujeitos (muito embora de modo não exclusivo) – fato que lhes imputa o merecimento de estudos e de reflexões contemporâneas – o fazem não pela condição de permanência como um meio único, especial, mas, em tempos de “mediação de tudo” (HEPP, 2014), por serem uma manifestação agora também de todos os tipos de mídia. Seja pela capacidade de agregar mídias anteriores – e reprocessar sua natureza –, ou na perspectiva intermídia – que privilegia as influências mútuas entre as diferentes mídias,

as relações entre elas, centrando-se mais nas hibridizações entre as linguagens do que na expectativa de um meio único e unificador (Herkman, 2012) –, ou ainda naquilo que Alzamora (2012) chama de “rede intermídia” – o resultado do processo atual de relações entre diferentes dispositivos midiáticos –, interessa-nos sugerir que o texto impresso utilizado aqui como referência pede uma apreensão como constituinte de uma rede de textualidades que se configuram em meio ao seu trânsito, a um fluir ininterrupto de interações marcadas por sobreposições, superposições e transfigurações das práticas comunicativas. Eis os desafios para, a partir desses textos, pensar as dinâmicas das mídias como um lugar de análise.

Nesse sentido, retornando ao nosso exemplo de partida, dentre as possibilidades de estudo que o impresso oferece, a via da experiência se mostra como um caminho relevante, sobre o qual um flanco de questões pode se abrir: será que olhamos para o impresso como se este fosse um amontoado de informações empilhadas – ou como se a interação com tais formas estivesse marcada por certa *inércia significativa* (já que o impresso não se valeria tecnicamente da imagem-em-movimento ou dos inúmeros *frames* e/ou cliques, tributários de outras formas comunicacionais)? Será que tomamos a relação comunicacional com o impresso como um movimento unicamente interpretativo, pautado por uma espécie de *hermenêutica absoluta*? Será que ainda acreditamos que os textos impressos são guardiães de um suposto sentido que, nascido na mente de um autor, é aprisionado pela *coreografia congelada* que se dispõe na folha de papel? Ou não se trataria, mais propriamente, de perceber e entender a cultura do impresso

como lugar de inscrição e articulação de textos e imagens que instituem visibilidades, legibilidades e inteligibilidades; das figuras diversas de leitor em seus confrontos com elementos tipográficos, iconográficos e gráficos na página que em sua “*ex/posição*” e sua “*dis/posição*” material, admitem *dis/cursos* de leitura variados e variáveis que qualificam a página como unidade significativa da cultura do impresso; da compreensão das materialidades como alicerçadas em experiências, instituições, práticas, processos técnicos e condições sócio-históricas peculiares e em complexas relações no quadro dos diferentes suportes midiáticos. (ANTUNES & VAZ, 2014, p.50)

A partir dessas questões, apanhar o impresso como experiência é empreitada que nos permite vislumbrar as formas impressas como materialidades e materializações de relações comunicativas em meio *a*) a um fluir ininterrupto de interações entre sujeito e ambiente (Dewey, 1980); *b*) a fatias de mundo que se abrem por variados e inusitados gestos de leitura e de escrita (Certeau, 1994; Ricoeur, 1991); *c*) a interações estéticas notadamente marcadas por efeitos de sentido, mas também por efeitos de presença (Gumbrecht, 2010).

Em tal perspectiva, pensamos por um lado em abordagens descentradas de meios de comunicação específicos, mas tratando de identificar os modos como os textos se conectam e se constituem com outros textos e materiais. Por outro lado, tomamos como premissa que os textos têm limites instáveis, estando sempre inscritos na experiência de apropriação e nos processos de interlocução com outros textos:

Uma longa tradição de teoria literária, de semiótica textual, de análise hermenêutica, onde reverbera a matriz cultural iluminista do livro, e por meio dela a matriz teológica do Livro, enfrentava ao texto como uma entidade homogênea e bem definida, com uma considerável autonomia formal e semântica. A crítica bakhtiniana problematizou essa homogeneidade e esses confins: não por casualidade Bakhtin é um contemporâneo da vanguarda artística e de suas estéticas, que trataram de desestabilizar os limites da obra de arte. A teoria pós-bakhtiniana traduziu o problema dos limites do texto como problema de fronteiras e atravessamento *entre os textos*, como questão de *intertextualidade*. O texto deve deixar de ser concebido segundo a metáfora da ilha para ser entendido segundo a metáfora do arquipélago. Ou ainda melhor, segundo a da *rede textual*. (ABRIL, 2007, p. 82 – grifos do autor)²

2. Una larga tradición de teoría literaria, de semiótica textual, de análisis hermenéutico, en que late la matriz cultural iluminista del libro, y a su través la matriz teológica del Libro, nos enfrentaba al texto como una entidad homogénea y bien definida, con una considerable autonomía formal y semántica. La crítica bajtiniana problematizó esa homogeneidad y esos confines: no por casualidad Bajtín es un contemporáneo de la vanguardia artística y de sus estéticas, que trataron de desestabilizar los límites de la obra de arte. La teoría posbajtiniana ha traducido el problema de los límites del texto como problema de fronteras y trasposos entre los textos, como cuestión de intertextualidad. El texto debe dejar de ser concebido según la metáfora de la isla para entenderse

Os gestos que nos ligam aos textos midiáticos devem ser vistos como parte um composto de práticas específicas que regulam variadas formas de apropriação de tais objetos, objetos esses transpassados por outros processos de leitura e apropriação. As primeiras páginas de jornal, por exemplo, adquiriram mesmo certa autonomia como textualidades que ultrapassam o próprio periódico impresso. São antecipadas na véspera pelos telejornais de fim de noite, apresentadas pelos primeiros telejornais do dia, evocadas pelas chamadas dos radiojornais e pauta dos comentaristas radiofônicos, destacam-se nos portais como a “imagem” do jornal do dia. São consumidas em período integral. Como um dispositivo, operam relações de agendamento, são lugares particulares de experiência que evidenciam processos de interpretação e configuração de novas experiências, atuam como nó dos processos de produção, reprodução e circulação do sentido social (ANTUNES e VAZ, 2006). Face característica do jornal, a primeira página é forma que persiste mesmo no cenário da dita convergência midiática como identidade de uma modalidade discursiva, a informação jornalística. Na sua dimensão visual ou de forma cultural, ela revela traços comuns ao ambiente jornalístico, compartilhando signos mais específicos e elementos mais amplos de reconhecimento e distinção só reconhecíveis porque parte de um conjunto mais amplo de objetos do universo midiático (COOKE, 2005; HUBÉ, 2010), uma interface que ultrapassa os limites tradicionais das mídias (MANOVICH, 2001), ou uma integrante de um repertório de mídia (HASEBRINK; POPP, 2006) no sentido de compor um padrão de exposição global aos meios de comunicação. Tais textos se compõe a partir das diferentes relações que estabelecem uns com os outros e com os produtores/receptores. Em um jornal, por exemplo, poderão ser consideradas interlocuções entre uma notícia e o todo da edição desse dia e/ou as relações entre um determinado diário e aquelas mídias que concorrem por públicos semelhantes. Entre edições de dias diferentes de um mesmo diário poderia haver interlocuções em função de algum tema, acontecimento ou personagem específico que se repete. Não se pode esquecer ainda que o texto de um jornal poderá dialogar com outras práticas sociais de leitura comuns a seu público leitor que poderá tecer nós de uma rede unindo

según la metáfora del archipiélago. O aún mejor, según la de la *red textual*.

as linhas dos jornais a elementos da TV, de redes sociais, romances, canções, entre outros.

Frente a tal “instabilidade” do texto, o analista teria como uma de suas primeiras tarefas a escolha de um ponto de partida para a tessitura de uma rede textual, assim como os pontos que definirão os limites da leitura (sempre provisórios, porém relevantes para os fins de sua pesquisa). Tendo como pano de partida tais apontamentos, propomos-nos tecer um caminho que aproxime textualidades midiáticas e experiência a partir de três movimentos compreensivos. O primeiro deles busca defender o gesto de *não dissecação* no estudo dos textos na mídia, a partir de uma espécie de *restituição de vitalidade*, em meio às formas de comunicação que o engendram. Para isso, a noção de *textualização* (Barthes, 1987) torna-se central para o entendimento dos fios vitais e dinâmicos que ligam os textos às interações entre sujeito e ambiente. O segundo movimento busca recuperar a noção de *epifania* de Gumbrecht (1998), tomando-a como instauradora de um gesto que permite reconhecer a natureza experiencial que é instaurada pelas formas comunicativas, como também inspirar um modo de se pesquisar (apanhar) tais formas como materialidades, numa experiência de (pesquisa em) comunicação. O terceiro movimento busca aproximar *textualização* e *epifania* com a noção de *distanciação* de Ricoeur (1991). Tal noção se vincula a uma espécie de tradição hermenêutica não-absoluta, que nos inspira a tomar as textualidades midiáticas como fenômeno sempre vinculado a mundos que se abrem, em quaisquer gestos comunicacionais.

2. Textualização: restituição de vitalidade

Um movimento que se mostra relevante diante dos estudos das textualidades midiáticas é aquele que sugere um *não dissecação dos textos* (MAFRA, 2011). Nesse caso, as ponderações principais dessa proposta se vinculam, essencialmente, ao paradigma comunicacional que anima tais estudos. Retalhar os textos e selecionar enquadramentos isolados em busca de *dissecar* o suposto sentido não aparente (para além do texto) representa um movimento típico de estudos informacionais, estes que não possuem alcance suficiente para superar uma visão transmissiva da comunicação (França, 2002).

Sendo assim, na perspectiva disjuntiva dos estudos de *efeitos* (ou do modelo epistemológico da comunicação (Queré, 1991), ou do paradigma informacional (França, 2002)), os textos nada mais seriam que restos, principiaidores ou finalizadores de um processo comunicacional. Como suportes fixos de conteúdo, equivaleriam a vias de acesso ao sentido de sujeitos emissores, e a pílulas estáveis que gerariam efeitos previstos quando absorvidas por sujeitos receptores. Se colocados numa balança com os sujeitos, ou perderiam em peso – por serem os sujeitos muito mais profundos e complexos do que a suposta superficialidade de conteúdos esgotados no plano chapado do papel; ou pesariam muito mais, em se tratando de verdadeiras bombas de influência, que se inseririam na vida social com seus chicotes de sentido, massacrando a possibilidade mesma de autonomia e de negociação por parte dos pobres – e sempre reféns – sujeitos (em especial quando tratamos de processos textuais no universo das mídias).

Isso acontece porque os estudos pautados pela visão informacional tomam os textos como estruturas cristalizadas, e tentam buscar relações internas ao próprio texto para extrair supostos sentidos projetados e possíveis sentidos apreendidos por outros receptores – na perspectiva de que o sentido encontra-se preso nessas estruturas, e de que somente ele funda-se como *unidade-mater* dos fenômenos comunicacionais – cabendo ao pesquisador da comunicação a tarefa de revelar o sentido oficial do texto. Por uma perspectiva relacional (França, 2002), apreender os textos como composições prontas e externas a circuitos comunicativos é investida que sugere um raciocínio tautológico: a disjunção dos elementos dos processos comunicativos não seria capaz de revelar aspectos propriamente comunicacionais dos fenômenos. Quanto a isso, nos recomenda França (2006, p. 86) que nenhuma análise comunicativa deve restringir-se ao exame de um texto, ou da caracterização de um sujeito, “mas do movimento dos textos (narrativas, discursos, representações) no contexto das interlocuções” (França, 2006, p. 86).

Assim, uma aproximação entre problemática textual e experiência pode ser capaz de superar uma visão que toma os textos como *pontes de acesso a sentidos produzidos externamente aos mesmos* – o que poderia alastrar em nós um desejo de sempre buscar algo que se posiciona *atrás* dos textos, ou *anterior* a estes. Esse paradigma, bastante falacioso, ofusca a visão de que o

texto se manifesta em meio a espaços de experiência: ele se põe em operação, num conjunto de formas de comunicação – nas quais sentidos plurivalentes circulam em processos textualizados de emergência, de modificação, de formatação final, de composição e de logística ampliada. Nessa seara, é válido aceitar a noção de dispositivos interacionais, proposta por Braga (2011). O pesquisador salienta que “em cada modo ou processo social, a sociedade experimenta modos de interagir. Tais práticas acabam se tornando disponíveis para a sociedade, “modelando” os processos comunicacionais acionados” (Braga, 2012, p. 2). Esses modos de interagir são os dispositivos interacionais, matrizes disponíveis socialmente e intimamente vinculadas a “circunstâncias históricas e acionáveis nos contextos específicos dos participantes” (Braga, 2011, p. 6). Assim, a necessidade mesma de interagir produz dispositivos a partir do estoque disponível de técnicas, práticas e processos – estoque este que se comporta para viabilizar a interação, dotando-a de “forma, sentido, substância e direcionamento” (Braga, 2011, p. 2). Obviamente, em lance recíproco, as formas de comunicação atualizam os dispositivos e, por eles, são atualizadas, numa prática constante de reelaboração empreendida pelos participantes.

É por conta disso que, para tomar os textos numa empreitada de superação a uma visão transmissiva, é preciso considerá-los em meio a formas de comunicação, vivas e pulsantes, em transe e em trânsito permanente: engendram-se enquanto dispositivos interacionais, em meio à energia vital intrínseca a qualquer processo comunicacional. Nessa perspectiva, Certeau (1994) nos faz enxergar a vitalidade dos textos, por exemplo, na relação entre escrita e leitura. O texto constitui-se por um ambiente linguístico, como um *corpo* circulante, com energia e inscrições no mundo. Interessante é explorar essa metáfora dos textos como corpos: formas de experiência se encarnam em nossos corpos, de modo que, nas práticas, não há como separar coisa alguma. Somos textos ambulantes, que expressam inscrições próprias e impostas por outrem, manifestando também, sutil e sub-repticiamente, as astúcias de um leitor (Certeau, 1994). Sentimos, pensamos, sofremos. Não teriam os textos os mesmos atributos? “*Esse texto me apaixonou. Degustei cada palavra. Sofri do início ao fim. Chorei e sorri. Mergulhei*”. São verbos que usamos e que indicam experiência: passagem, sofrimento, estética, presença (Dewey, 1980).

Formas de experiência se encontram encarnadas nos corpos humanos e nos corpos textuais. Lemos os corpos que se transformam em textos: em meio aos corpos transeuntes nas ruas de uma cidade, degustamos aqueles que, de algum modo, nos são objetos de leitura. Lemos os textos que, de algum modo, encarnam formas de experiência. São corpos vivos.

Assim, “dissecar cadáveres” não parece uma boa metáfora para expressar o processo de comunicação. Textos inertes não falam, não choram, não gozam. Cheiram mal. Nesse caminho, há pedaços soltos. Textos mortos servem bem a uma análise transmissiva da comunicação. A leitura dos textos vivos pede um-se-perder, um não lugar (Certeau, 1994). Não há como separar os textos das formas de comunicação, de seus enredamentos e de sua cadência de outros textos. O tecido está no tear; do tear, vai para as mãos; das mãos, para o balcão; do balcão, para o freguês; do freguês, para o vestido; do vestido, para a festa; da festa, para o beijo; e assim por diante. O *tecido* se explica na relação de *tessitura*. Ou, dito por outras palavras: o texto se explica em relação com outros textos. O texto, portanto,

só tem sentido graças a seus leitores; muda com eles; ordena-se conforme códigos de percepção que lhe escapam. Torna-se texto somente na relação à exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de astúcias de duas espécies de “expectativa” combinadas: a que organiza um espaço *legível* (uma literalidade) e a que organiza uma *démarche* necessária para a *efetuação* da obra (uma leitura) (Certeau, 1994, p.266).

Por esse caminho, o texto é sempre um lugar de negociação, com uma pluralidade infinita de estados; ele recebe, pela diversidade de atores, de lugares, de tempos, de outros textos, camadas de significação contínuas – o que representa sua natureza instável. Já que não há um sentido anterior ao texto, não sendo possível entendê-lo apartado das formas de comunicação e de experiência dos sujeitos, sensibiliza-nos, portanto, a ideia de que os textos são constitutivos de uma vitalidade: se há textos, há comunicação; se há comunicação, há experiência. Seguir por esse caminho implica em continuar a desatar algumas compreensões contaminadas sobre o texto, tomando-o como fenômeno que vai muito além de seu aparente estado de congelamento.

Por fim, Barthes (1987) é uma boa companhia nessa seara: em raciocínio dialético, reconhece o texto como um *tecido* – coisa pronta, resultado de uma intervenção humana pelo uso de uma técnica – e como algo em processo, *fazendo-se* (a raiz latina da noção de texto finca-se em *textere*: *tecer*, ação de um fazer, de um gesto em movimento). A compreensão de Barthes (1987) não sugere o apagamento ou o privilégio de uma noção pela outra, já que ambas convivem em tensionamento. Tanto há um *tecido* – algo que dá forma, (*con*)forma, (*in*)forma, concede unidade – quanto há um *tecer* – algo que se faz e que se costura continuamente. Esse paradoxo ambulante que o texto carrega expressa considerável complexidade comunicacional que desafia os pesquisadores a encontrar maneiras de tomá-lo sem destituir sua singularidade comunicacional. Retalhar o texto e retirá-lo das formas de comunicação que o engendram seria como que arrancar sua *vitalidade*, seu espírito. Desintegrar a unidade do texto, dissipando-o junto aos contextos comunicacionais, e esvair seu traço como coisa que, de algum modo, se estabiliza seria o mesmo que desconsiderar seu aspecto mínimo de condensação (seja pelo receio de cair em análises internalistas, seja pelo ato de apreciá-lo como elemento periférico e não significativo das interações).

De tal sorte, os textos midiáticos não vivem soltos, e se constituem em meio a processos materiais, históricos e situacionais que os *conformam/os dão forma*. Por um olhar comunicacional, os textos são sempre encaixados, e se explicam sucessivamente em relação a outros textos. A parte imóvel e prensada que se emancipa não carrega, dessa forma, um sentido pronto, mas se constitui como algo condensado, gerador de um campo de forças, em meio a um inacabado processo de significação e de experimentação. Encarnado em formas de comunicação, ele se realiza, ininterruptamente, num processo de *textualização*. Nesse vai-e-vem inusitado de encaixes ininterruptos, além de não os tomarmos como instâncias autônomas, com Gumbrecht (1998; 2010) podemos entender que os textos não apenas trazem *um novo problema de interpretação*, mas, acima de tudo, um *novo problema à interpretação* – na medida em que não poderíamos reduzir as experiências constituídas pelos textos a um sentido que se tem deles.

3. Epifania: a presença dos textos

Problematizar os textos para além do sentido é aceitar tomá-lo pela noção de *materialidades da comunicação*, formas técnicas de comunicação constituídas nos tempos modernos, definidas por Gumbrecht (2010, p. 38) como “todos os fenômenos e condições que contribuem para a produção de sentido, sem serem, eles mesmos, sentido”, inscrevendo-se num amplo processo de significação e de tangibilidade espacial. Quanto a isso, Gumbrecht (2010, p. 38-39) aceita a singularidade da significação produzida pelas materialidades, mas, por acreditar numa relação dos sujeitos com o mundo não fundada exclusivamente no sentido, também destaca o que ele chama de *produção de presença* como um movimento próprio desses fenômenos técnicos:

se producir quer dizer, literalmente, “trazer para diante”, “empurrar para frente”, então a expressão “produção de presença” sublinharia que o efeito de tangibilidade que surge com as materialidades de comunicação é um efeito em movimento permanente. Em outras palavras, falar de “produção de presença” implica que o efeito de tangibilidade (espacial) surgido com os meios de comunicação está sujeito, no espaço, a movimentos de maior ou menor proximidade e de maior ou menor intensidade. Pode ser mais ou menos banal observar que qualquer forma de comunicação implica tal produção de presença; que qualquer forma de comunicação, com seus elementos materiais, “tocará” os corpos das pessoas que estão em comunicação de modos específicos e variados.

Por essa perspectiva, Gumbrecht (2010) não abdica do sentido, mas é questionador com relação à hegemonia da interpretação – quando tomada como exclusivo componente das materialidades da comunicação – e a certo tipo de interpretação, que parece sempre procurar por sentidos quase sempre *profundos* ou *ocultos*, “que anulam a capacidade de lidar com o que está à nossa frente, diante dos olhos e no contato com o corpo”³. As materialidades, portanto, se realizam na medida em que colocam em tensão tanto atributos

3. Citação feita por Marcelo Jasmim, na apresentação da edição em português da obra “Produção de Presença”, de Gumbrecht (2010).

do pensamento quanto qualidades dos sentidos corporais (som, vista, tato, cheiro, paladar). É por isso que, ao se referir à experiência, Gumbrecht (2010) vai dizer de uma tensão ou de uma oscilação entre componentes de presença e de sentido, sendo impossível compatibilizá-los ou reuni-los numa estrutura fenomênica equilibrada. E ainda completa que

nessa constelação específica, o sentido não ignorará, não fará desaparecer os efeitos de presença, e a presença física – não ignorada das coisas (de um texto, uma voz, uma tela com cores, um drama interpretado por um grupo de teatro), em última análise, não reprimirá a dimensão de sentido. A relação entre efeitos de presença e efeitos de sentido também não é uma relação de complementaridade, na qual uma função atribuída a cada uma das partes em relação à outra daria à copresença das duas a estabilidade de um padrão estrutural. Ao contrário, podemos dizer que a tensão/oscilação entre efeitos de presença e efeitos de sentido dota o objeto de experiência estética de um componente provocador de instabilidade e desassossego (Ibidem, p.137).

Sendo assim, como é possível executar um movimento de apreensão de textos vivos, cujas experiências se conformam não apenas por componentes de sentido, mas também de presença? Para Gumbrecht (2010, p. 148), a noção de epifania torna-se bastante apropriada para expressar a execução de um gesto de pesquisa voltado à apreensão das materialidades da comunicação:

[a epifania] contém o estatuto de evento: em primeiro lugar (...), nunca sabemos se ou quando ocorrerá uma epifania. Em segundo lugar, quando ocorre, nunca sabemos que intensidade terá: não há dois relâmpagos com a mesma forma, nem duas interpretações de orquestra, com a mesma composição, que ocorram exatamente da mesma maneira. Finalmente (e acima de tudo), a epifania na experiência estética é um evento, pois se desfaz como surge (Gumbrecht, 2010, p. 142) [grifo nosso].

Gumbrecht (2010) ainda aponta que não há nenhuma estrutura de sentido e nenhuma impressão de um padrão de ritmo na epifania, de modo que esta revela a “emergência de uma substância que parece surgir do nada”, de modo

que “não existe experiência estética sem epifania, isto é, sem o evento da substância que ocupa o espaço” (Gumbrecht, 2010, p. 144). Quando ocorre, portanto, a epifania – a maneira como se apresenta diante de nós a tensão entre presença e sentido – ela surge do nada e não há como controlar sua ocorrência ou mesmo a intensidade de que será em nós disposta, “afinal, há muito a experiência estética tem sido associada a acolher o risco de perder o domínio sobre nós mesmos – pelo menos por algum tempo” (Gumbrecht, 2010, p.145). Dessa maneira, essencial compreender que a tensão inaugurada pela epifania também exija uma dimensão espacial (ou, pelo menos, uma impressão dessa dimensão): a experiência tem substância e forma; permite que sejamos arrebatados do mundo, uma vez que a epifania se refere a *momentos de intensidade* que não podem fazer parte dos respectivos mundos cotidianos em que ela ocorre. Por isso, talvez Gumbrecht (2010, p.130) diga que a epifania se localizará necessariamente a *certa* distância desses mundos, sem que dele de todo saíamos, e se torna movida por aquilo que ele chama de *estrutura situacional dentro da qual essa experiência tipicamente ocorre*.

Aqui, gravita uma ideia inspiradora à apreensão dos textos como materialidades da comunicação: nosso movimento é elástico, e não há como se descolar das coisas do mundo, mesmo que, em certas situações, sejamos arrebatados pela força epifânica da experiência. Contudo, para o homem moderno – quiçá para um pesquisador da ciência – a oscilação entre sentido e presença não é tão simples de ser vivida: tamanho é o desejo de supremacia do sentido (projeto de uma figura humana excêntrica, que se vê apartada do mundo) que Gumbrecht (2010) diz que, nessas atuais condições culturais, é preciso que nos invistamos de determinada estrutura específica, o que ele chama de situação de *insularidade* e de predisposição para a *intensidade concentrada*, para que vivamos a experiência da tensão/oscilação produtiva entre sentido e presença:

Existem dois modos principais de entrar em situações de insularidade. O mais dramático (por assim dizer) é a modalidade de ser arrebatado pela “relevância imposta”. Nesse caso, o súbito aparecimento de certos objetos de percepção desvia a nossa atenção das rotinas diárias em que estamos envolvidos, e, de fato, por um momento, nos separa delas

(ex: relâmpago). (...) Mesmo assim permanece a questão de saber que traços gerais, que podemos identificar nos objetos da experiência – estética ou não – que nos atraem e nos empurram para um estado em que nos sentimos perdidos na intensidade concentrada (Gumbrecht, 2010, p. 132-133).

Esse caminho metodológico se apresenta como uma forma de se restabelecer contato com as coisas do mundo fora de um paradigma exclusivo sujeito-objeto, e de tentar romper com os propósitos metafísicos de uma ciência moderna – de uma “autoimagem de um espectador diante de um mundo que se apresenta como um quadro (Gumbrecht, 2010, p.146)”. É importante ressaltar que o autor não advoga para si a originalidade dessa discussão, e faz jus a uma ampla trajetória de estudos que critica a epistemologia clássica das ciências humanas. Nessa direção, interessante é acompanhar o raciocínio de Gumbrecht (2010): a figura do *observador*, homem capaz de encontrar a *distância* apropriada e desejável em relação a seus objetos de pesquisa, surge como elemento-chave do campo hermenêutico e de uma investigação científica pautada pela concepção de um método clássico, no início da era moderna (a essa figura, Gumbrecht (2010) chama de *observador de primeira ordem*). Inclusive até hoje, o fetiche de uma distância configurada sob certas características, conformada pelo emblema de um cientista moderno, passeia pelo imaginário de muitos de nós, quando em geral pressupomos que

a qualidade das observações e das interpretações depende da “distância adequada” que o observador é capaz de manter em relação ao fenômeno que observa. Assim, temos de fazer um esforço intelectual específico para entender o quanto é problemático falar constantemente do “mundo” ou da “sociedade” como se “mundo” e “sociedade” fossem objetos distantes, em relação aos quais somos capazes de (ou devemos) ocupar uma posição de afastamento (Gumbrecht, 2010, *Ibidem*, p. 44).

Não somos homens excêntricos ao mundo: como quaisquer seres vivos, nós, pesquisadores, tomamos parte num mundo de coisas com dimensão espacial e corpórea. É assim que Gumbrecht (2010) critica a universalidade da interpretação (da identificação e da atribuição de sentido) nas humani-

dades – essa ideia de que interpretar o mundo é ir além de sua superfície material – e afirma que já é *tempo de sujar as mãos*, quando nos convida a assumir esse lugar de presença na investigação científica – o que se estende à investigação dos textos comunicacionais. Se o mundo não é um quadro, mas um complexo emaranhado de relações vivas, tal vitalidade imprime às coisas uma instabilidade impossível de se dominar. Essa instabilidade não é propriedade apenas das coisas, mas dos sujeitos e dos textos.

Nesse ínterim, a questão da distância, necessária ao surgimento da *verdade*, aparece enquanto um problema epistemológico. Isso não significa um abandono total dessa noção, já que, por outro lado, a distância ainda parece ser o elemento epistemológico chave que permite à ciência se configurar como um subsistema social – ainda que ela se posicione como algo que não venha a dominar o mundo, mas a tomar parte nele. Para isso, precisamos entender, em primeiro lugar, que a distância não precisa ser algo estático de um pesquisador à parte (e apático): ela pode existir enquanto *um movimento*, ou, propriamente, enquanto *movimentos*. Se o pesquisador faz parte do mundo, ele pode criar determinadas condições (espaço, tempo e método) para sair, e, ao mesmo tempo, permanecer nesse mundo – como numa forma espiralada que sugere um retirar elástico do sujeito, em ciclos de *vai-e-vem* (sabendo-se que esse *vem* nunca traz de volta ao sujeito às condições em que este desfrutava na ocasião do *vai*). Em segundo lugar, a distância não se apresenta como nenhuma garantia de descoberta de verdades absolutas, mas se constitui como uma possibilidade de reflexão sobre o mundo, posta em diálogo com outras reflexões (Santos, 2002) tensionadas por outros subsistemas sociais. Por fim, em terceiro lugar, a distância não é privilégio apenas do cientista ou do especialista, ou mesmo de sistemas, mas pode ser entendida, acima de tudo, como característica inerente à historicidade da experiência humana na tentativa de compreensão de suas realidades, conforme aponta Ricoeur (1991). Com relação a isso, cabe especificar em que medida a noção de epifania, com o gesto de situação de *insularidade* e de predisposição para a *intensidade concentrada* pode ser pensada, em específico, para uma apreensão dos textos como experiência.

4. Distanciamento: a interpretação dos textos que não se aparta da interação

A perspectiva de Ricoeur (1991) para apreensão dos textos passa longe de um movimento hermenêutico clássico, inaugurado com a modernidade. Como o pensador francês esclarece, quando estamos diante de um texto, lidamos com duas possibilidades de movimentos: a) a busca de uma *explicação* por meio de supostas relações e estruturas internas, tratando o texto como *sem-mundo* (e, por sua vez, sem vitalidade); b) a busca de uma *interpretação* do texto, consumando-o em falas e restituindo-o à comunicação viva. Ricoeur entende, portanto, que explicar é uma tentativa de destacar as relações internas que constituem a estatística do texto (movimento que não diz da significação do texto, mas apenas supõe entender aquilo que não passa de um conjunto de ossaturas), enquanto que interpretar é tomar do texto seu caminho de pensamento, de modo que “a interpretação não é um ato sobre o texto, mas um ato do texto” (Ricoeur, 1991, p.159). Quando Ricoeur (1991, p.162) aponta que “o dizer do hermenauta é um re-dizer, que reativa o dizer do texto”, há uma direção clara no sentido de identificar um novo conceito de interpretação, fundado na experiência. Tal conceito corrobora em muito com as perspectivas já apresentadas em parágrafos anteriores, já que, para o autor, ler é encadear um discurso novo no discurso do texto – fato que explicita o caráter aberto do texto e a sua peculiar capacidade de ser encadeado e retomado em universos diferentes. A interpretação seria, por esses termos, “a conclusão concreta deste encadeamento e deste retomar” (Ricoeur, 1991, p. 155).

Nesse sentido, a interpretação do texto para Ricoeur (1991) conserva um *caráter de apropriação* e passa, em algum momento, pela *interpretação de si* (e por sua vez, pela compreensão dos signos da cultura), de um sujeito que se compreende melhor, que se compreende de outro modo ou que começa a se compreender. Interessante notar que, para Ricoeur, a interpretação do texto é também uma luta contra a distância cultural, de modo que a interpretação aproxima – torna próprio – o que, em princípio, seria estranho. É por essa via que esse autor vai além: para ele, a ação humana é um *quasi-texto*. Ela se desprega do seu agente e adquire uma autonomia semelhante à autonomia de um texto, permitindo a reinscrição do seu sentido em novos contextos. É

uma obra aberta, dirigida a muitos leitores possíveis. Ao dizer isso, Ricoeur pretende tomar o texto como modelo de interpretação da própria experiência, uma possibilidade de compreender como a ação social se realiza no mundo e se produz: “o texto é, para mim, muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana, ele é o paradigma da distância na comunicação” (Ricoeur, 1991, p. 109). Escrevemos (inscrevemos) e lemos práticas no mundo: experimentamos as coisas nunca a partir de um sentido imanente a elas mesmas, mas por um movimento de leitura que rediz o texto e a nossa própria experiência. Essa forma de ver é bastante reveladora: ao tomar o texto como um modelo de interpretação da experiência, Ricoeur nos permite também considerar que o texto em si não é uma forma de acesso à experiência, mas é uma experiência no mundo. Ele nos produz como sujeitos, formata maneiras de experimentação, tonaliza e encarna formas singulares de interação.

Assim, o hermenauta descrito por esse autor parece não se esconder por detrás de um véu: ele se expõe, permite falar de si ao falar dos textos, explicita sua interação na produção de sentidos e reconhece que sua visada na interpretação não tem os propósitos totalitários de um paradigma informacional. Por isso, ainda que partam de tradições teóricas distintas, há concretas possibilidades de aproximação entre Ricoeur e Gumbrecht (2010): quando este último enfatiza sua crítica a uma hermenêutica clássica, e propõe a noção de *epifania* – o que exige a afirmação da “substancialidade do ser” contra a tese da “universalidade da interpretação” – é possível encontrar outros termos que, a nosso ver, não seriam dissonantes à perspectiva de Ricoeur (1991) (já que este também pretende superar a visão de morte e de dissecamento dos textos), mas oferecem outras lógicas que também inspiram a visada de um estudo sobre texto e experiência. A tentativa de superação de uma hermenêutica absoluta é um projeto que Gumbrecht (2010) desenvolve com a noção de *presença*: “prazer da presença’ é a fórmula mística por excelência” e “uma presença que escapa à dimensão do sentido tem de estar em tensão com o princípio da representação” (Gumbrecht, 2010, p.82). Os textos impressos, por esses termos, não apartados de formas de comunicação, são vivos, petulantes e instáveis. Pesquisá-los é produzir outros textos; é anunciar *experiências possíveis*, nunca generalizáveis, cujo valor se encontra na coragem do

desnudamento: seja do sujeito-pesquisador e dos muitos sujeitos que nele habitam; seja de outros textos que revelam sua experiência com o texto, numa determinada situação de intensidade.

Assim, como sujeitos, executamos a distanciação sempre que interpretamos nossa ação no mundo, movidos por epifanias: é um movimento de atribuição de sentido e de presença diante dos textos e das ações, vinculado não a alguma possível *vivência-fora-do-mundo*, mas a uma *experiência-em-suspense* no cotidiano vivenciado no mundo (veja e distancio os sentidos que atribuo à minha experiência). É por esse caminho que Ricoeur (1991) pretende superar a oposição entre uma *distanciação*, a que ele chama de *alienante*, e uma noção de *pertença*. Para ele, o movimento de distanciação diante de um texto não vem de um sujeito imbuído de determinado impulso de objetividade (tipicamente moderno) que recusa a pertença desse sujeito ao mundo aberto pelo texto. Essa antinomia entre distanciação alienante e pertença, que aparece como aspecto central na obra *Verdade e Método* do intelectual Gadamer, suscita, nos termos de Ricoeur (1991, p. 109), uma alternativa insustentável:

a distanciação alienante é a atitude a partir da qual é possível a objetividade que reina nas ciências do espírito ou ciências humanas; mas esta distanciação que condiciona o estatuto científico das ciências é, ao mesmo tempo, a degradação que destrói a relação fundamental e primordial que nos faz pertencer e participar na realidade histórica que pretendemos erigir em objeto. Daí a alternativa subjacente ao próprio título da obra de Gadamer *Verdade e Método*: ou praticamos a atitude metodológica, sem perdermos a densidade ontológica da realidade estudada, ou praticamos a atitude de verdade, mas, então, teremos que renunciar à objetividade das ciências humanas.

É nesse sentido que Ricoeur levanta a problemática textual para superar essa oposição, uma vez que, em seu pensamento, a noção de texto é capaz de revelar uma característica fundamental da historicidade da experiência humana: a de que tal experiência pode ser entendida como uma comunicação *na e pela* distância. E Ricoeur não atribui à escrita a responsabilidade de provocar tal distanciação: para ele, o problema hermenêutico constrói-se

sobre uma dialética da distanciação já pertencente à oralidade, e que, complexificado a partir de inter-relações com o sistema escrito, se apresenta como um *ato do texto*, e não um *ato sobre o texto*. É assim que a *função hermenêutica da distanciação* é também desenvolvida por Ricoeur (1991) a partir de uma argumentação contra dois outros movimentos hermenêuticos: a) um movimento romântico, que interpreta os textos em busca de uma suposta essência do autor e de sentidos que estariam atrás do texto (“investigação de outrem e das suas intenções psicológicas que se dissimulam atrás do texto” (ibidem, p. 121)); b) um movimento estruturalista, que busca estruturas generalizantes nos textos, interpretando-os sob a égide do sistema da língua (reduz-se “a interpretação à desmontagem das estruturas” (ibidem, p. 121)). Dessa maneira,

se já não podemos definir a hermenêutica pela investigação de um outrem e das suas intenções psicológicas que se dissimulam *atrás* do texto e se não queremos reduzir a interpretação à desmontagem das estruturas, que fica para interpretar? Responderei: interpretar é explicitar o modo de ser-no-mundo exposto *diante* do texto (Ibidem, p. 121).

Ricoeur, em seguida, faz referência à teoria da compreensão, em Heidegger, para quem o *compreender* não *parte de* ou não *se explica por* um movimento de certo *outrem* que opera desligado de si mesmo, mas torna-se, dessa maneira, uma estrutura do ser-no-mundo: “o momento do ‘compreender’ responde, dialeticamente, ao ser em situação como sendo a projeção dos possíveis mais próprios no âmago das situações em que nos encontramos” (ibidem, p. 122). No bojo dessa noção, Ricoeur conclui: “o que se deve, de fato, interpretar num texto é uma *proposta de mundo*, de um mundo tal que eu possa habitar e nele projetar um dos meus possíveis mais próprios. É aquilo a que eu chamo o mundo do texto, o mundo próprio a *este* texto único” (ibidem, p. 122).

É nesse sentido que as formulações de Ricoeur (1991) sobre a hermenêutica da distanciação nos inspiram a encontrar um caminho metodológico *diante* dos textos, em nosso caso, das textualidades midiáticas: impossível lidar com tais materialidades como se fossem apartadas de um mundo

em que nós, como pesquisadores, também fazemos parte. E é interessante notar que, independente da condição temporária de pesquisa, já lidamos com esses textos executando um movimento de distanciamento, inerente mesmo à relação que estabelecemos com eles: nossa compreensão de sujeitos ordinários já passa por uma projeção dos nossos possíveis mais próprios no mundo aberto pelas materialidades comunicativas – um mundo que não se impõe sobre nós mesmos, mas que se *abre*, de modo que, nele, passamos a habitar. Remontemos, novamente, à ideia de espiral que a distância nos sugere: saímos e, ao mesmo tempo, permanecemos nesse mundo aberto pelos textos que elegemos, como numa atitude metodológica elástica, em ciclos de *vai-e-vem*. Essa imagem nos insinua, dessa maneira, um modo de ser-no-mundo, exposto diante dos textos; estiliza uma postura metodológica de um observador de primeira ordem (a autoimagem de um espectador diante de um mundo que se apresenta como um quadro), e nos convida a *sujar as mãos* e a assumir o nosso *lugar de presença* na investigação dos textos.

5. Para apanhar a mídia como experiência

O principal objetivo desse trabalho foi problematizar três movimentos compreensivos para se *apanhar* os textos como experiência: *textualização*, *epifania* e *distanciamento*. Mais do que construções conceituais autônomas, nosso esforço foi o de pensar em que medida esses três movimentos também podem se apresentar como gestos metodológicos de pesquisa com o (do) midiático. Podemos reconhecer, em tais movimentos, a insinuação de dois importantes gestos de pesquisa para apreensão dos textos midiáticos como experiência.

O primeiro gesto se refere a um modo de coleta peculiar dos textos: é bastante coerente que o pesquisador se sinta afetado, de algum modo, em seus cotidianos, pelos textos que serão pesquisados. Sem essa afetação (que se refere menos a um conteúdo específico de afetação e mais a uma forma, a determinados contextos e situações), os textos, destituídos de vitalidade, se mostrariam como cadáveres, correndo o forte risco de serem alvos de análises internalistas.

Já o segundo gesto insinua a coragem do desnudamento de protocolos de

leitura próprios, abertos pelo texto: como materialidades da comunicação, os textos midiáticos constituem-se por tensões entre elementos de presença e elementos de sentido, e, por isso, estimulam nos pesquisadores modos de leitura/apropriação próprios, muitas vezes únicos, que precisam ser registrados. Anotar as narrativas insurgidas diante dos textos, em inúmeros momentos da pesquisa, bem como as marcas contextuais da leitura, torna-se movimento fundamental, capaz de revelar o mundo aberto pelos textos, na experiência de pesquisa. Tal processo é capaz de inserir o próprio pesquisador em meio ao movimento de textualização provocado pelo texto, explicitando, por sua vez, seu próprio movimento de sujeito, na experiência da pesquisa dada.

Sendo assim, diante do *tecido*, o pesquisador torna-se atento ao processo de *tecer* (engendrado por si próprio, por outros sujeitos que nele habitam, por outros textos – científicos, profanos, leigos). E se oferece ao processo de produção de conhecimento com a entrega suficiente capaz de deixá-lo aberto à afetação de epifanias, deixando-as arrebatá-lo do mundo, levando-o a uma situação de insularidade específica – notadamente marcada por momentos de intensidade únicos, não negligenciados. Apanhar os textos como experiência é se expor ao sabor do tempo e à expressão (por vezes astutamente inconsciente) de si próprio; é entregar a pesquisa ao incontrolável processo de textualização – que se finaliza por um ponto final presente em um novo *tecido* (uma dissertação, uma tese, uma pesquisa, um texto), este que passa a alimentar tal infundável processo.

Referências Bibliográficas

- ABRIL, Gonzalo. Análisis crítico de textos visuales: mirar lo que nos mira. Madrid: Editorial Síntesis, 2007.
- ALZAMORA, Geane. Especificidades da rede intermídia contemporânea: considerações sobre a audiência em contextos reticulares. Revista Alaic, n.17, p. 50-61, 2012.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo Ferreira. GRISpress - Culturas do Impresso. In: FRANÇA, V.; MARTINS, B.G.; MENDES, A.M. (Org.). Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCOM/UFMG, 2014. p.43-50.
- BARTHES, Roland. O prazer do texto. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BRAGA, J. L. Dispositivos interacionais. Encontro Anual da Compós. Anais eletrônicos. Porto Alegre: Compós, 2011. Disponível em: < <http://www.compos.org.br/biblioteca.php>> Acesso em: 30 jul. 2014.

BRAGA, J. L. Uma teoria tentativa. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-compós, Brasília, v.15, n.3, p. 1-17, set./dez. 2012.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COOKE, L. A visual convergence of print, television, and the internet: charting 40 years of design change in news presentation. *New Media & Society*, v. 7, n. 1, p. 22-46, 1 fev. 2005.

DEWEY, John. Tendo uma experiência. In: _____. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FRANÇA, Vera R. V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, L.G.; WEBER, M.H.; FRANÇA, V.; PAIVA, R. (org). Estratégias e culturas da comunicação. Brasília: Ed. UnB, 2002.

FRANÇA, Vera. Sujeito da comunicação, sujeitos da comunicação. In: GUIMARÃES, César. FRANÇA, Vera. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Pp. 61-88.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. A modernização dos sentidos. São Paulo: Editora 34, 1998.

HASEBRINK, U.; POPP, J. Media repertoires as a result of selective media use. A conceptual approach to the analysis of patterns of exposure. *Communications*, v. 31, n. 3, p. 369-387, 1 jan. 2006.

HEPP, Andreas. “As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo?” MATRIZES 8.1 (2014): 45-64

HERKMAN, J. Convergence or intermediality? Finnish political communication in the New Media. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 18, n.4, 2012, pp.369-384.

HERKMAN, Juha. Convergence or intermediality? Finnish political communication in the New Media. *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, v. 18, n.4, p. 369-384, 2012.

HUBÉ, N. «La forme, c'est le fond». La «Une» comme outil marketing de «modernisation» de la presse quotidienne. *Questions de communication*, v. 17, p. 1-25, 2010.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Vestígios da dengue no anúncio e no jornal: dimensões acontecimentais e formas de experiência pública na (da) cidade. 2011. Tese de doutorado, Belo Horizonte, UFMG.

MANOVICH, Lev. The language of new media. The MIT press, 2001.

QUERÉ, L.. D'un modele épistémologique de la communication à um modele praxéologique. *Réseaux*, Paris, n.46/47, p. 2-20, mar-abr 1991.

RICOEUR, Paul. Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II. Porto: Res, 1991.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault

Geane Alzamora, Joana Ziller, Carlos d'Andréa

Introdução

Em que medida é possível apreender a mídia como um dispositivo? Com base nessa indagação, aproximamos as noções de mídia e dispositivo para averiguar a pertinência da expressão “dispositivo midiático”, que é recorrentemente utilizada nos estudos de comunicação. A tarefa não é fácil, dado que tanto dispositivo quanto mídia são termos polissêmicos, cujos significados variam conforme a abordagem adotada. Partimos, assim, da definição de dispositivo para, posteriormente, avaliar em que medida é apropriado qualificar o dispositivo como midiático.

Uma das referências conceituais mais utilizadas nos estudos comunicacionais do dispositivo foi esboçada por Michel Foucault (1979, 1988). Embora o termo se encontre disperso nos textos do filósofo francês, tornou-se uma espécie de chave de leitura de sua obra, em especial em sua fase genealógica. Considerando que em sua obra Foucault não trata diretamente das mídias e seus desdobramentos⁴, nesse artigo assumimos como referência principal

4. Em uma das raras referências ao termo, Foucault (1996, p. 224) afirma que os media constituem “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão”.

sua perspectiva de dispositivo por compreendermos a mídia como um tipo de ambiência que estabelece disposições e configura modos de agir por meio da rede que a constitui.

Dentre as várias abordagens do conceito no âmbito da Comunicação, selecionamos para esta discussão os textos de Antunes e Vaz (2006) e Braga (2011), cujos argumentos, derivados de outras matrizes teóricas, dialogam, ainda que de modo indireto, com a perspectiva foucaultiana de dispositivo. Em seguida, esclarecemos o que entendemos por mídia e de que modo relacionamos tal noção à concepção de dispositivo aqui assumida como referencial. Buscamos um diálogo entre a perspectiva foucaultiana de dispositivo, a acepção germânica do termo mídia (BASTOS, 2012) e os estudos contemporâneos de midiaticização (HEPP, 2014) com o intuito de revelar a abrangência reticular do fenômeno comunicacional sintetizado na expressão dispositivo midiático. Optamos por não nos determos em arranjos midiáticos específicos, nos atendo à desafiadora empreitada de delinear o que entendemos por dispositivo midiático.

A relação entre mídia e dispositivo baseia-se ainda em alguns comentaristas de Foucault, em especial Deleuze (1990), Agamben (2005), Bussolini (2010) e Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2014), cujos textos homônimos “O que é um dispositivo?” buscam decifrar o conceito foucaultiano de dispositivo.

1. A perspectiva foucaultiana

A maioria das discussões acerca do conceito de dispositivo em Foucault cita uma mesma definição. O dispositivo é

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1996, p. 244).

Tal trecho, proferido em uma entrevista com Foucault, originalmente

publicada em 1977⁵, é tão interessante quanto amplo. Um excessivo número de fenômenos pode ser analisado a partir dessa descrição. Entretanto, o conceito de dispositivo em Foucault não se pretende tão abrangente, como discutiremos mais à frente.

As dificuldades para se entender adequadamente a noção foucaultiana de dispositivo têm variadas origens. Em primeiro lugar, é preciso olhar para o contexto em que vem à tona tanto a discussão, quanto a própria noção foucaultiana de dispositivo. Ou seja, a que modo de olhar a realidade se refere, tendo em vista que o termo foi usado, com conceituação diferente, por outros teóricos⁶. Por outro lado, é preciso cuidado com a questão linguística, a tradução do termo.

Em francês, *le dispositif* é uma expressão de uso corrente (BEUSCART, 2006), cujo significado se assemelha, em certa medida, à discussão de Foucault. Sua tradução para o inglês, entretanto, foi feita pelo termo *apparatus* – o que altera seu sentido original (RAFFNSØE, 2008; BUSSOLINI, 2010; DREYFUS & RABINOW, 2003). Em português, apesar da tradução cognata, o termo dispositivo atualmente encontra um contexto de utilização bem diverso do francês. Nos últimos anos, a palavra dispositivo tem sido usada em português de maneira relacionada à tecnologia, correspondente ao inglês *device*⁷. Portanto, do ponto de vista linguístico, tanto a tradução de textos do inglês, quanto o uso mais comum do termo dispositivo, têm dificultado que se discuta adequadamente o conceito. Nesse sentido, Tucherman (2005) lembra que, em Foucault, um dispositivo é um regime, não um equipamento.

Mas há um outro elemento importante a se levar em conta. Talvez pela ausência de um texto publicado por Foucault discutindo especificamente a ideia de dispositivo, o conceito demorou algumas décadas para ser mais amplamente adotado pela comunidade científica internacional (RAFFNSØE, GUDMAND-HØYER & THANING, 2014).

5. <http://libertaire.free.fr/MFoucault158.html>. Acesso: 26.Fev.2016.

6. Antes de adotado por Foucault, dispositivo foi usado, por exemplo, por Althusser, Lyotard e Baudry (RAFFNSØE, GUDMAND-HØYER & THANING, 2014).

7. Vale notar que *device*, em inglês, é sinônimo de *apparatus*.

Entender o conceito de dispositivo demanda alguma contextualização da obra de Foucault⁸. Seu trabalho pode ser dividido em duas fases: a arqueológica e a genealógica. Para nossa discussão, é importante entender que, embora sempre tenha se voltado ao poder, o autor, em sua fase arqueológica, trabalhou de maneira mais específica os discursos; enquanto a genealógica ampliou tal visão para incluir o não discursivo (VILAS BOAS, 2002; DREYFUS & RABINOW, 2003).

Um dos operadores conceituais mais importantes da fase arqueológica da discussão foucaultiana é o conceito de episteme. Foucault definiu a episteme em “A Arqueologia do Saber” (originalmente publicado em 1969) como

o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização; a repartição desses limiares que podem coincidir, ser subordinados uns aos outros, ou estar defasados no tempo; as relações laterais que podem existir entre figuras epistemológicas ou ciências, na medida em que se prendam a práticas discursivas vizinhas mas distintas. A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2008, p. 214)

Ainda que Castro (2005) aponte algumas variações de ênfase na discussão de episteme, o conceito citado nos permite ver aproximações e diferenças em relação à noção de dispositivo. Resumidamente, há uma diferenciação clara no que diz respeito às delimitações do olhar: a episteme é essencialmente

8. Se o fazemos aqui, é apenas pela necessidade de descrever a noção de dispositivo para trabalhar o dispositivo midiático. Não pretendemos uma abordagem aprofundada ou extensiva. Para tal, sugerimos os artigos de Raffnsøe, editor do periódico *Foucault Studies*, disponíveis em <http://raffnsøe.com>.

discursiva. E uma aproximação quando pensamos no modo de olhar, uma vez que se refere a um conjunto de relações e a determinadas práticas.

A noção de dispositivo é apontada como substituta da ideia de episteme na fase genealógica de Foucault (CASTRO, 2005; REVEL, 2005). Para Revel, a episteme seria um “dispositivo especificamente discursivo” (2005, p.40) - ainda que Raffnsøe (2008) defenda que seja mais interessante, atualmente, ler toda a obra de Foucault à luz do conceito de dispositivo, desconsiderando a divisão em fases; para ele, o dispositivo pode ser visto como um conceito transversal e unificador da obra de Foucault.

2.1. Rede de práticas

Partindo da definição de dispositivo anteriormente mencionada, que se refere a elementos de uma rede heterogênea, destacamos a última frase: “O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1996, p. 244). Essa rede se estabelece como um conjunto de práticas. Foucault não descreve um objeto estático, mas um conjunto de relações variadas. Como tal, encontra-se sempre em movimento, em adaptação, em alteração.

Os dispositivos surgem para responder a uma urgência em determinado momento histórico e sua sobrevivência ao longo do tempo depende da adaptação às condições sociais, que estão permanentemente em alteração. A mesma ação normativa que nomeia e/ou regulamenta determinados elementos traz em si resistências e, assim, conforma demandas por rearranjos das práticas componentes do dispositivo. Como afirma Raffnsøe (2008) ao descrever o dispositivo, estamos tratando de regularidades em desenvolvimento. Para Dreyfus & Rabinow (1996, p. 135), o dispositivo é formado pelas “práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando”.

O dispositivo pode ser configurado como um tipo de “ambiência” (RAFFNSØE, 2008), um quadro organizador (PEETERS & CHARLIER, 1993). A maneira de agir do dispositivo é uma influência que se dá por meio de sua rede, o estabelecimento de disposições (RAFFNSØE, 2008). Peeters e Charlier (1993) defendem que o dispositivo foucaultiano poderia ser definido

como a concretização de uma intenção por meio da organização de ambiências. Para Raffnsøe (2008), o dispositivo prescreve certos resultados, mas não pode garanti-los, não tem como atualizá-los na forma de efeitos diretos de suas prescrições, mas é uma tendência.

Foucault detalha que a rede de relações que compõe o dispositivo pode aparecer como “programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (FOUCAULT, 1996, p. 244). Assim, é importante que se diga que o dispositivo não se caracteriza apenas pela censura, mas acima de tudo por aquilo que produz, o que o autor chama de positividade.

Nesse sentido, é fundamental destacar a intrincada relação entre saber e poder. “O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele emergem, mas que igualmente o condicionam” (FOUCAULT, 1996, p. 246). É possível afirmar que o jogo de saber e poder é uma das linhas mais marcantes da abordagem foucaultinana de dispositivo (BERTEN, 1999; TUCHERMAN, 2005). Foucault detalha tal relação dizendo que

temos que admitir que o poder produz saber (...); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo, relações de poder. (...) Resumindo, não é a atividade de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (FOUCAULT, 1987, p. 30).

Saber e poder se retroalimentam e estão socialmente disseminados. Não há uma fonte específica de poder, uma só pessoa ou grupo que o exerça. Trata-se de uma rede tecida pelas dinâmicas de poder-saber. A noção de dispositivo se refere, portanto, a grandes conjuntos de relações entre elementos heterogêneos, como a sexualidade e a disciplina (RAFFNSØE, 2008).

Para além de um conjunto de práticas organizadoras (ou de uma ambiência), o dispositivo é também, como dissemos, uma maneira de olhar para

os fenômenos – ou, como preferem Peeters & Charliers (1999), uma visão de mundo. Dreyfus & Rabinow o comparam a uma grade de análise e propõem o termo “análise interpretativa” (1995, p. 136) - proposta que Raffnsøe (2008) rechaça, dizendo que o dispositivo de Foucault não se volta a interpretações, mas a resultados.

Raffnsøe, Gudmand-Høyer & Thaning (2014) preferem a utilização do termo análise disposicional, voltada à cartografia dos arranjos que dispõem as práticas componentes do dispositivo. A análise disposicional, como definida por eles, não se voltaria à realidade tal como é, mas seria uma forma “demonstrating how different actions (viewed as prescriptive events) mutually eliminate each other, only to collectively outline a pattern and create a new normative level” (RAFFNSØE, GUDMAND-HØYER & THANING, 2014, p.19).

Por fim, vale ressaltar que os dispositivos não estão isolados. Berten (1999) destaca que o poder se dispersa numa multiplicidade de dispositivos. Os diversos dispositivos se entrecortam, se cruzam, se influenciam, se constituem mutuamente.

Como já dissemos, Foucault fez pouquíssimas abordagens diretas à mídia. Entretanto, a crescente adoção do conceito de dispositivo nas ciências humanas e sociais (RAFFNSØE, GUDMAND-HØYER & THANING, 2014) faz-se notar também no campo da Comunicação e dos estudos midiáticos, como discutiremos a seguir.

3. Em busca do dispositivo midiático

A noção de dispositivo vem sendo apropriada por diferentes autores do campo da Comunicação e dos estudos midiáticos no Brasil e no exterior. Ao contextualizar e justificar o uso do termo, a maioria dos autores chama a atenção para a diversidade de abordagens, assim como para sua maleabilidade ao abrigar concepções variadas sem se desviar de um viés conceitual e metodológico que enfatiza os aspectos articuladores, relacionais, complexificadores do dispositivo. Bruck (2012) entende que o termo tem funcionado como um “recurso retórico”, isto é, ajuda mais a sinalizar uma forma de olhar para uma situação do que especifica um conceito consolidado. Já para

Braga (2011, p. 9) “o sucesso da expressão ‘dispositivos’ deriva antes de sua flexibilidade e transponibilidade para outros objetos e propósitos, do que de uma definição concentrada no foco foucaultiano - garantindo-se, entretanto, a percepção central de ‘sistema de relações’”.

Sobre a diversidade de abordagens, Klein (2007) identifica três dimensões do conceito de dispositivo quando apropriado pelos estudos comunicacionais: 1) socioantropológica - atuação dos agentes e instituições midiáticas; 2) semio-linguística - foco nas “operações de linguagem que participam da midiáticação”; e 3) técnico-tecnológica - ênfase nas operações realizadas e nos suportes tecnológicos. A apropriação variada do polissêmico conceito de dispositivo evidencia a pertinência do conceito para os estudos comunicacionais, assim como a ausência de consenso entre os pesquisadores em torno do tema. Destaca-se a adequação do conceito para compreender a trama de relações que caracteriza a onipresença da mídia na vida cotidiana, sua materialidade técnica e sua imaterialidade simbólica, assim como seus atravessamentos sociais, culturais, políticos, econômicos, institucionais etc.

É nessa perspectiva que Antunes e Vaz (2006), por exemplo, partem do termo dispositivo para cunhar um olhar teórico-metodológico que enfatiza as relações ou conexões articuladas ou influenciadas pelas mídias na sociedade contemporânea. Para esses autores, a mídia não deve ser vista apenas como um aparato técnico ou uma forma discursiva, mas sim como “um fluxo onde se dão as operações, onde se mesclam e entrecruzam mundos simbólicos e materiais” (ANTUNES; VAZ, 2006, p.45). Por reforçar uma visada que favorece os movimentos e as transformações mediadas pelos artefatos midiáticos, a metáfora do fluxo não deve ser entendida como algo contínuo, ininterrupto. “Há escoamentos em velocidades desiguais, direções diferentes e camadas distintas” (ANTUNES; VAZ, 2006, p.52). Os autores enfatizam ainda a existência de “fluxos repentinos” que, tal qual enchentes nos rios, inundam a sociedade e a mídia com narrativas diversas e intensas. As relações de poder que caracterizam o dispositivo foucaultiano parecem dialogar com esse olhar que ressalta as oscilações e heterogeneidades dos fluxos midiáticos, ainda que Antunes e Vaz (2006) não desenvolvam esse aspecto.

Para Antunes e Vaz (2006, p. 45), estudar algum produto midiático implica em uma “remissão a uma multiplicidade de sujeitos sociais, técnicas, lugares,

dispositivos encaixados em momentos diferentes e simultâneos de produção, transmissão e apropriação”. Ao reconhecer essa articulação de elementos, os autores indicam, por exemplo, que não é possível pensar as produções midiáticas alheias às condições materiais nas quais elas se efetivam. Neste aspecto, vale lembrar as relações entre “forma” e “sentido” propostas por Mouillaud (1997). Publicado em um contexto de superação da dicotomia suporte/conteúdo no jornal impresso, o trabalho do pesquisador francês indica que “o dispositivo prepara para o sentido” (MOUILLAUD, 1997, p.30), isto é, os dispositivos são matrizes que precedem os textos, conformando sua duração e extensão e mesmo as condições de leitura. Trata-se, no entanto, de uma “relação dinâmica”, já que os textos também podem preceder os dispositivos.

Ao discutir a relação entre mídia e agendamento, Antunes e Vaz (2006) destacam a “capacidade de *gestão* da dimensão comunicativa” exercida pelo dispositivo midiático (p.49, grifo dos autores)⁹. Diferente da perspectiva defendida pela abordagem da *agenda setting*, que procura identificar uma relação direta e impositiva entre os assuntos abordados pelos meios de comunicação e uma agenda pública, a abordagem de Antunes e Vaz (2006) enfatiza o estabelecimento de “relações de agendamento” que culminam na visibilidade - e, conseqüentemente, na invisibilidade - de um conjunto delimitado de assuntos, atribuindo a eles importâncias e enquadramentos específicos. Nessa perspectiva, o dispositivo midiático funciona como uma “arena” na qual as disputas e negociações entre os atores acontecem, ou ainda “um lugar de convocação e coordenação dessa interação entre os sujeitos e suas falas” (ANTUNES; VAZ, 2006, p.49). Trata-se, de certa maneira, de um lócus de reverberação e negociação da vida social.

9. Identificamos aqui outra potencial relação com o dispositivo foucaultiano. Conforme Agamben (2009), o termo *dispositio* é uma tradução latina da palavra grega *oikonomia*, que remete à prática religiosa de administrar, gerir a teologia cristã. Segundo Agamben (2009, p.5), “*oikonomia* converteu-se no dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” para gerir a ideia de uma Santíssima Trindade. Para o autor, a concepção foucaultiana de dispositivo está conectada a esta “herança teológica”, uma vez que aborda “um conjunto de praxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (p.5).

A ênfase nas relações estabelecidas pela e com a mídia ganha contornos metodológicos quando Antunes e Vaz (2006) apontam três dimensões de análise: a relacional, a interlocutiva e a contratual (p.47). Tratam-se de “círculos concêntricos” que, imbricados, nos ajudam a compreender os aspectos mais amplos ou mais específicos das articulações empreendidas pelos dispositivos midiáticos. Na dimensão mais específica (contratual), é possível identificar um conjunto mais marcado de condições e expectativas que singulariza a situação comunicativa em análise. Já a dimensão interlocutiva enfatiza as relações estabelecidas pelos atores envolvidos. Mais ampla, a dimensão relacional “diz das interações que se dão por meio do dispositivo midiático” (ANTUNES; VAZ, 2006, p.47), que deve ser visto como algo que antecede e ultrapassa a situação comunicativa.

Esta dimensão mais ampla dialoga diretamente com a concepção de dispositivo interacional proposta por Braga (2011). Para ele, os episódios comunicacionais recorrem a “determinadas matrizes interacionais e modos práticos compartilhados para fazer avançar a interação” (BRAGA, 2011, p. 5). Os dispositivos interacionais são, para o autor, matrizes que podem ser acessadas e resignificadas em contextos específicos, o que torna a dimensão relacional um lugar possível de observação das ações comunicativas. Mais especificamente, Braga (2011) afirma que

tratar de “dispositivos” permite incluir as mediações que o usuário traz para a interação; as expectativas sobre o usuário, no momento da criação dos produtos – levando à “construção do leitor”, aos modos de endereçamento, às promessas e contratos; permite incluir os processos em geral que cercam a circulação midiática; e aí também os contextos significativos de produção, de apropriação e da “resposta social” (sob qualquer forma em que esta ocorra) (BRAGA, 2011, p.11)

Segundo o autor, atuar a partir dos dispositivos interacionais é um movimento com variados graus de sucesso, o que permite inclusive que, tal qual os dispositivos caracterizados por Foucault, as matrizes sejam modificadas a partir das apropriações bem ou mal sucedidas. Ao atuar na ordem do possível, portanto, os dispositivos podem ser vistos como balizadores, norteadores ou gestores dos arranjos que abrigam e fazem circular, e não como impositores

de modelos ou formas de funcionamento.

Os trabalhos mencionados, em maior ou menor grau, dialogam com a perspectiva foucaultiana do dispositivo quando evidenciam o dispositivo como: a) “ambientes de experiência” (BRAGA, 2011) ou “arranjo espacial” (ANTUNES e VAZ, 2006); b) contexto de relações que cria predisposição para o agir, operando assim na positividade; c) rede de práticas que permeia mas não se restringe à materialidade do processo comunicacional, o que evidencia a relação entre elementos discursivos e não discursivos; d) um arranjo que busca, ao mesmo tempo, gerir as relações e adaptar-se às tentativas interacionais que abriga, evidenciando sua capacidade de adaptação. Por outro lado, os dois artigos não enfatizam as relações de poder e saber articuladas pelos dispositivos e, assim, afastam-se da abordagem de Michel Foucault, a qual delinea nossa abordagem do dispositivo midiático, como se argumentará adiante.

3.1 Dispositivo e mediatização

Consideramos que uma problematização do dispositivo midiático deve incorporar uma reflexão mais aprofundada sobre o conceito de mídia, assim como debruçar-se sobre as especificidades e consequências da onipresença das mídias, isto é, da crescente mediatização da vida cotidiana na contemporaneidade. Ao compreendermos a mídia como um tipo de ambiência que estabelece disposições e configura modos de agir por meio da rede que a constitui, entendemos que desvelar o dispositivo midiático pressupõe, entre outras questões, o entendimento de que este se enreda em outros dispositivos, em uma dinâmica de afetação recíproca que contamina a configuração circunstancial da materialidade midiática.

Bastos (2012) observa que na tradição anglófona os *media* são entendidos como “objetos de pesquisa da comunicação que dispensam maiores considerações teóricas” (BASTOS, 2012, p. 60), enquanto na tradição germânica “o conceito de *media* é empregado como um dispositivo teórico que permite incluir diferentes fenômenos artísticos e discursivos – da literatura medieval do século XIX às pesquisas médicas atuais – dentro de um mesmo programa de pesquisa” (BASTOS, 2012, p. 63). De acordo com Bastos (2012), o pensa-

mento germânico sobre comunicação e mídia funda-se na abstração da noção de *medium*, a qual “compreende uma massa de elementos reunidos de modo disperso e transigente, sem nenhuma configuração fixa, mas que adquirem uma forma rígida tão logo uma força se aplique sobre o medium” (HEIDER, 1921, citado por BASTOS, 2012, p. 54).

A acepção germânica do termo nos interessa por evidenciar a natureza flexível e dispersa do meio, cuja forma empírica é resultado de uma dinâmica de forças que nele se manifesta. É por esse prisma que gostaríamos de construir nosso olhar sobre o dispositivo midiático. Esta visada remete à compreensão de que o dispositivo midiático apresenta configuração multi-linear e flexível, modelada por dinâmicas multifacetadas que remetem mais aos processos simultaneamente sincrônicos e diacrônicos da midiatização do que à noção singular e situada de mídia.

De acordo com Hepp (2014), midiatização é a “mudança da mídia e da comunicação, por um lado, e a mudança da cultura e da sociedade, por outro” (HEPP, 2014, p. 51), o que envolve a conjugação de processos que recuperam uma certa historicidade ao mesmo tempo em que atentam para a intensidade com que das configurações comunicativas se desenrolam de forma simultânea¹⁰. A perspectiva de midiatização adotada por Hepp (2014) concentra-se nas configurações comunicativas, ou padrões de processos que entrelaçam o que existe ao longo de várias mídias para orientar a ação comunicativa. É por meio de tais configurações que elaboramos o que ele chama de “mundos midiatizados”, os quais constituem redes de comunicação mediada e correspondem ao nível no qual a midiatização se torna concreta e pode ser empiricamente analisada.

Deacon e Stanyer (2014) corroboram a ideia de que a midiatização engloba processos multifacetados de longo prazo, os quais, segundo eles, não poderiam ser capturáveis em exercícios empíricos individuais. Entretanto, argumentam que o papel dos fatores não midiáticos é geralmente negligenciado nos estudos de midiatização. Eles criticam o midiacentrismo exacerbado

10. Sobre a perspectiva de midiatização defendida por Hepp ver também, nesta coletânea, a discussão apresentada por Carlos Alberto Carvalho em seu texto “Com a mídia, sem a mídia, contra a mídia: reflexos sobre processos de midiatização e limites do midiacentrismo”.

desses estudos e observam a necessidade recorrente de desenvolver conceitos adicionais para explicar o processo. Afinal, questionam, se o termo implica em mudança de processo histórico, como deve ser analisado, onde começa e onde termina o fenômeno a ser investigado?¹¹

Acreditamos que a noção foucaultiana de dispositivo pode ser útil na tarefa de desenredar os fios que permeiam a trama da midiatização. O desafio metodológico, porém, é inegável, tendo em vista que a noção de dispositivo mais expande que recorta a empiria midiática (ALZAMORA; SILVA, 2014). Por esse prisma, poderíamos falar em “dispositivo de midiatização” em vez de “dispositivo midiático”. Se optamos por dispositivo midiático é por acreditarmos que esta expressão articula a perspectiva singular e situada do meio ao processo histórico que o engendra, em regimes de força e luz que viabilizam algumas práticas sociais em detrimento de outras. O dispositivo midiático, portanto, ultrapassa a materialidade midiática para operar analiticamente em configurações comunicativas que são simultaneamente sincrônicas e diacrônicas. Encontra-se, desse modo, sob a égide da abordagem da midiatização.

De acordo com Hepp (2014), a pesquisa da midiatização pode entrelaçar um enfoque institucionalista, interessado principalmente nos meios de comunicação de massa, cuja influência é descrita como uma lógica de mídia, e uma abordagem socioconstrutivista, voltada às práticas cotidianas, especialmente aquelas relacionadas à mídia digital e à comunicação pessoal, cujo foco é a construção comunicativa em transformação da cultura e da sociedade.

As duas tradições, conforme Hepp (2014), são articuladas por aquilo que ele chama de “força de moldagem”, relacionada por um lado à institucionalização dos media, e por outro à sua reificação, isto é, ao conjunto de aparatos técnicos vinculados à ação comunicativa, por meio dos quais se torna possível reconhecer e diferenciar um ambiente midiático. A força de moldagem capta a especificidade de um meio no processo de comunicação, uma vez que não é possível presumir um efeito geral ou livre de contexto da mídia específica.

11. “The term implies a process of historical change, but how is this conceptualized and analysed and is there any agreement as to when mediatization started and where things currently stand?” (DEACON; STANYER, 2014, p. 2).

Deacon e Stanyer (2014) questionam o uso da expressão “força de moldagem” utilizada por Hepp (2013)¹² por não especificar a natureza do poder no processo de mediação ao qual se aplica. Essa questão pode ser esmiuçada, ao nosso ver, pela via do dispositivo foucaultiano. De acordo com Bussolini (2010), o conceito de dispositivo em Foucault descreve aspectos das instáveis relações de poder que impregnam a sociedade em múltiplas relações de forças que por vezes se reforçam mutuamente e por vezes se contradizem. Em nossa abordagem foucaultiana do dispositivo midiático, tais relações de força são também institucionais¹³ e tecnológicas, como afirma Hepp (2014), mas não apenas, já que o dispositivo particulariza certo arranjo de forças múltiplas, que se encontram em constante relação e dinamismo.

Propomos, assim, compreender o poder nos processos de mediação que delineiam os dispositivos midiáticos como uma espécie de rede produtiva que o atravessa, sendo esta rede composta por procedimentos e tecnologias que colocam em circulação, de modo mais ou menos contínuo, os variados efeitos de poder. Foucault (1996) sublinha que o poder atravessa o corpo social mais como uma rede produtiva do que como uma instância negativa. “O que faz com o que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

Este é, por exemplo, o caso das mídias com funções locativas, as quais configuram arranjos técnico-informacionais para localizações virtuais vinculadas a territórios físicos. De acordo com Lemos (2010), as mídias com funções locativas combinam localização e mobilidade como possibilidades de produção de sentido, sendo também instrumentos de controle, monitoramento e vigilância de lugares, espaços e indivíduos, enredados em bancos de dados modulares. “A vigilância locativa é invisível e sutil já que é o próprio usuário que,

12. A publicação brasileira de 2014, usada aqui, é uma tradução do artigo publicado originalmente em inglês, em 2013, cuja referência é: HEPP, Andreas. The communicative figurations of mediated worlds: mediation research in times of the “mediation of everything”. *European Journal of Communication*, 28: 615-629, 2013.

13. Bussolini (2010) ressalta que a concepção de poder em Foucault não é institucional, embora reconheça que as instituições integrem o campo mais amplo das relações de poder.

na maioria das vezes, produz deliberadamente os dados, sentindo-se produtor livre de informação em mobilidade” (LE MOS, 2010, p. 81).

A vigilância é também o foco da discussão de dispositivo de Fernanda Bruno (2013). A pesquisadora parte da rede heterogênea de Foucault para tratar da vigilância distribuída, configurada por máquinas de ver. O panóptico, as configurações de saber e poder, a função estratégica do dispositivo estão contempladas em sua discussão, que é centrada em duas matrizes, “a matriz da disciplina (Foucault, 1983), mais explicitamente atrelada à vigilância, e a matriz do espetáculo (Crary, 1999), decisiva na incorporação do olhar e da atenção vigilantes ao repertório cultural moderno e contemporâneo” (BRUNO, 2013, p. 22)

As mídias com funções locativas e as máquinas de ver são exemplos de como os dispositivos midiáticos contemporâneos encontram-se enredados em uma profusão de dispositivos concatenados entre si, os quais operam como uma rede amplificadora das forças reguladoras que os engendram por meio das conexões que estabelecem entre si. Trata-se, conforme Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2014), de analisar e mapear os vários dispositivos situados na constelação de dispositivos entrelaçados para identificar objetos, práticas, eventos e experiências que ganham existência nessa interação¹⁴.

Consideramos que as forças de moldagem, conforme proposto por Hepp (2014), operam no sentido de institucionalizar os usos e reificar o conjunto de aparatos técnico-informacionais vinculados à ação comunicativa no âmbito de mídias com funções locativas. O dispositivo midiático, nesse caso, é uma rede inscrita em estratégia de poder intrinsecamente relacionada à configuração de saber que dela emerge e ao mesmo tempo a condiciona. Estabelece, desse modo, uma espécie de força reguladora que orienta as ações comuni-

14. Sobre o assunto ver, por exemplo, a tese de doutorado de Lorena Peret Teixeira Tárzia, “Tramas da convergência – cartografia dos dispositivos acoplados na cobertura dos jogos olímpicos de verão pela BBC em 2012”, defendida no PPGCOM/UFMG, linha de pesquisa Textualidades Midiáticas, sob orientação da Prof. Dra. Geane Alzamora, em 2015. O trabalho busca compreender as relações de saber e poder que se estabelecem entre o processo de convergência de mídias e o jornalismo, por meio da cartografia de um hiperdispositivo constituído por três dispositivos complementares acoplados historicamente: esportes, jornalismo e mídia.

cativas como uma rede produtiva, já que induz a agir, a produzir dados que serão posteriormente incorporados à rede que se estabelece em torno das mídias locativas pela força reguladora dos bancos de dados.

Essa perspectiva remete à leitura do dispositivo foucaultiano empreendida por Deleuze (1994)¹⁵. Ele considera que os dispositivos comportam linhas de naturezas distintas, sendo que as linhas de força atravessam todas elas de modo desenredável. Referem-se à dimensão do poder, o qual se enreda à dimensão do saber, impactando decisivamente nas curvas de visibilidade e de enunciação do dispositivo. Há, porém, conforme Deleuze (1994), linhas de subjetivação que escapam às forças estabelecidas e aos saberes constituídos, configurando variações, ou mesmo mutações de agenciamento, que transpõem o dispositivo.

As linhas de subjetivação são muito significativas porque operam como espécies de fissuras que concorrem para a transformação histórica do dispositivo. No âmbito dos dispositivos midiáticos, as linhas de subjetivação poderiam ser entendidas como processos socioculturais que atuam no sentido de conformar fissuras no alinhamento histórico de forças que enrijecem e limitam as práticas sociais, alavancando espécies de “ondas de midiatiização” (HEPP, 2014). Estas entrelaçam o que existe ao longo de várias mídias em novos ambientes midiáticos, os quais passam a se orientar por outros regimes de visibilidade e de enunciação. As linhas de subjetivação delineiam momentos eruptivos que levam a novas configurações comunicativas porque interferem na lógica de mídia, ou seja, no “modus operandi institucional e tecnológico da mídia, incluindo as formas pelas quais ela distribui recursos e material simbólicos e opera com o auxílio de regras informais” (HJARVARD, 2008, p. 113, citado por HEPP, 2014, p. 48).

Agamben (2005)¹⁶, porém, rechaça a possibilidade de haver processos

15. Raffnsøe, Gudmand-Høyer e Thaning (2014) ressaltam a relevância de Deleuze na disseminação do conceito foucaultiano de dispositivo, mas criticam a leitura genérica e bastante especulativa que Deleuze faz do conceito.

16. Em um estudo que compara a noção foucaultiana de dispositivo em Deleuze e Agamben, Bussolini (2010) argumenta que Deleuze considera que os dispositivos sempre envolvem processos de subjetivação, enquanto para Agamben, cujo ensaio focaliza a genealogia do conceito, tais processos são anulados pelas atuais tecnologias de poder.

de subjetivação no âmbito dos dispositivos contemporâneos. Em uma abordagem do dispositivo que remete a Foucault¹⁷ - em especial na parte inicial de sua argumentação, quando enfatiza que “o dispositivo é um termo técnico decisivo na estratégia de pensamento de Foucault” (AGAMBEN, 2005, p. 4) e discorre longamente a esse respeito - Agamben define o dispositivo como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 15). Dentre os exemplos que menciona, além dos tradicionais dispositivos foucaultianos, como panóptico, prisões, manicômios, escolas, disciplinas e medidas jurídicas, Agamben aponta, entre outros, a linguagem - o mais antigo dos dispositivos - a caneta, a escritura, os computadores e os telefones celulares.

Os exemplos de Agamben incluem notadamente manifestações empíricas dos dispositivos midiáticos. Mas, segundo ele, tais dispositivos, em especial aqueles relacionados à fase atual do Capitalismo, não concorrem para o aprimoramento dos processos de subjetivação, pelo contrário, encontram-se enredados em processos de dessubjetivação nos quais os dispositivos difundem e disseminam seu poder em cada âmbito da vida.

Aquele que se deixa capturar no dispositivo ‘telefone celular’, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire, para isso, uma nova subjetividade, mas somente um número através do qual pode ser, eventualmente, controlado. O espectador que passa as suas noites diante da televisão não recebe mais, em troca da sua dessubjetivação, que a máscara frustrante do zappeur ou a inconclusão no cálculo de um índice de audiência (AGAMBEN, 2005, p. 15).

O argumento de Agamben leva em conta a “futilidade daqueles discursos bem intencionados sobre a tecnologia, que afirmam que o problema dos dispositivos se reduz ao seu uso correto” (AGAMBEN, 2005, p. 15). Tais

17. Embora discuta as origens da noção de dispositivo na filosofia de Foucault, Agamben (2009) não especifica como o conceito opera analiticamente nos contextos empíricos que menciona.

discursos, ele explica, opõem-se aos processos de subjetivação, uma vez que estes vinculam-se necessariamente à profanação dos dispositivos e não à manutenção de seu *modus operandi*. “Aqueles que têm discursos similares são, de resto, a seu tempo, o resultado do dispositivo midiático no qual estão capturados” (idem).

A ênfase que Agamben (2005) coloca na dificuldade de escapar à teia traçada pelos dispositivos midiáticos contemporâneos remete às consequências da midiática na sociedade contemporânea, ou como ele prefere, à atual fase do Capitalismo. É o que se observa também no raciocínio de Deuze (2011) acerca do atual estágio da midiática. Segundo ele, não observamos mais como a mídia molda nossa senso de realidade porque estamos absolutamente tomados por uma experiência sociotécnica da realidade. Na visão de Deuze (2011), a mídia chega a ser invisível porque é, cada vez mais, pervasiva e ubíqua.

Em perspectiva similar, Silverstone (2002) afirma ser impossível escapar à presença da mídia. Ele considera que a mídia se estende para além do ponto de contato entre os textos midiáticos e seus leitores ou espectadores, pois “envolve os produtores e consumidores de mídia numa atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou seu foco nos textos midiáticos, mas dilatam a experiência e são avaliados à sua luz numa infinidade de maneiras” (SILVERSTONE, 2002, p. 33). A mídia, na visão de Silverstone (2002), é um processo de mediação no qual os significados circulam de um ambiente midiático a outro em intertextualidades infundáveis.

A crítica de Agamben (2005) enfatiza a materialidade midiática, mas tanto a perspectiva da midiática (DEUZE, 2011) quanto da mediação (SILVERSTONE, 2002), aqui relacionadas ao argumento de Agamben (2005), compreendem a mídia para além de sua materialidade, uma vez que “(...) a mediação é o conceito para teorizar o processo de comunicação como um todo; a midiática, diferentemente, é um termo mais específico para teorizar a mudança da mídia” (HEPP, 2014, p. 47).

As noções de mediação e midiática são relevantes para refinar a compreensão do dispositivo midiático, um arranjo particular, porém multili-

near e flexível, que opera como uma influência para a ação. Por esse prisma, reconhece-se a onipresença da mídia na vida contemporânea, por meio das relações de saber e poder que a engendram, mas não se recusa a hipótese de que a produção de subjetividade seja possível nesse cenário.

Mediação e midiática, deve-se ressaltar, são operadores analíticos importantes na compreensão do dispositivo midiático, mas não se restringem a ele. De acordo com Bastos (2012), as mediações não dependem do conceito de mídia porque seu objeto é a circulação social de signos na cultura. Assim, ele afirma, a proposta da midiática, que especifica a mediação no âmbito da mídia, se diferencia dos estudos de mídia baseados na mediação. “A mediação seria um estágio sempre inicial e necessário para os estágios ulteriores de midiática, que evoluem continuamente para um quadro de crescente dependência das audiências para com a mídia” (BASTOS, 2012, p. 67).

Compreendemos os processos de mediação como forças plurais que atravessam os dispositivos midiáticos delineando hábitos de ação, condutas e sentimentos, sendo, portanto, um mosaico de referências de natureza variadas, tais como: signica, cultural, social, política, econômica, institucional etc. Referem-se, desse modo, às configurações de saber e poder que modelam o dispositivo midiático porque levam em conta um “poder originário de discriminar, de fazer distinções, logo, de um lugar simbólico, fundador do conhecimento” (SODRÉ, 2002, p. 21).

Ao lado da noção de mediação, a noção de midiática nos parece útil para compreender os processos multifacetados de longo prazo que atravessam os dispositivos midiáticos, os quais não poderiam ser capturáveis em exercícios empíricos individuais (DEACON; STANYER, 2014) porque se referem a um particular arranjo de forças plurais, altamente relacionais e em dinamismo contínuo. O desafio é buscar reconhecer nesse arranjo de forças plurais uma forma midiática institucionalizada ou uma instância tecnológica reificada, pois a acepção germânica do termo mídia aqui acionada para descrever o dispositivo midiático “compreende uma massa de elementos reunidos de modo disperso e transigente, sem nenhuma configuração fixa” (HEIDER, 1921, citado por BASTOS, 2012, p. 54).

Baseados nessa concepção alargada de mídia, relacionada às noções de mediação e midiática que operam para além da materialidade midiática,

argumentamos em favor da possibilidade de transformação histórica dos dispositivos midiáticos por meio das instâncias de subjetividade que eventualmente neles se manifestam de modo a profaná-lo. Assim, mediação, mídia e midiatização dizem respeito a recursos conceituais que operam no sentido de desvendar a tessitura multiforme do dispositivo midiático para além de sua materialidade, geralmente associada à sua reificação tecnológica e à sua cristalização institucional.

Considerações finais

Ainda que não seja consensual entre os pesquisadores da área o que se afirma quando a expressão dispositivo midiático é acionada, é certo que o uso recorrente da expressão busca dar conta, em maior ou menor grau, de um contexto heterogêneo de relações que permeia a materialidade midiática, sem restringir-se a ela. Buscamos, aqui, explicitar nossa opção de abordar a questão pelo viés da concepção foucaultiana de dispositivo interligada à acepção germânica do termo mídia, assim como aos estudos de midiatização, com o intuito de revelar a abrangência reticular do fenômeno comunicacional sintetizado na expressão dispositivo midiático.

Trata-se, em nosso entendimento, de considerar a mídia como uma forma de ambiência, cuja natureza flexível e dispersa é circunstancialmente capturável em uma forma empírica que envolve o desvelamento de dinâmicas sincrônicas e diacrônicas de configurações comunicacionais. Essa perspectiva é compatível com a abordagem foucaultiana do dispositivo, a qual evidencia a rede de relações que o caracteriza, uma vez que o dispositivo, como rede, encontra-se sempre enredado em outras redes. O dispositivo constitui, assim, uma ambiência que estabelece disposições para o agir por meio da rede que o constitui.

Olhar para a mídia a partir da abordagem foucaultiana de dispositivo implica, portanto, tentar entender relações heterogêneas e multifacetadas, muito mais do que características materiais – ainda que a materialidade frequentemente faça submergir a trama de relações que compõe o dispositivo. Tais relações, que podem à primeira vista parecer dispersas, formam uma rede que cotidianamente imbrica o dito e o não dito, instituições e deci-

sões regulamentares, enfim, uma variedade de relações que a atravessam, a ultrapassam, a constituem. O dispositivo midiático é composto por práticas sociais, por meio das quais contribuímos, de maneira nem sempre dócil, com aquiescências e resistências.

Também demanda um olhar historicizado, que busque entender que, em constante reformulação, o dispositivo midiático é influenciado pelas maneiras como está em permanente processo de constituição. No contexto atual, o dispositivo midiático se enreda a muitos outros, do dispositivo de vigilância ao da sexualidade, das práticas políticas e econômicas às de controle do corpo. A própria discussão contemporânea de midiatização, nesse sentido, traz à tona o imbricamento social das práticas midiáticas. Ou seria mais adequado dizer do imbricamento midiático das práticas sociais?

Encarar a mídia como dispositivo, de acordo com a discussão proposta, pressupõe vê-la a partir de seus enredamentos. Ou seja, mesmo tendo como foco determinadas práticas e produtos, entendê-los ao mesmo tempo como influenciados e influenciadores de diversos outros arranjos, dispositivos que atuam como linha de força ou de fissura na mídia – papel este que práticas e produtos midiatizados também cumprem neles. Tal conceito pressupõe, assim, um olhar que amplia mais do que recorta, que busca complexificações, que não se limita a recortes posicionais isolados, mas toma de forma ampla os fenômenos, sem descuidar de suas inserções cotidianas.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo?. In:_____. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALZAMORA, Geane; SILVA, Terezinha. Dispositivo (verbetes). In: FRANÇA, Vera; MARTINS, Bruno; MENDES, André (orgs). **Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade (GRIS): Trajetória, conceitos e pesquisa em comunicação**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – PPGCom – UFMG, 2014, p. 75-79.
- ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. Mídia: um aro, um halo e um elo. In: GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs). **Na mídia, na rua** - narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BASTOS, Marco Toledo. Medium, media, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. IN: JUNIOR, Jeder Janotti; MATOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda. **Mediação e Midiatização**.

- Salvador: EDUFBA, 2012. p-53-77
- BERTEN, André. Dispositif, médiation, créativité : petite généalogie, **Hermès**, La Revue 1999/3, n. 25, p. 33-47.
- BEUSCART, Jean-Samuel & PEERBAYE, Ashveen. **Histoires de dispositifs**, Terrains & travaux 2006/2, n° 11, p. 3-15.
- BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: XX Encontro Anual da Compós, Porto Alegre (RS). **Anais...** 2011
- BRUCK, Mozahir Salomão. A notícia como dispositivo de enunciação contemporâneo. **Comtempo**, v.4, n.3, out/2012, p.01-14.
- BRUNO, Fernanda. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2013. 190 p.
- BUSSOLINI, Jeffrey. What is a Dispositive? **Foucault Studies**, No. 10, pp. 85-107, November 2010.
- CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault: Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
- DEACON, D; STANYER, J. Mediatization: key concept or conceptual bandwagon? **Media, Culture and Society**. 36 (7) pp. 1032 – 1044, 2014.
- DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.
- DEUZE, Mark. Media life. **Media, Culture & Society** 33 (1) 137 – 148, 2011.
- DREYFUS, Hubert L & RABINOW, Paul. **Michel Foucault**, beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: The University of Chicago Press, 1983.
- _____. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. **Michel Foucault**, beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- HEPP, Andreas. As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: pesquisa da mediatização na era da “mediação de tudo”. **Matrizes**. V. 8 - No 1 jan./jun. 2014 São Paulo – Brasil, 2014.
- KLEIN, Otavio J. Gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos comunicacionais. Estudos em Comunicação, no. 1, abril de 2007, p. 215-231. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/01/pdfs/klein-otavio-genese-do-conceito-de-dispositivo.pdf>. Acesso: 07.Mar.2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- _____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LEMOS, André. Mídias locativas e vigilância. Sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes

- virtuais e territories informacionais. In: BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta; FIRMINO, Rodrigo. **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010 – p. 61- 93.
- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MOUILLAUD, Maurice. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (orgs). **O jornal – da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- PEETERS, Hugues & CHARLIER, Philippe. Contributions à une théorie du dispositif, **Hermès, La Revue** 1999, n. 25, v. 3, p. 15-23.
- RAFFNSØE, Sverre. Qu'est-ce qu'un dispositif? L'analytique sociale de michel foucault. Symposium (**Canadian Journal of Continental Philosophy / Revue canadienne de philosophie continentale**), 01/2008; 12.
- RAFFNSØE, Sverre; GUDMAND-HØYER, Marius & THANING, Morten S. What is a dispositive? Foucault's historical mappings of the networks of social reality (2014). Disponível em: <http://foucaultnews.com/2015/01/10/foucaults-dispositive/>. Acesso em fev. 2016.
- REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- TÁRCIA, Lorena P. T. **Tramas da convergência – cartografia dos dispositivos acoplados na cobertura dos jogos olímpicos de verão pela BBC em 2012**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social/UFMG, 357 pgs.
- TUCHERMAN, Ieda. Michel Foucault, hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. **Famecos**, Porto Alegre, n. 27, ago.-nov. 2005. P. 40-48.
- VILAS BOAS, Crisoston Tertio. **Para ler Michel Foucault**. Ouro Preto: Imprensa Universitária da UFOP. 2002.

Com a mídia, sem a mídia, contra a mídia: reflexões sobre processos de midiatização e limites do midiacentrismo

Carlos Alberto de Carvalho

1. Questões que desafiam

Abordar as relações contemporâneas entre mídia, pessoas e sociedades é um desafio que tem na armadilha do midiacentrismo um grande risco teórico e metodológico. Várias são as razões para o estabelecimento e permanência de abordagens midiacêntricas, mas certamente elas têm na quase ubíqua presença dos aparatos midiáticos sociotécnicos suas origens. A partir da ampla disseminação deles a partir de meados do século XIX começam as primeiras pesquisas mais sistemáticas sobre as mídias, tendo nos jornais impressos o foco central de preocupações. No início do século XX, no entanto, com a fotografia, o cinema e o rádio alcançando públicos crescentemente amplos, logo seguidos pela televisão, estudos sobre impactos nos níveis sociais e individuais tornam-se uma necessidade tanto para quem administra negócios no campo das comunicações e suas indústrias cada vez mais sofisticadas, quanto para sociólogos, filósofos, psicólogos e uma gama de interessados na nova realidade que parecia reconfigurar todas as modalidades de arranjos sociais até então conhecidas.

Estabelecidas naquele momento pioneiro, a *mass communication research*, desenvolvida nos Estados Unidos na maioria das vezes patrocinada pelo governo ou grandes corporações midiáticas, e a tradição crítica frankfurtiana, com desdobramentos e matizes distintos em função dos locais em que se desenvolveram, de certo modo ainda ecoam nos tempos atuais, no mínimo com algumas de suas perguntas ainda à espera de respostas satisfatórias. Em comum, essas pesquisas estão integralmente centradas na lógica midiocêntrica, não somente como escopo de investigação, mas principalmente em função de premissas teóricas e metodológicas que, a despeito de distinções às vezes incompatíveis, compartilham os pressupostos dos “efeitos das mídias” como ponto de partida e de chegada.

No entanto, modelos teóricos como os centrados nas premissas relacionais e interacionistas, surgidos como contrapontos àquelas abordagens pioneiras da comunicação, parecem muitas vezes incapazes de superar o midiacentrismo como pano de fundo. Uma das razões é que trocam as perspectivas manipulatórias pela pressuposição de processos de interação e mediação – individuais e coletivos – nos quais as mídias continuam tendo papel preponderante. Quando tentam demonstrar que as mídias interagem com o conjunto social, a tendência é de visões ingênuas segundo as quais “mídia e sociedade se afetam mutuamente”, numa lógica de soma zero que deixa escapar disputas de sentido e jogos de poder, não raro estabelecidos em condições que hierarquizam segundo dinâmicas políticas, econômicas, racistas, sexistas e outras formas de exclusão que criam a ilusão de estratégias efetivamente interacionais e de mediação em condições paritárias, quando as condições efetivas são o oposto.

Ainda no marco histórico das evoluções das mídias e das teorias que buscam compreendê-las, o final do século XX assiste a uma vertiginosa entrada de novas possibilidades sociotécnicas no campo das comunicações, particularmente com os desdobramentos das redes centradas nas tecnologias computacionais e bases móveis de (tele)comunicações. A partir de matrizes teóricas variadas e metodologias tão diversas quanto, novas pesquisas tentam dar conta do fenômeno, com variações que tendem, no limite, a situarem-se entre o encantamento com as possibilidades democráticas ou democratizadoras das novas interações sociotécnicas e as denúncias do seu caráter

desintegrador das relações sociais e individuais. O espectro do midiacentrismo continua à espreita, penetrando com facilidade pelas fendas teóricas e metodológicas de boa parte desses novos investimentos de pesquisa, como se democracia e desintegração social e individual fossem fenômenos dependentes unilateralmente das mídias para a sua concretização.

O nó, portanto, está naquilo que podemos identificar como um círculo vicioso: a presença das mídias é forte o suficiente para sugeri-las como decisivas para todas as nossas formas de interação e mediação e as pesquisas sobre este fenômeno tendem a reafirmá-lo a cada investigação em particular sobre uma das suas variadas estratégias de ação.

Este conjunto de pressupostos, delineados a partir de perspectivas históricas das teorias da comunicação, nos permite chegar ao ponto central das nossas questões: como é possível, a partir das teorias que contemporaneamente lidam com os desafios teóricos da midiatização fazer frente aos limites do midiacentrismo? Um bom começo está na indicação de Adreas Hepp (2013; 2014) de que as teorias que tratam da midiatização têm oferecido – ainda que nem sempre efetivado – a oportunidade para renovação das teorias da comunicação. Embora este artigo não tenha foco na proposição de uma nova teoria da comunicação, trabalho certamente de fôlego muito superior ao que aqui nos anima, apresentamos um conjunto de questões que, entendemos, deverão compor tal empreitada. Delineado o cenário anterior, buscaremos nos conceitos de mídia e midiatização aportes que nos ofereçam maior clareza acerca dos limites das abordagens midiocêntricas. Ao final do artigo fazemos uma proposta de abordagem metodológica, com exemplo que ilustra os limites da ação da mídia em circunstâncias concretas de enfrentamento das suas tentativas unilaterais de exercício de poder.

2. Mídia, midiatização, midiacentrismo

A palavra mídia tem sido daquelas que no campo da comunicação se firmam mais pelo uso repetitivo do que propriamente pelo desenvolvimento conceitual, servindo desde referência genérica a qualquer modalidade de aparato tecnológico que transmite informação, a termo técnico que, no Brasil, indica no campo da publicidade a definição do meio de comunicação

que receberá anúncios de produtos ou serviços. A não preocupação mais sistemática com o rigor conceitual se explica em parte porque nas duas acepções anteriores podemos encontrar correspondência entre o que se considera mídia do ponto de vista econômico e do dispositivo técnico: emissoras de rádio e televisão, jornais, revistas, *sites*, *blogs*, páginas pessoais na internet ou no *Facebook*, *outdoor* e uma variada gama. Mais recentemente, o termo mídia tem se aplicado a *pendrives*, discos graváveis para áudio e vídeo e afins, indicando ainda maior confusão acerca da palavra.

Sem um mínimo de definição conceitual, mídia transforma-se numa palavra clichê cujo uso indiscriminado tende a limitar seu escopo ao de mero suporte técnico, como sugerem expressões ainda há pouco utilizadas, como “aparato tecnológico que transmite informação” ou “meio que receberá anúncios de produtos ou serviços”. A perspectiva midiacêntrica, nos parece, complementa a pouca preocupação em definir com maior rigor teórico e metodológico o termo mídia, posto que naturalizada, a palavra tem seu uso supostamente legitimado pela própria insistência com que é indiscriminadamente empregada.

Para fins de delimitação teórica, a primeira observação importante é que temos que pensar as mídias no plural, com isso indicando não somente sua imensa diversidade sociotécnica, mas talvez e especialmente, as ainda mais distintas formas de sua apropriação/reapropriação/redefinição nos níveis individuais e sociais. Nesse sentido, mídias deixam de ser simples aparatos tecnológicos ou meios, expressões de uso desgastado por sua associação às mais variadas correntes teóricas que lidam com os produtos e processos comunicacionais a partir de lógicas transmissivas, no máximo reconhecendo processos de *feedback* acionados pelas próprias mídias, portanto, longe das perspectivas de disputas de sentido que envolvem atores sociais em condições de ação e não somente de reação. Começamos a tentativa de conceituar mídia com a proposta de Andreas Hepp:

When I use this term in the following, I don't mean “primary” media like, for example, language or acting theatre. Also I don't have “generalized” media in mind – like money, love or power. In contrast to this, all my argument refer to technical communication media, i.e. the various kinds of media we use to extend our communication pos-

sibilities beyond the here and now: television, the (mobile) phone, the social web, and so forth. (HEPP, 2013b, p. 3, com destaques do autor)

Embora o conceito de Hepp mantenha forte relação com aspectos técnicos, ao menos duas dimensões são apontadas que nos possibilitam formular premissas em direção a uma teoria mais consistente das mídias. A linguagem, ainda que por ele deixada de lado, mantém entreabertas possibilidades de vislumbrar que, para além dos aspectos linguageiros próprios de cada língua, há especificidades de linguagens típicas de cada mídia (de forma limitada, pensemos na prevalência do verbal e do visual no impresso, e no audioverbovisual do cinema e da televisão). Sem considerar suas linguagens, o estudo das mídias será sempre incompleto, pois não é possível entendermos jogos de poder, regimes de visibilidade e invisibilidade fora das textualidades constituintes e constituídas nas e pelas mídias. O outro aspecto importante está na indicação, em bases talvez macluhanianas, de que as mídias ampliam nossas possibilidades comunicativas para além de um aqui e agora, portanto, não basta a dimensão tecnológica, é necessário que essa mesma tecnologia amplie as noções de tempo e espaço para que sejam consideradas, contemporaneamente, como mídias. Mas não se trata apenas da distensão e mesmo da confusão espaço-temporal, mas do registro que permite um tipo de permanência para a posteridade, com todos os riscos de adulterações, exponencialmente crescentes a cada inovação sociotécnica. Um problema, no presente e no futuro, para historiadores das mídias e dos acontecimentos que por elas transitam e/ou são deixados no limbo.

Em que pese a clareza sobre os aspectos tecnológicos envolvidos no conceito de mídia, a noção de Andreas Hepp é incompleta, por razões que se explicitam no conceito proposto por Friedrich Krotz:

We here use a concept of media referring to semiotics (Saussure, 1998) and also to Raymond Williams' understanding of media as technology and cultural form (William, 1990). In such a view, a medium is an instrument of communication that at the same time has a structural and a situational existence: As a structure, a medium is a societal institution and a technology. As a situational instrument, it works as a producer and distributor of cultural forms, content and aesthetical forms

of representation, and as a space of experience for the users (Krotz, 2011). Compared with face-to-face-communication, today more and more different forms of mediated communication are coming into existence and being used by people. (KROTZ, 2014, p. 70)

Esclarece-se, com o conceito de Krotz, a dimensão simultaneamente semiótica e cultural implicada no conceito de mídia, sem desprezar sua condição tecnológica, base material sem a qual sua existência não teria alcançado as dimensões atuais de disseminação naquelas situações de ruptura espaço-temporal. Em outros termos, falar de uma dimensão semiótica das mídias é reforçar sua condição de portadoras de sentidos, significados, traços culturais e perspectivas ideológicas que se manifestam a partir de textualidades que envolvem o verbal, o auditivo e o visual, em algumas mídias ainda de forma excludente, mas certamente com a tendência a linguagens mais centradas na audioverbovisualidade, como aquelas muito presentes na internet. Como as textualidades estão inscritas nas culturas e sem elas não fazem sentido, são importantes estudos como os desenvolvidos por Gonzalo Abril (2007; 2012), para uma melhor compreensão, tanto no nível semiótico, quanto no cultural, das imbricações de ambos na constituição daquilo que podemos considerar como os conteúdos das mídias.

Na verdade, esses conteúdos referem-se, em sua maior parte, a acontecimentos ficcionais e não ficcionais que, uma vez apanhados pelas tramas das textualidades, desencadeiam os jogos interpretativos que fazem com que as já mencionadas apropriações/reapropriações/redefinições das mídias se deem, tanto no que diz respeito aos seus usos inicialmente previstos, quanto às disputas de sentido acerca do que nelas circula. Parece-nos, no entanto, que a proposição de Krotz mantém um peso mais decisivo das mídias sobre pessoas e sociedades, deixando de tocar nas clivagens e contradições próprias de quaisquer dispositivos sociotécnicos e, sobretudo, no caráter de disputas de sentido e jogos de poder envolvidos nas relações mídias/pessoas/sociedade. Em que pese essa lacuna, sua clara indicação de que as mídias, a partir das formas culturais e estéticas por elas ofertadas, promovem ou possibilitam experiências, abre um diverso campo para pesquisas nas quais as clivagens e contradições possam ser exploradas.

Embora outras tradições teóricas apresentem visões distintas de mídia, reforçando o caráter polissêmico do conceito, por isso mesmo também de difícil delimitação metodológica, cremos ser possível indicar, à maneira de síntese, as principais variáveis a se considerar nas abordagens teóricas e metodológicas acerca das mídias:

1) Sua constituição não é de base exclusivamente tecnológica, mas socio-técnica, no sentido de que comportam uma dimensão técnica nascida, ela própria, das condições sociais, culturais e econômicas implicadas em todo desenvolvimento tecnológico que, no caso das mídias, vem se aperfeiçoando de forma vertiginosa ao menos desde a invenção da prensa de Gutemberg. Como sociotécnica, as tecnologias, embora constituintes insubstituíveis, não se subsumem aos usos distintos daqueles originais, podendo mesmo acarretar em apropriações contrárias àquelas inicialmente previstas. Mas, acima de tudo, as bases sociais são componentes sem os quais as próprias tecnologias perdem sua razão de ser. Tecnologias já foram desprezadas em função de impactos sociais negativos, da pouca viabilidade econômica ou por serem consideradas eticamente condenáveis e outras tantas têm que passar por processos permanentes de atualização, por exemplo, aquelas de alto teor poluente, para citar exemplo fora do universo das mídias;

2) Sendo sociotécnicas, as mídias estão no escopo das definições de dispositivo elaboradas por e a partir de Michel Foucault. Os dispositivos são constituídos, dialeticamente, por linhas de força e espaços de fissura, por atributos de vigilância e de opressão e potencialidades de libertação e de democratização. Como dispositivos as mídias não existem em mundo à parte, mas constituem o complexo emaranhado sociocultural que está em permanente processo de ebulição. Desse modo, as mídias são constituidoras e parte constituinte do social, mas ao mesmo tempo por ele constituídas. Social, ressalte-se, formado por uma heterogeneidade de atores sociais cujos interesses, não conciliáveis, levam a infinitos processos de mutação;

3) Por sua condição de constituidoras/constituídas de e por textualidades, as mídias não podem ser adequadamente compreendidas fora das condições semióticas e culturais às quais se refere Friedrich Krotz. Ora, textos são

lócus privilegiado para a identificação de jogos de poder, disputas de sentido, regimes de visibilidade e ocultamento, enfim, para que atores sociais diversos se manifestem e promovam ações relativamente a acontecimentos das vidas natural e social, assim como tantos outros sejam excluídos;

4) A condição de historicidade é fator indispensável para a compreensão dos modos como as mídias, em perspectivas sincrônicas e diacrônicas, se interconectam, influenciam e são influenciadas pelas tramas socioculturais. Portanto, não é possível pensá-las fora das condições concretas de sua emergência e permanência, pois ali estão as chaves para a decifração dos modos como são alteradas e/ou conseguem sua preservação. A partir do que circula pelas mídias é possível não somente estudar suas próprias histórias, mas encontrar rastros, vestígios, testemunhos parciais dos acontecimentos, dilemas e contradições que marcam cada época, assim como alguns atores sociais importantes nas disputas de sentido e jogos de poder. Claro está que, como num jogo de luz e sombras, é impossível reconhecer exclusivamente a partir das mídias tudo e todos que em determinado momento histórico estiveram envolvidos em disputas de sentido e jogos de poder, uma vez que elas operam segundo regimes de visibilidade/invisibilidade, de inclusão/exclusão;

5) As mídias possuem dimensões institucionais mais ou menos acentuadas a depender das circunstâncias, e nesse particular é necessário investigar sua condição de pertencimento, por exemplo, a conglomerados financeiros, o que em diversos casos implica verificar suas estratégias intermediáticas, transmidiáticas e multimidiáticas, em regime de negócios de propriedade única, cruzada ou por acertos de conveniência, ressaltando que não são exclusivamente os modelos de negócios que definem o caráter das estratégias midiáticas. Mídias sociais, ainda que possibilitem maior liberdade individual em páginas pessoais, por exemplo, são parte de negócios multimilionários e essa condição não pode ser desprezada em investigações de *blogs*, *Facebook*, mediações pelo *WhatsApp* e outras formas de mídias de compartilhamento;

6) As mídias são espaços de exercício de poder, portanto, promovem hierarquias, desequilíbrios, desigualdades, assim como se abrem a todos os opostos dessas dimensões;

7) Mídias são locais de afetos e desafetos, de manifestações de apreço e

de ódio, de compaixão e de preconceitos. Em outros termos, abertas a sentimentos contraditórios que podem se manifestar em torno de um mesmo acontecimento. Evitar maniqueísmos na sua análise, por consequência, é indispensável;

8) Mídias comportam linguagens específicas, mesmo quando em uma só prevaleçam estratégias audioverbovisuais. O cuidado é não reduzir a complexidade das linguagens próprias de cada mídia a termos como “miscigenação”, “criolização”, “hibridização” e outros, se usados na perspectiva de encerrar as discussões pela conclusão simplista de tratar-se de linguagens que se contam. Há que se definir, em primeiro lugar, o que se entende pela mútua contaminação ou mistura de linguagens, para na sequência compreender as razões estratégicas que levam à necessidade dessas complexas articulações, o que elas trazem de desafio interpretativo e quais são as condições socioculturais e históricas que engendram tais fusões. Desaconselhável, sempre, é tentar por fim às problematizações pela via fácil e ligeira da constatação das mútuas afetações, sem questionamentos;

9) As mídias são o resultado da atividade e da vontade humanas e por mais tentadoras que possam ser as perspectivas que as situam no terreno desumanizado e desumanizador das relações maquínicas, recomenda-se voltar sempre aos atores sociais que as criam/recree/redefinem. E, não raro, as rejeitam a partir das mais variadas estratégias;

10) As dimensões éticas são parte constitutiva de toda ação humanossocial e as mídias têm sido, por motivos diversos, acusadas de falta de compromissos éticos mais sólidos, quando não de agirem deliberadamente contra preceitos de respeito à heterogeneidade social e aos princípios da liberdade e pluralidade de opinião. Verificar os modos como a ética está presente ou ausente em ações concretas das mídias é necessário não somente para contemplar uma variável fundamental aos processos comunicacionais, mas também como estratégia de denúncia de eventuais desvios nessa seara.

Como se percebe, a noção de mídia aponta não somente para a sua presença quase ubíqua, mas para um universo de problemas teóricos e metodológicos, o que leva à perspectiva da midiaticização como questão recorrente em número crescente de pesquisas na área da comunicação. Definir midiati-

zação é tarefa por consequência tão complexa quanto definir mídia, pois de novo estamos diante de palavra polissêmica, com o acréscimo das peculiaridades que cada corrente teórica da comunicação atribui ao termo.

3. Miatização e mediação

Nick Couldry, que apresenta um esclarecedor levantamento de diferentes estratégias e modelos que têm sido adotados para pesquisar a miatização, propõe que a pensemos pela perspectiva do meta-conceito:

If, as I prefer to argue, following Friedrich Krotz (...), mediatization is a meta-concept for the way social order now works, not an account of a specific ordering principle based in media, then it is compatible with many different accounts of transformation. We would also expect it to encompass widely varied accounts of how media are involved in the transformation of different fields of action and competition. (COULDRY, 2014, p. 35)

Como meta-conceito a perspectiva de Couldry não segue a linha dos metarrelatos já de há tempos denunciados por Jean-François-Lyotar (1998) como incapazes de dar conta da realidade, ao propor narrativas globalizantes que explicariam determinada realidade pelo desprezo das suas dinâmicas, focando somente em processos cristalizados. Como meta-conceito miatização refere-se à perspectiva de um novo ambiente sociocultural, no qual as mídias estão implicadas, por exemplo, em novos arranjos políticos, religiosos ou artísticos que as têm como parte das suas estratégias de visibilidade, ou mesmo de elaboração estética, mas que não se subsumem no midiático, nem por ele são inaugurados. É mais adequado, assim, pensar a miatização mais como uma ambiência sociocultural, que implica mudanças teóricas e metodológicas nos modos de investigar os referidos campos de ação e competição, do que a miatização unicamente como presença maciça das mídias. Desse modo evitamos os riscos de tomar a miatização como sinônimo de um mundo governado pelas mídias.

Não por acaso, interação e miatização aparecem como realidades em processo de mútuas afetações, de tensões não superáveis entre si, caso das

pesquisas de Knut Lundby (2014). Interessa compreender não somente como os processos de miatização estabelecem formas de interação na linha, por exemplo, daquelas sugeridas por John B. Thompson (2004), pensadas em termos de interação mediada por aparatos sociotécnicos, interações quase-mediadas e outras, mas perceber que as interações estabelecem campos de ação centradas em processos culturais e simbólicos complexos.

My suggestion would be to rather start with the concrete interactions, and then see how the media in each case are taken on board as part of the interactions and how this may turn into transforming mediatization. (LUNDBY, 2014, p. 46)

Não se trata, é preciso esclarecer, de proposição da equivalência entre miatização e interação, ou entre miatização e mediação. Nesse sentido, Andreas Hepp oferece bons argumentos.

A mediação é adequada para descrever as características gerais de qualquer processo de comunicação de mídia. Martín-Barbero, por exemplo, usou o termo para enfatizar que comunicação (midiática) é um ponto de encontro de forças bastante diversas de conflito e integração (Martín-Barbero, 1993: 187). Na mesma direção, Roger Silverstone descreveu a *mediação* como o “movimento de significado de um texto a outro, de um discurso a outro, de um evento a outro” (1999: 13). No entanto, Silverstone trata a mediação como um processo muito mais extenso no qual nos “engajamos contínua e infinitamente com os significados da mídia” (1999: 17). Contrastando esses exemplos com os primeiros usos de *miatização* por Ernst Manheim, podemos dizer que esses dois conceitos descrevem algo diferente: a *mediação* é o conceito para teorizar o processo de comunicação como um todo; *miatização*, diferentemente, é um termo mais específico para teorizar a mudança relacionada à mídia. (HEPP, 2014, p. 46-47, com destaques no original)

Temos, assim, a possibilidade de preservar dois campos distintos de pesquisa, ao mesmo tempo em que mantêm-se as potencialidades de identificar processos nos quais as mediações e interações ocorrem de fato tendo as mídias como dispositivo de conexão ou de fissura. O mais importante,

no entanto, está na perspectiva metodológica implícita: mediação diz de processos culturais, políticos, ideológicos, comportamentais e outros não necessariamente atravessados pelas mídias, o que é fundamental para compreendermos, além das modalidades de comunicação face-a-face, como as reações às mídias potencialmente surgem a partir da perspectiva de que elas promovem “intromissão” indevida, expressão certamente simplista, mas que tem como objetivo indicar a vida além delas. Lembremos que processos de mediação e interação não devem ser vistos sob o prisma do que chamamos anteriormente de operação de soma zero, mas pensados pela perspectiva de pesados jogos de poder e disputas de sentido.

Estudar processos de midiatização, assim, não é adotar como ponto de partida questões em torno dos “efeitos das mídias”, mas investigar os complexos processos contemporâneos que envolvem atores sociais diversos em jogos de poder e disputas de sentido que se dão em campos sociais tão diversos quanto política e economia, arte e religião, comportamento e sexualidade, relações de gênero e racismo, seguindo-se lista infundável. As mídias devem, por consequência, ser compreendidas também a partir da perspectiva dos atores sociais, definidos estes como agentes que não somente estão sujeitos às construções, reconstruções e rearranjos das dinâmicas socioculturais, políticas, econômicas e ideológicas, mas como parte constituinte da diversidade de interessados que simultaneamente são constituídos e constituidores do social.

O midiacentrismo, corolário das perspectivas pouco atentas às sutilezas e matizes dos processos de midiatização, manifesta-se ao menos em dois níveis não necessariamente excludentes: quando tomamos como empiria exclusivamente as mídias tradicionais em determinada sociedade, consideradas de referência naqueles contextos, e quando lidamos com as mídias como realidades à parte do mundo social, portanto, desprezando os jogos de poder e as disputas de sentido que as envolvem. Sendo indispensável pensar mídias e realidade social em processos de mútuos tensionamentos, prestando atenção às clivagens e contradições, às textualidades e aos acontecimentos nelas implicados e aos múltiplos atores sociais envolvidos em disputas de sentido e jogos de poder, apresentamos a sugestão de uma abordagem metodológica, com breve aplicação que melhor esclareça nossas premissas.

4. Proposição metodológica

A primeira dificuldade em todo enfrentamento teórico-metodológico está no risco sempre inerente de recorrer a receituários, a procedimentos com pretensões universalizantes que facilmente perdem seus potenciais heurísticos. Quando lidamos com o universo das mídias e da midiatização o risco se amplia, pois trata-se de realidades cujos processos de transformação não param de ocorrer, em ritmo vertiginoso. Essas circunstâncias trazem riscos adicionais: perder a historicidade do fenômeno e desprezar a multiplicidade de atores sociais, contextos e estratégias implicados. Desse modo, cada investigação em particular, a partir de um conjunto de procedimentos mais ou menos estáveis – e certamente é impossível dizer do grau dessa estabilidade – deve adequar as estratégias de investigação ao escopo investigado, na linha, por exemplo, das proposições de Boaventura Sousa Santos (1989) de que a ciência contemporânea é muito mais compreensiva do que capaz de respostas taxativas, requer interpretação, no que ele define como uma atividade hermenêutica que não exclui o próprio pesquisador como parte do que é pesquisado, nem lida com a noção de objetos fixos e sujeitos às determinações unilaterais do pesquisador. O *corpus* que compõe cada pesquisa é parte ativa dela e devemos com ele estabelecer diálogos, ter sensibilidade para perceber alertas sobre nossas eventuais incapacidades de abordá-lo adequadamente.

Em termos metodológicos, Stig Hjarvard (2012) ressalta que são necessários estudos empíricos para tratar da midiatização, pois somente a partir deles será possível identificar os modos como as mídias e demais atores e dinâmicas sociais se interconectam e se afastam. Efetivamente não nos parece possível, a partir das dificuldades conceituais que destacamos, seja em relação às noções de mídias, seja em relação às noções de midiatização, limitar as investigações nesses campos a elaborações teóricas, ainda que elas sejam parte indispensável da compreensão do fenômeno. Os empreendimentos ensaísticos acerca dos processos de midiatização tendem a inevitável incompletude sem a aproximação às condições concretas em que se dão os jogos de poder e as disputas de sentido entre atores sociais diversos e as mídias, elas próprias necessariamente vistas sob o prisma de atrizes sociais. Não nos ocuparemos das estratégias para definição dos recortes empíricos, mantendo coerência com

a ideia que propugnamos de que não se trata, metodologicamente, de apresentar um conjunto rígido de métodos e demais procedimentos com pretensões a aplicabilidade universal. Definir em termos quantitativos e qualitativos as dimensões empíricas só permitirá um bom aporte metodológico quando preservadas as especificidades e demandas de cada investigação, lembrando que o principal desafio está na superação dos limites impostos pelas visadas midiacêntricas.

O que propomos como procedimento que nos parece plausível para quaisquer pesquisas é o que denominamos *metodologia de reconhecimento das especificidades pela estratégia da suspensão e reintegração*. Metodologicamente, trata-se de escrutinar as mídias em suas particularidades sociotécnicas, o que inclui as textualidades que por elas circulam, a historicidade em perspectiva sincrônica e diacrônica, as estratégias de visibilidade/invisibilidade e as questões éticas. Como não estão acima, além ou aquém do conjunto social, a outra parte constitutiva da pesquisa consiste no escrutínio do entorno sociocultural de inserção das mídias pesquisadas. Quando da definição de mídias antecipamos alguns pressupostos metodológicos necessários ao seu estudo e por isso não os repetiremos aqui. Uma vez definidos os recortes – o que inclui o que faz problema para cada pesquisa – começa a estratégia da suspensão e da reintegração que, deve ficar claro, é parte tão somente de uma metodologia, posto que efetivamente mídias e entornos socioculturais jamais estarão apartados em suas condições concretas de existência.

O que suspendemos são as mídias, destacando-as momentaneamente do seu entorno em busca de respostas a perguntas que variarão a cada pesquisa. Obtidas as respostas, as reintegramos ao entorno sociocultural, cotejando as descobertas com a realidade circundante e estabelecendo as conexões pertinentes. Dentre as questões que podem ser feitas sobre as mídias, sugerimos: 1) Qual o regime de propriedade? 2) Qual o seu grau de institucionalização, relativamente a relações empresariais, governamentais ou de outra natureza? 3) Quais são historicamente seus compromissos editoriais? 4) São adotadas estratégias intermídia, transmídia ou multimídia e, em caso positivo, quais são as características? 4) Do ponto de vista ideológico, sociocultural e comportamental, quais são os pontos de vista predominantes adotados? 5) Quem são seus colaboradores e qual o grau de profissionalização deles? 6) Trata-se de

mídia social? 7) Sendo mídia social, qual o grau de autonomia dos seus usuários? 8) Sendo mídia social, quais são as políticas de privacidade adotadas? 9) Sendo mídia social, qual o grau de organicidade entre seus usuários? 10) Sendo serviços gratuitos de *e-mail*, *e-commerce*, *internet banking* e demais serviços financeiros, qual o grau de intromissão por meio de rastreamento de *cookies*? 11) Quais são as textualidades circulantes, dizendo respeito a quais acontecimentos e com quais atores sociais envolvidos? 12) Quais são as dimensões éticas implicadas?

Uma série de outras perguntas são possíveis, desdobradas ou não dessa lista inicial. Importa uma compreensão das especificidades das mídias sob escrutínio, por ora considerando-as mais ou menos autônomas em relação ao seu entorno, pois as próprias perguntas já são indicativas de conexões externas.

Relativamente ao entorno sociocultural, algumas das perguntas essenciais são: 1) Trata-se de sociedade democrática ou autoritária? 2) Quais são os graus de democracia ou autoritarismo? 3) Do ponto de vista do reconhecimento da diversidade humanossocial (em quesitos como sexualidade, homofobia, machismo, patriarcalismo, relações de gênero, racismo, tolerância religiosa, xenofobia e preconceitos de outras ordens), como identificar essa sociedade? 4) O que define culturalmente essa sociedade? 5) Quais são as características econômicas dessa sociedade, com especial atenção a níveis de concentração/distribuição de renda? 6) Do ponto de vista legal, há legislações específicas sobre as mídias e as comunicações de forma geral, ou que sobre elas exerça algum tipo de impacto, dentre eles alguma modalidade de censura?

Um exemplo que ilustra os limites do midiacentrismo na análise de situação de conflito entre mídias e demais atores sociais é bastante conhecido no Brasil e ocorreu em 1984, com a recusa inicial da Rede Globo de fazer a cobertura jornalística do movimento *Diretas Já*, que pedia a volta das eleições diretas para a presidência da República, pondo fim à escolha pela Câmara dos Deputados, sob controle do regime civil-militar ditatorial.

Inaugurada em 26 de abril de 1965 por Roberto Marinho, empresário que já atuava no ramo das comunicações com o jornal impresso *O Globo* e com emissoras de rádio, a Rede Globo esteve associada aos governos ditatoriais civis-militares desde o início das suas atividades, mantendo alinhamento

das demais mídias do grupo. Além dessa aliança com os militares, problemática ainda hoje para a imagem das Organizações Globo, que atualmente ampliaram os negócios midiáticos para a internet, revista e televisão fechada, a constituição societária da Rede Globo foi alvo de investigações pelo legislativo, por desrespeito à legislação, que proibia sociedade de empresas midiáticas brasileiras com estrangeiras – a Globo em seus primeiros anos foi associada ao grupo de mídias norte-americano Time-Life, de quem recebeu recursos financeiros e apoio operacional (HERZ, 1987; MEMÓRIA GLOBO, 2004; BOLAÑO & BRITTO, 2005).

Detentora da maior audiência dentre todas as televisões brasileiras, àquela altura abrangendo quase a totalidade do território nacional, a Rede Globo tinha uma enorme capilaridade de penetração junto a todas as classes sociais, num contexto de elevado consumo de programas televisivos, capitaneado pelas telenovelas. Com esse poder, a direção da emissora considerou, embora negue tal postura (MEMÓRIA GLOBO, 2004), que se ela não desse destaque jornalístico às *Diretas Já* o movimento político se enfraqueceria pelas dificuldades de difusão massiva. As estratégias de negar cobertura jornalística a eventos importantes, especialmente aqueles considerados problemáticos pelo governo civil-militar, não era novidade no histórico da Rede Globo. Em especial formou-se um sentimento de antipatia em relação à emissora a não cobertura ou a abordagem criminalizadora de greves e dos seus líderes, ligados a sindicatos de trabalhadores. Esse clima de descontentamento levou à formulação do bordão “O povo não é bobó, fora Rede Globo”, quando da aparição de carros de reportagem em locais cujos manifestantes já sabiam de antemão que seriam objeto de tratamento desqualificador por parte da empresa da família Marinho. Os protestos se deram, em algumas ocasiões, com o apedrejamento dos carros de reportagem. Em linhas gerais essas eram as tensões entre a Rede Globo e parte da sociedade, descontente com suas posições políticas e estratégias de cobertura jornalística, consideradas anti-éticas, parciais e criminalizadoras de movimentos sindicais, de direitos humanos e demais movimentos da sociedade civil, então às voltas contra governos civis-militares ditatoriais em franco processo de desgaste.

Suspendendo temporariamente a Rede Globo e a cobertura jornalística das *Diretas Já*, encontramos a sociedade brasileira da primeira metade dos

anos 1980 em plena efervescência política. O enfraquecimento dos governos ditatoriais era visível e políticas como a anistia a presos políticos e extraditados pela ditadura estavam se consolidando, sem, no entanto, apagar a lembrança de perseguições e assassinatos, que atingiram todos os tipos de opositores ao regime, inclusive jornalistas. Ao longo de duas décadas o regime ditatorial civil-militar instaurou a censura a todas as formas de mídia, incluindo espetáculos teatrais, músicas e demais formas de manifestações artístico-culturais e estéticas. Se em parte muitos temas desapareceram dos noticiários ou foram abordados segundo diretrizes estabelecidas pelos censores, também é fato que várias mídias noticiosas praticavam a autocensura e a impunha aos seus profissionais, seja como estratégia para evitar aborrecimentos com os militares, seja por deliberada associação a eles, seja por orientação político-ideológica e econômica de suas linhas editoriais. As escolhas das mídias jornalísticas não eram desconhecidas da sociedade que os consumia, levando a boicotes variados por parte de quem discordava de tais posturas. Independentemente das escolhas editoriais, do que pautar e do que deixar de fora dos noticiários, no entanto, os movimentos pela redemocratização estavam acima de qualquer vontade de políticos autoritários ou de mídias que queriam preservá-los, notadamente a Rede Globo. Como consequência, o movimento pelas *Diretas Já* só crescia e nenhuma estratégia de invisibilidade midiática seria capaz de detê-lo.

Retomemos a Rede Globo e a cobertura jornalística das *Diretas Já*. Vencida pelas evidências da realidade, a emissora passou a fazer cobertura jornalística regular dos protestos pelo fim da ditadura e pela volta das eleições diretas para a presidência da República. O convencimento veio como consequência direta da queda de audiência dos telejornais da Rede Globo, especialmente do *Jornal Nacional*, informativo do horário nobre noturno apontado como estratégico para o projeto de integração política em torno do ideário dos governos civis-militares ditatoriais. Com a queda de credibilidade, em processo bem mais complexo do que é possível aqui descrever, a Rede Globo adota suas estratégias específicas de cobrir as *Diretas Já*, com entradas ao vivo das grandes manifestações. Mas os prejuízos à imagem da emissora, acumulados em anos de alinhamento aos governos civis-militares, não se esvaneceram com a cobertura da movimentação política, sendo a emissora recebida em

diversas ocasiões com o bordão “o povo não é bobo, fora Rede Globo”, às vezes também pintado em cartazes estrategicamente localizados para serem capturados pelas câmeras da própria emissora. Ainda hoje o bordão é utilizado em protestos contra a emissora, que tem sido mesmo obrigada, crescentemente, a ocultar seus equipamentos e identificação de microfones e profissionais para registrar acontecimentos.

Há na história das relações da sociedade brasileira com suas mídias diversos outros exemplos do que José Luiz Braga (2006) denomina “enfrentamento da mídia”. O autor identifica os enfrentamentos a partir de ações focadas em crítica de mídia feita por especialistas, cartas de leitores, boicotes e atividades às vezes mais simbólicas do que “físicas”. No entanto, não poderíamos terminar este artigo sem lembrar que, nos protestos realizados em junho de 2013 em diversas cidades brasileiras, não foram raros episódios como carros de reportagem de emissoras de televisão incendiados, protestos diante das sedes da Rede Globo e outras modalidades de “enfrentamento das mídias”. Mais recentemente, em coberturas ao vivo, emissoras da Globo, na TV aberta e no cabo, têm sido alvo de protestos e recusa de entrevistas, não sem antes as pessoas abordadas indicarem as razões do seu descontentamento com o conglomerado Globo e sua linha editorial. Estando ao vivo, é impossível não levar ao ar os protestos, levando à necessidade de imediata interrupção da transmissão.

Referências Bibliográficas

- ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales. Mirar lo que nos mira.** Madrid: Editorial Síntesis, 2007.
- ABRIL, Gonzalo. **Tres dimensiones del texto y de la cultura visual.** In: IC – Revista Científica de Información y Comunicación. Madrid, 2012, 9, pp. 15 – 35.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira e BRITTOS, Valério Cruz (orgs.). **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia.** São Paulo: Paullus, 2005.
- BRAGA, José Luís. **A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática.** São Paulo: Paulus, 2006b.
- COULDRY, Nick. **Mediatization: what is It?** In: HEPP, Andreas, et al. **Media practice and everyday agency in Europe.** Bremen: Edition Lumière, 2014.
- HEPP, Andreas. **Cultures of mediatization.** Cambridge: Polity Press, 2013a.

HEPP, Andreas. **The communicative figurations of mediatized worlds:** mediatization research intimates of the ‘mediatization’ of everything. University of Bremen, 2013b. Disponível em: www.kommunikative-figurationen.de.

HEPP, Andreas. **As configurações comunicativas de mundos midiáticos:** pesquisa da mediatização na era da “mediação de tudo”. São Paulo: Matrizes, V. 8 – Nº 1 – Jan/jun. 2014 – p. 45-64.

HEPP, Andreas, et al. **Media practice and everyday agency in Europe.** Bremen: Edition Lumière, 2014.

HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo.** Porto Alegre: Tchê!, 1987

HJARVARD, Stig. **Midiatização:** teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. Matrizes Ano 5 – nº 2 jan./jun. 2012 - São Paulo - Brasil - p. 53-91.

KROTZ, Friedrich. **From a social worlds perspective to the analysis of mediatized worlds.** In: HEPP, Andreas, et al. **Media practice and everyday agency in Europe.** Bremen: Edition Lumière, 2014.

LUNDBY, Knut. **Notes on interaction and mediatization.** In: HEPP, Andreas, et al. **Media practice and everyday agency in Europe.** Bremen: Edition Lumière, 2014.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

Memória Globo. **Jornal Nacional: a notícia faz história,** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

SANTOS, Boaventura. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2004.

Ver a elas: mulheres trans e dimensões políticas da cultura visual

Carlos Camargos Mendonça, Bruno Souza Leal

Os ambientes digitais têm se tornado lugares de ocupação e manifestação de diferentes indivíduos e grupos em busca da produção de visibilidades e visualidades peculiares. Esta ação, no âmbito da cultura visual, é inevitavelmente política. Nesse sentido, este artigo parte de duas dessas manifestações, ambas vinculadas a mulheres trans, para refletir sobre essa dimensão política da cultura visual, observando, com isso, o gesto inovador, de abertura de sentidos e representações, que essa ocupação envolve. Na série fotográfica “Elas, Madalena” e no calendário, para o ano de 2015, “Geni”, vemos mulheres trans, em situações e poses que, respectivamente, ressaltam seu caráter cotidiano e comum, ordinário nesse sentido, e valorizam seus corpos com bom humor e sensualidade. Em ambos os casos, as imagens simultaneamente ressignificam outras e reafirmam, no diálogo com tradições imagéticas, a força propositiva e criativa das representações. Nesse sentido, os dois trabalhos deixam ver, de modo peculiar um elemento fundamental na dimensão política das culturas visuais: a economia e a organização da tensão repetição/ inovação.

A exposição fotográfica “Elas, Madalenas” retrata travestis, transexuais, *drag queens*, transformistas, andróginos em situações cotidianas. Fruto de uma pesquisa realizada pelo fotógrafo Lucas Ávila, entre os anos 2011 e 2014, a exposição está disponível na internet e, em Belo Horizonte, ocupou a escadaria principal do Memorial Minas Gerais Vale, na Praça da Liberdade. Sobre as fotos, comenta Ávila:

...as fotografias foram realizadas durante o dia, em casa ou nos locais que elas frequentam. Elas abordam um recorte da realidade pouco visto pela sociedade que tanto as marginaliza, já que são feitas nos ambientes íntimos, com pessoas de diferentes idades, condições econômicas e ocupações profissionais. O objetivo é fazer com que o espectador veja a transição de gênero com naturalidade.

“Geni” é um projeto visual que coloca em questão a representação dos corpos em trânsito. Para tal, as idealizadoras do projeto, **Mariana Moraes e Daniella Rodrigues**, investiram na criação de um espaço de visibilidade diferente daqueles onde as pessoas trans estão regularmente retratadas. A **partir de uma análise do cotidiano e da luta política vivida por esse grupo**, as autoras **produziram um calendário como uma proposta estética para tencionar** uma sociedade transfóbica e violenta, repleta de descasos jurídicos, produtora de invisibilidade e barreiras para que as pessoas trans possam exercer sua identidade cidadã. Nas fotos, doze mulheres trans “representam” os doze meses do ano, atualizando a estética e o repertório visual das *pin ups* norte-americanas.

A breve definição dos produtos apresentada acima nos serve não apenas como um resumo informativo. Os parâmetros utilizados pelos criadores para orientar suas opções criativas revelam aquilo que é próprio ao produto visual: para além de objetos que suportam imagens, eles são formas de olhar e descrever um mundo, de representar modos do viver. As criações são um somatório de textos capaz de articular significações vindas de lugares e situações distintas, de inter-relacionar textualidades que estão para além da palavra, de promover afetos, bem como estimular experiência semióticas diversas. Assim sendo, estas criações são textos verbo-visuais que colocam em nível de igualdade no exercício da comunicação o campo da significação

e dos afetos, em outros termos, uma semântica intencional coligada a dimensões não discursivas do texto.

Amparados nas reflexões de Gonzalo Abril, entendemos que “...o texto só é objetivável em seus procesos interpretativos, na experiencia de sua leitura e de suas condições socioculturais” (ABRIL, 2013, p.46, no original em espanhol). Assim sendo, tanto “Elas, Madalena” quanto “Geni” delineiam, de modo peculiar, aquilo que se pode chamar vagamente como “políticas de representação”. A reflexão empreendida aqui, portanto, busca, a partir de aparato teórico-conceitual específico, dar forma a essa dimensão política e, consequentemente, afirmar a força produtiva das representações.

1.1 - Representar o quê? A performance como elemento criativo das representações.

Um texto (verbo)visual não é uma imitação de um estado de coisas presentes no mundo, mas um gesto de comunicação, intencional e aberto. Ao refletir sobre a cultura visual, Gonzalo Abril (2012), assinala a preferência pelo uso da noção de “textos visuais” em relação à de “imagens”. Segundo ele, “texto visual” é uma noção mais ampla. Compreendida como texto, a noção alcança um extenso espectro perceptivo, abarcando múltiplas experiências sensoriais, para além daquelas do olho e do aparato ocular. (ABRIL. 2012:46). Ao invocar o vocábulo texto, Abril o qualifica como designador de qualquer unidade de comunicação, multisemiótico, sustentado por práticas discursivas e inserido em redes textuais, integrados ou não a elementos verbais. Os textos são tramas dotadas de qualidades visuais que consistem em um primeiro nível à análise do texto visual (ABRIL.2012:46). Abril nos lembra, então, que um texto visual é, por definição, reticular, necessita interagir com outros textos para significar. A inserção de textos visuais em redes textuais oferece as condições socioculturais para sua leitura. Nessa rede, cada texto terá uma maneira particular de interção, de inscrição:

Trata-se algumas vezes da relação *parte/todo*, como a que imputamos o pertencimento de um texto literário ou pictórico a esses conjuntos que denominamos, respectivamente, de “literatura” ou “pintura”. Em

outras ocasiões, trata-se da relação *local/global*, quando a partir do texto tomando como particular e separadamente se inferem sentidos diversos dos que poderiam se derivar de sua consideração no interior de um corpus ou agregado global. (ABRIL. 2012: 17, grifos do autor, no original em espanhol)

Ou seja, para além de suas propriedades internas e de suas características semióticas, um texto visual está conectado de modo amplo ao social, ao temporal, ao cultural. Um texto é um texto em interação, reconhecível dentro de uma rede textual. Porém, como destaca Abril, em referência ao chiste de Latour e Hermant (1999), os textos não estão encerrados em uma “fortaleza de intertextualidade” (ABRIL. 2012: 17). Os textos sempre conjugam, ao mesmo tempo, práticas semióticas e atos produtores e/ou reprodutores de práticas sociodiscursivas. Sob a perspectiva teórica delineada por Abril, a chamada “intertextualidade generalizada” e a articulação do texto com as práticas sociodiscursivas, junto às práticas socioculturais, estabelecem as condições necessárias para uma comunicação que põe em diálogo os campos dos textos visuais e da cultura visual (ABRIL. 2013).

O modo como Abril entre os textos, de modo geral, e os textos visuais, dialoga de modo interessante com a perspectiva de produção de referências proposta por Umberto Eco. Como lembra Umberto Eco, retomando Strawson, a produção de referência, elemento fundamental das representações, não é algo que “uma expressão faz”, mas o que alguém faz utilizando uma expressão. Com isso, a produção de referências passa a ser um processo de comunicação constituído por uma série de negociações e contratualidades que envolvem e articulam indivíduos (como interlocutores), grupos sociais, dinâmicas culturais e históricas. Nessa perspectiva comunicacional, o esforço de representar “algo” implica necessariamente uma ação criativa, que responde, de variadas formas, aos desafios de viver num mundo aberto, múltiplo e em transformação.

Como já havia observado Wolfgang Iser (1993), à medida que uma “ordem fechada do mundo” é algo impossível, instala-se então uma falha entre linguagem e realidade que faz possível conceber a representação não como

simples reprodução, mas também como performance. Desenvolvendo suas reflexões a partir do ficção literária, o pensador alemão afirma que se esquecer da dimensão performativa da representação seria algo como observar que os mundos da ficção científica, por exemplo, existem independentemente da matéria textual, da cultura, da história e do espectador/leitor que os trazem à vida. Como um acontecimento, a representação, em sua dimensão performativa, atua sobre a realidade social, sendo simultaneamente resultado de uma “imaginação criadora” e oferecendo-se como elemento a partir do qual outras criações se darão.

O mundo performado na comunicação textual é assim necessariamente diferente do mundo de “referência” que seria sua fonte. Nesse sentido, Iser observa que a ideia de performance existe há muito tempo no interior do conceito de mimesis, mas que, historicamente, ela foi negligenciada, uma vez que o mundo “real” era percebido como um dado, uma ordem “fechada”. A representação dessa realidade, portanto, não necessitava dar atenção a seu aspecto performativo, já que a importância era dada à melhor ou menos qualidade da “reprodução” desse mundo dado. É a retomada da dimensão performativa da mimesis – e conseqüentemente das representações semióticas – que esta pode ser vista, agora, tal como faz Paul Ricoeur, como “imitação criativa”.

Diz Iser:

Assim, a falha se torna um sinal do que por natureza é irreconciliável: o ser e o não-ser. Mas é precisamente para presentificar o irreconciliável que a obra de arte tem de produzir a aparência da reconciliação, embora na condição de desmascarar essa mesma aparência enquanto tal. Para esse propósito, tanto o irreconciliável e o não-ser — cada um deles naturalmente ausente — requerem uma forma particular que, ao invés de determiná-los, precisar dar forma à sua intangibilidade. Pois sem tal presença nenhum deles pode ser acessível à consciência ou à experiência. Essa ‘ausência presente’ vem à tona pela aparência estética, que, de um lado, produz a presença ilusória do que não é e, por outro lado, claramente deixa transparecer o que é, de modo que o não-ser não se torna ser. (ISER, W. 1993, p.291; tradução nossa)

Esse “não-ser” está claramente associada à dimensão criativa e propositiva da linguagem, capaz não apenas de “reproduzir” mundos, mas de criá-los, abri-los, conformá-los, fazê-los acontecer. Desse modo, a representação-como-performance ganha força exatamente por sua capacidade de dar aparência ao que não é, ao que não está. Toda e qualquer representação abriga inevitavelmente essa tensão entre a repetição de referências já reconhecidas na cultura, na história e pelos interlocutores e a capacidade inovadora, criativa, de qualquer ação comunicativa. É essa perspectiva que levou Iser, naquele momento, a questionar se “o fim da representação” alardeado por alguns não seria de fato o indício da inadequação da concepção de “representação-como-semelhança”.

No caso dos textos (verbo)visuais de “Elas, Madalenas” e “Geni”, dois processos distintos acentuam essa dimensão da representação como performance e como tensão entre repetição e inovação. Nas primeiras, as mulheres trans surgem desglamourizadas, em situações comuns, em textos visuais que remetem às fotos cotidianas que tanto fascinaram Roland Barthes. O gesto político da série fotográfica se materializa exatamente nessa ausência de exotismo, de estranhamento: os textos visuais apresentam as mulheres trans como pessoas comuns e convocam o observador a tomá-las como tal, a absorvê-las nessa sua presença ordinária e distante de marcas de estigma e exclusão social. “Elas, Madalenas” são gente como a gente.

Já “Geni”, por sua vez, convoca suas modelos para uma géstica, um contra movimento, ações não cotidianas que rompem hábitos e as narrativas que suportam estes hábitos (GIL.1997), articulando dois gestos a princípio contraditórios, mas que se revelam complementares. Primeiro gesto: ao comporem os corpos das mulheres trans com o humor e o erotismo leve das pin-ups norte-americanas, haveria a ideia, ao menos inicialmente, de uma oferta destes corpos ao desejo e ao fetiche masculinos. Segundo gesto: inserindo suas modelos nessa tradição, o calendário ressalta o glamour e o charme daqueles corpos e seus movimentos. Aqui se estabelece o choque entre os gestos, complementares e contraditórios ao mesmo tempo. Há, simultaneamente, a aparente submissão a um ideário masculino de feminilidade e a valorização da beleza de corpos que, habitualmente, poderiam ser vistos como “abjetos”. Ao absorver uma tradição visual, bastante codificada,

e servir-se dela para dar outra visibilidade a corpos insuspeitos, “Geni” altera tanto os códigos visuais quanto as expectativas dos fruidores. É exatamente a apresentação das mulheres trans como corpos sedutores que subverte o aparente machismo: o olhar desejado pelos textos visuais não é o do erotismo de consumo, mas de admiração.

Nesse sentido, é importante lembrar, como o faz Abril (2013), inspirado no diagrama utilizado por Charles Sander Peirce para descrever o signo, nos fala da dependência recíproca entre as dimensões do olhar, da visualidade e da imagem. Para ele, há uma relação de mediação entre as três dimensões:

A visualidade, a imagem e o olhar não são âmbitos fechados, mas delimitados de forma imprecisa, com limites fluidos: uma experiência visual pode se transformar em uma experiência do olhar ou em uma imagem sem solução de continuidade, como quando passamos de um lado a outro de um papel, percorrendo com o dedo uma fita de Möbius. (ABRIL. 2012: 18, no original em espanhol).

Cada dimensão, mais que influenciar, torna possível a existência da outra. Nos termos de Abril, somente a partir da organização do olhar seria possível a ocorrência de uma experiência visual frente a uma imagem. O olhar sempre está orientado, limitado, pelos valores sociais e as práticas culturais. A experiência visual se produz sob certo nível de regulação da visibilidade e da invisibilidade. Nesse jogo de fazer visível o invisível e ao mesmo tempo criar o invisível, *Geni* e *Elas, Madalenas* abrem outras possibilidades para a imaginação dos corpos

Ambos conjuntos de textos visuais, cada um a seu modo, demonstram, em certa medida, o que afirma Lluís Duch, quando observa que

Já que a imaginação não se conduz com liberdade irrestrita, como se costuma crer, mas inspirada por matrizes e linhas de ideação que condicional (mas não determinam), em última instância, a referida dialética entre permanência e mudança. Apesar do vertiginoso tempo social em que vivemos, dessa premissa se infere que os sujeitos “dançam em cadeias”, para usar a sugestiva imagem de Nietzsche: imaginam em virtude de tais limites e possibilidades e não é dado a eles fazê-lo por outras vias.

Na tensão entre imitação e criatividade, entre reprodução e imaginação, os textos visuais, bailando em correntes, são possibilidades que se materializam aos nossos olhos. Algumas delas, com isso, abrem outros espaços, outras possibilidades, e é nesse seu gesto sutil que, politicamente, seu potencial transformador se apresenta.

1.2 - Do visível à visualidade: dimensões políticas da cultura visual

Acolhidos pela angulação conceitual de Abril, a visualidade não é o mesmo que a visão. O teórico argumenta que devemos tratar a visualidade como uma “visão socializada”, ou seja, a relação visual entre o sujeito e o mundo mediada por um conjunto de discursos, de significantes, de desejos e de relações sociais (ABRIL.2012:48). De acordo com este pensamento, se relacionam de maneira inseparável os domínios da visualidade, da imagem e da mirada. A imagem, nesta dimensão está relacionada aos imaginários e o olhar ao ato de ver como enunciação: sujeitos, espaços e tempos do discurso.

Os textos visuais por nós analisados operam como máquinas de linguagem pronunciadoras de uma dicção linguageira contida na vida banal dos corpos apresentados nas imagens. A linguagem é aqui compreendida como recursos sistematizados que servem à comunicação, transmissão e recepção de ideias e afetos; como sistema de signos que possibilitam a comunicação de determinada ordem simbólica; como forma de comunicar que implica os enunciados verbais e a géstica corporal. As tramas da linguagem estão tecidas por fios do passado e linhas do presente esperando abrigar o futuro, sua composição se dá sob a tensão entre a memória e os acontecimentos recentes.

As narrativas visuais aqui estudadas nos parecem serem para os corpos em questão a oportunidade de uma outra partilha do sensível, capaz de rearticular discursos e encontrar formas de sobreviver para além das formas discursivas que os impelem sempre para a fronteira do exótico. Quando os grupos em situações liminares assumem a produção e a circulação de informação sobre si mesmos, promovem uma estetização da experiência a partir da apropriação de formas simbólicas típicas ao comum, à vida cotidiana, ao ordinário. Invocar o comum, o banal é estetizar a vida simples. Distantes de uma leitura das imagens, observando sua sintaxe e seus elementos expres-

sivos, buscamos as relações estabelecidas entre os textos visuais e a vida. Reconhecer a possibilidade desta relação implica em identificar novos modos de percepção. Tomamos de empréstimo a noção de percepção usada por Maria Emilia Sardelich (2006), que toma a “percepção (...) como uma elaboração ativa, uma complexa experiência que transforma a informação recebida.”

A cultura visual, em nossa perspectiva, não é um reconhecimento da primazia do visual em detrimento de outras formas de sentido. Para nós, ela é o resultado da interação entre múltiplas linguagens, textualidades e percepções. Sardelich, remontando aos trabalhos de Malcolm Barnard, relata a existência de pelo menos duas correntes nos estudos da cultura visual: uma primeira vertente possui forte ênfase no aspecto visual e na formalização dos objetos da área de estudo – a arte, o design, a moda, dentre outros. Uma segunda vertente compreende a cultura como a definidora desse campo de estudos. Como relembra Sardelich, nessa vertente há a comunicação de valores e identidades através de uma mediação visual, bem como os embates decorrentes da presença do visual e seus manejos para a inclusão ou exclusão de processos identitários.

Remontando novamente ao pensamento de Gonzalo Abril, o visual estará sempre relacionado com aquilo que não se vê. Para Abril (2013:54-9) o que não se vê contém o que se deseja ver, aquilo que se crê e o que se faz com o que se vê. Eis aqui uma dimensão política da cultural visual. Os rearranjos efetuados pelos criadores dos textos visuais por nós investigados atuam, cada um a sua maneira, sobre estes três eixos. Devemos nos lembrar que os vetores visível e não visível se movimentam em duplo sentido na criação dos textos visuais. Ao sublinharmos este ponto, queremos ressaltar a importância das relações estabelecidas entre criador e olhador. A visualidade, este olhar socializado, se faz a partir do manejo das habilidades em estabelecer relações entre estes dois sujeitos, mediados pelo texto visual, objetivando o alcance de resultados almejados. Ao que nos parece, a riqueza de “Geni” e “Elas, Madalenas”, duas criações aparentemente simples, está na potência própria à visualidade pretendida. As mulheres trans fotografadas deixam ver mais que o retrato de corpos. Estes textos visuais tencionam classificações e ordens simbólicas forjadas na cultura.

Referências Bibliográficas

ABRIL, Gonzalo. Tres dimensiones del texto y de la cultura visual. IN: IC – Revista Científica de Información y Comunicación. Universidad Complutense de Madrid, 2012 – 9.

ABRIL, Gonzalo. Cultura visual, de la semiótica a la política. Madrid: Plaza y Valdés, S. A. de C. V. 2013.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of “Sex”*. New York: Routledge, 1993.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DUCH, L.; CHILLÓN, A. Un ser de mediaciones. Barcelona: Herder, 2012

ISER, W. *Prospecting: from reader response to a literary anthropology*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993

LATOIR, Bruno e HERMANT, Émilie. Esas redes que la razón ignora: laboratorios, bibliotecas, colecciones. IN. GARCÍA SELGAS, F. J. e MONLEÓN, J. B. (eds.), *Retos de la Postmodernidad. Ciencias Sociales y Humanas*. Madrid: Trotta, 1999.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. IN: Cad. Pesqui. vol.36 no.128 São Paulo May/Aug. 2006.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000200009

Sobre texto visual, som e imagem: novas paragens para as paisagens textuais

Graziela Mello Vianna, Paulo Bernardo Vaz,
Humberto Santos

“Antes, a ponta de prata traçou todas as figuras do cartão, criando uma paisagem rumorosa, e também de gente e animais que um cego reteria na memória dos sons, não em sinais identificáveis, mas como uma construção aérea de música concreta, feita de arabescos, de miúdas pausas, de súbitas raspagens, de longas brechas rasgando-se, tal seriam os silvos das espadas cortando o ar, e sempre a respiração calma ou rápida, consoante na superfície do cartão a ponta de prata traçasse o largo movimento das saias das donzelas ou afilasse a espiralada defesa do unicórnio.”

José Saramago, *O Ouvido in A Poética dos Cinco Sentidos*.

Saramago escreve sobre uma das peças de *La Dame à la Licorne* - tapeçarias presumidamente tecidas no princípio do século XVI¹⁸ cujo conjunto representa uma alegoria dos cinco sentidos. O texto *O Ouvido* de Saramago que citamos integra o livro *A Poética dos Cinco Sentidos*, cujos organizadores interrogam:

18. Presume-se que foram feitas para Claude Le Viste na França no final do século XV.

Quantos milhares de pessoas terão até hoje visto *La Dame à la Licorne* desde que, no ano de 1882, entrou no Museu de Cluny, em Paris? Tantos quantos esse lugar de peregrinação estética justifica, isto é, um fluxo contínuo de gente vinda de todas as partes do globo. Se interrogássemos essas pessoas, uma por uma, quantas seriam as visões diferentes (e quais?) que desta obra incomparável teríamos? É um jogo que não podíamos jogar. É já bastante que a seis escritores portugueses tivéssemos pedido que vissem e dissessem, cada um sua, a aventura de viajar pelo belo e misterioso universo da licorne, e aqui fizessem relato. Para que uma nova viagem – a do leitor – comece, por sua vez. Ou continue (1979, p. 8).

Muito além do trabalho artístico de artesãos medievais, a tapeçaria permanece uma obra tecida por cada espectador que se posta frente a ela no Museu de Cluny, ou que a admira onde quer que esteja reproduzida: cartazes, livros, revistas, cartões, telas de computadores etc. Também desta forma todo texto é tecido pelo leitor/autor que o vê ou lê onde estiver escrito, impresso ou projetado. A tapeçaria nos serve como analogia para pensarmos na tessitura das paisagens textuais constituídas por textualidades conformadas pelos dispositivos midiáticos.

A linha traça os sons e as imagens: relevos da paisagem tecida. Do *Ouvindo* de Saramago emergem aspectos de tais relevos multissensoriais evocados pela tessitura da tapeçaria. Paisagem e relevo são conceitos originários da Geografia e tem várias acepções, defendidas por diferentes artistas e autores que, em períodos distintos, possibilitaram múltiplas abordagens por outras áreas do conhecimento. Nos apropriamos aqui destes conceitos para pensar em paisagens textuais, que se constituem de materialidades diversas como caligrafia, tipografia, imagem e som, que conformam textualidades.

Nosso ponto de partida é uma noção básica de paisagem. Paisagem significa a porção de uma área cujos sentidos da percepção de quem a observa consegue ver, escutar e sentir e alcançar de um determinado ponto de vista. Paisagem, portanto, pode ser considerada ainda como objeto de consumo, domínio da intervenção e atividades humanas (LOPES, 2006).

Já relevo é, genericamente, uma saliência, forma ou volume que se

destaca em uma superfície ou, considerando uma paisagem sonora¹⁹, como os elementos sonoros situados em diversos planos que constituem essa paisagem. Relevos esses que se destacam com mais evidência em paisagens denominadas por Schafer (2001) como *hi-fi* (onde se pode distinguir os elementos sonoros com clareza) em contraposição às paisagens *lo-fi* (onde a sobreposição dos elementos que as constituem dificulta a distinção dos relevos). Podemos lembrar também a acepção da escultura, relevo como saliências produzidas em uma peça, podendo variar conforme a profundidade. No sentido figurado, relevo é algo que sobressai, um sinônimo de ênfase.

A diversidade das conceituações ajuda a costurar, conceber e delimitar a paisagem textual. Carl Sauer (1998) aponta paisagem como “associação distinta de forma, ao mesmo tempo físicas e culturais” (p.22). Porém, o mais interessante para o entendimento do conceito de paisagem textual é o raciocínio que Sauer produz para explicar o conceito de paisagem. Para o geógrafo, “paisagem tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens, que constituem um sistema geral” (p.23). O autor argumenta que a paisagem geográfica é uma “generalização derivada da observação de cenas individuais” (p.24). Nesta perspectiva, “toda paisagem tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõem a paisagem. Nenhum vale é exatamente igual a outro (...)” (p.24). Em outro trecho, o geógrafo defende que os objetos que existem na paisagem existem em inter-relação.

Considerando a paisagem como sonora, Schafer (2001) classifica os elementos que se constituem como os relevos dessa paisagem como sons fundamentais, sinais e marca sonora. De acordo com o autor, os sons fundamentais seriam aqueles que, de tão integrados ao nosso cotidiano, não prestamos muita atenção neles, ou melhor, seriam os sons que não precisam ser ouvidos conscientemente, se tornam hábitos auditivos, tais como o mar, os insetos, etc. Os sinais sonoros são os sons que, apesar de cotidianos, são destacados dentre os sons fundamentais e precisam ser ouvidos consciente-

19. O termo paisagem sonora (*soundscape*) foi criado por Murray Schafer em fins da década de 1960 dentro da iniciativa de criação de uma nova disciplina para se referir a todas as sonoridades que rodeiam um indivíduo e constituem uma paisagem situada no tempo e espaço.

mente, pois funcionam como um aviso acústico como, por exemplo, o apito do guarda de trânsito ou a sirene de uma ambulância. (SCHAFER, 2001). As buzinas dos carros e ônibus são exemplos de sinais sonoros que fazem parte das paisagens sonoras contemporâneas. Já a marca sonora, Schafer (2001, p.27) define como um “som da comunidade que seja único ou que possua determinadas qualidades que o tornem especialmente significativo ou notado pelo povo daquele lugar”. Consideramos aqui esses elementos como constituintes do relevo da paisagem, e que existem numa perspectiva relacional, uma vez que a paisagem é dinâmica e depende da ação do *flanêur* / observador/ouvinte, nos processos de leitura/escuta para produzir efeitos de sentido a partir dos seus objetos inter-relacionados.

Os textos na paisagem textual estabelecem determinados relevos que estão em relação com outros, ao formar ondulações, morros, montanhas. Sozinhos são apenas planície, planalto, depressões (conjunto de palavras, imagens, sons...); juntos compõem uma paisagem, estabelecendo relações entre eles. Relações que possibilitam apontar para direcionamentos e possíveis entendimentos e interpretações. Embora a observação da paisagem seja concretizada em cada olhar e escuta do leitor, e seja única, essas relações permitiriam uma interpretação mínima. (ABRIL, 2012)

Dentro do relevo há uma ecologia textual própria, de forma que cada texto/relevo compõe uma unidade dentro de uma unidade de sentido maior e mais ampla. Tome-se o exemplo da paisagem textual das capas de jornais, dispostas em bancas, portadas por leitores ou exibidas em telas. Todas têm sua própria unidade e estilo reconhecível marcado por seu layout, tipografia e, sobretudo por seu cabeçalho. No entanto, a capa de jornal faria parte de uma paisagem maior formada pelas demais capas de jornais, tal como uma cadeia de montanhas.

A paisagem, portanto, possui uma unidade e faz parte de um contexto mais amplo. No caso da paisagem textual, os textos formam unidades, que se articulam para constituir sentido(s). Deste modo, a unidade do texto constituiria um relevo, que constituinte de uma paisagem, forma uma paisagem maior, uma espécie de superfície contextual que acolhe e abarca os relevos na constituição dos sentidos a serem explorados pelos leitores/ouvintes.

Outro geógrafo, Augustin Berque (1998), aborda a relação da paisagem com o sujeito, tratando-a como marca e matriz.

É preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. E, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (...) Em resumo: 1) a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial, etc) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe; e 2) a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz” (p.86)

A despeito das críticas a essa proposta de paisagem como marca/matriz não corresponder totalmente à realidade do sujeito inserido na paisagem, desterritorializado, sem poder sobre ela, a reflexão de Berque nos permite pensar na paisagem textual com um potencializador da relação com o sujeito. Gonzalo Abril aponta que o texto ativa a relação com o sujeito, tomando a paisagem textual como o local onde textos de diferentes relevos se encontram. A paisagem textual vai potencializar essa ativação, possibilitando ao sujeito estabelecer muito mais relações. Assim, em uma passagem sobre a ação passiva de ouvir, Pierre Schæffer reflete que

Eu vivo em um mundo que não cessa nunca de estar aqui para mim e este mundo é sonoro, assim como tátil e visual. Eu me desloco numa “ambiência”, como em uma paisagem. O silêncio mais profundo é ainda um fundo sonoro, sobre o qual se destacam então como uma solenidade incomum, o ruído da minha respiração e do meu coração.²⁰ (1966, p.104-105)

20. Je vis dans un monde qui ne cesse pas d'être là pour moi, et ce monde est sonore aussi bien que tactile et visuel. Je me déplace dans une “ambiance” comme dans un paysage. Le silence le plus profond est encore un fond sonore comme un autre, sur lequel se détachent alors, avec une solennité inhabituelle, le bruit de mon souffle et celui de mon cœur” (SCHÆFFER, 1966, p.104-105)

Desta forma, o leitor/ouvinte integra a paisagem com a sua presença, ainda que silenciosamente, e, ao mesmo tempo, mobiliza sua consciência, experiência, estética e moral ao observá-la. A paisagem atua como matriz ao propor enquadramentos, interpretações, e a construção de sentidos²¹ ao leitor/ouvinte. Os efeitos de sentido surgem então a partir da articulação das textualidades da paisagem com o seu repertório, chamado por Malraux (2011) de “museu imaginário”, em práticas de leitura/escuta dos seus relevos.

Nem confissões, mergulhos subjetivos, nem ensaios clássicos, as paisagens articuladoras de imagens e conceitos, são marcas de um sujeito feito de exterioridades, de um texto de superfícies. A paisagem é mais do que um estilo de pensar e escrever, é uma forma de viver à deriva. (LOPES, 2006, p.133)

A ideia de paisagem como matriz de Berque (1998) ainda pode ser interpretada na paisagem textual como dispositivo. Os textos são produzidos em locais socialmente demarcados e ocupam um espaço que chamamos de dispositivo midiático. Entendemos os dispositivos não como tecnologias, mas sim como aparatos socialmente constituídos que mobilizam técnicas em torno de uma função comunicativa. Os dispositivos conformam e ajudam a sustentar a proposição de um sentido. Mas é apenas uma sugestão, pois o leitor do texto vai estabelecer a relação e ativar referências e outras relações, inclusive mobilizando outros textos, textualidades e paisagens. A paisagem se conforma como dispositivo quando seus elementos constituintes são definidos, organizados e enquadrados de forma a constituir sentido.

Assim, cada peça que constitui o conjunto de tapeçarias *La Dame à la Licorne* pode ser considerada um dispositivo onde são tecidas pequenas paisagens. A *mirada* sobre esse conjunto de pequenas paisagens nos desvela a tessitura de uma paisagem maior. Da mesma forma, os vários elementos que compõem a capa de um jornal podem ser encarados como pequenas paisagens, que juntas formam uma paisagem maior cujo relevo propõe

21. É bom lembrar que os sentidos e significados oferecidos por uma paisagem são apenas propostos. A construção deles depende não só do observador, mas também da posição que ele ocupa ao contemplar a paisagem.

sentidos ao leitor: – a paisagem “capa”.²²

Tomando a capa como um dispositivo midiático e entendendo que o dispositivo não é apenas uma entidade técnica, mas sim uma matriz em que os textos são inscritos (MOUILLAUD, 2002) e, ainda, que ambos, texto e dispositivo, possuem uma relação dinâmica, podemos inferir uma relação acontecimento-texto-dispositivo capa. Nesta relação, a capa (dispositivo) prepara o sentido do texto e a dimensão do acontecimento ao estruturar os dois no espaço e no tempo. A capa assume aqui uma espécie de “paisagem textual básica”, na qual os elementos do relevo vão ser inscritos para essa preparação de sentido. Sentido que será constituído pelo olhar do leitor nesta capa/paisagem oferecida a ele. O olhar do leitor vai, por sua vez, estabilizar essa paisagem e construir relações de sentido.

Podemos também buscar outro exemplo de dispositivo midiático no qual textos sonoros constituem os relevos da paisagem textual: o programa de rádio. Tal como a capa do jornal, o programa é uma pequena paisagem inserida em uma paisagem textual mais ampla: a programação da emissora em que é veiculado. Nessa paisagem textual, a escuta do ouvinte é determinante para os efeitos de sentido criados a partir das materialidades sonoras – performance da voz, trilha musical, efeitos sonoros, tratamento técnico e silêncio²³ - que constituem os relevos dessa paisagem.

Antunes e Vaz (2006) apontam que os meios de comunicação, observados enquanto dispositivos midiáticos, articulam a maneira como os discursos vão se manifestar; o sentido desses discursos; o ordenamento do material e a transmissão dos significantes. Os autores apontam que o dispositivo é uma forma de estabelecer o controle da interação.

O dispositivo midiático é um lugar de convocação e coordenação dessa interação entre os sujeitos e suas falas, do estabelecimento de uma dimensão pública: o dispositivo midiático, ao fazer tais falas convergi-

22. Cf. a dissertação de mestrado (SANTOS, 2014) de um dos autores deste artigo.

23. Sobre essas materialidades, uma das autoras do presente artigo trabalhou mais exaustivamente em sua tese de doutoramento (MELLO VIANNA, 2009) acerca da linguagem radiofônica.

rem, projeta-as noutro plano e ali as põem em permanente circulação e rebatimento, instando os sujeitos a se tornarem seus interlocutores. Ao pôr em relação esses domínios, os meios de comunicação se esforçam em produzir o comum e forçam todo o tempo sua produção. (ANTUNES e VAZ, 2006 p. 50)

Mesmo que tais autores destaquem que os diferentes meios de comunicação se pautam entre si e acabam reverberando o “comum” ou as mesmas notícias, ou como afirma Mouillaud, “cada jornal pode ser considerado como uma expectativa de acontecimento” (2002, p.75), podemos imaginar que cada dispositivo midiático - jornal ou programa de rádio - enquadra o cotidiano de uma maneira com filtros próprios construindo acontecimentos distintos. Como aponta Leal *et al* (2010), essa construção de sentidos está vinculada a um processo que supõe “enquadramentos e critérios de noticiabilidade”, que vão decidir o que vai aparecer na mídia e agendar temas para o debate.

Em uma perspectiva filosófica, Anne Cauquelin (2007) aborda as várias noções de paisagem e ainda o surgimento de tais noções na arte, sobretudo como uma idealização da natureza e como são representadas em formas equivalentes desta idealização. A autora destaca que é difícil apontar o período exato do surgimento da noção de paisagem, mas que “autores confiáveis” sugerem que por volta de 1415 tenha surgido o termo e a noção, se consolidando com as leis da perspectiva.

Tomada exclusivamente com contexto da pintura, a paisagem se reduziria, pois, a uma representação figurada, destinada a seduzir o olhar do espectador, por meio da ilusão de perspectiva. A inesgotável riqueza dos elementos naturais encontraria um lugar privilegiado, o quadro, para aparecer na harmonia emoldurada de uma forma, e incitaria então o interesse por todos os aspectos da Natureza, como por uma realidade à qual o quadro daria acesso. (CAUQUELIN, 2007, p.37)

Essa percepção nos dá, literalmente, a ideia de enquadramento, recorte de uma paisagem e, no nosso caso, de um texto. A paisagem textual já possibilita enquadramentos, seja de enfoque, seja de suporte. Pode ser que essa paisagem textual até pareça deslocada, desvinculada de outros textos, mas

como diz Cauquelin (2007), o elo entre coisas isoladas é uma paisagem. Ou seja, a paisagem ao ser emoldurada, enquadrada, organiza e dá sentido às suas partes constituintes, “a visualização de um lugar, qualquer composição feita pelo artista, atribui àquilo que é representado um valor de verdade que o texto ainda não oferece: as palavras podem mentir; a imagem, por seu lado, parece fixar o que existe”. (CAUQUELIN, 2007, p.93)

A autora toma as palavras como inexatas ao descrever uma paisagem porque a imagem que o artista consegue reproduzir em uma tela se torna estática e fixa aquela paisagem; enquanto as palavras podem ser alteradas ao descrever a mesma paisagem. O interessante do raciocínio é a autora afirmar que o “território é um ‘palimpsesto’ continuamente escrito e redesenhado” (CAUQUELIN, 2007, p. 94). Pesavento (2004) explica que palimpsesto é uma palavra grega surgida no século V a.C., depois da utilização do pergaminho para uso da escrita. O termo significa um pergaminho no qual se apagou a primeira escrita, para ser reutilizado, para escrever outro texto. A autora pondera que a escassez de pergaminhos entre os séculos VII e IX popularizou o uso dos palimpsestos. Como a raspagem do texto anterior, não se conseguia eliminar toda a escrita, e os palimpsestos se apresentavam como textos superpostos.

Esta noção de território como palimpsesto nos leva a pensar que ele, assim como o pergaminho usado, é reescrito, reconfigurado, reconstruído a partir do olhar de cada observador/leitor, pintor/escultor os elementos podem ser os mesmos mas a paisagem final depende do observador, do seu enquadramento.

O enquadramento exige o recuo, a distância certa. Tudo ver, claro, mas apenas aquilo que está no campo. E, ainda, o enquadramento inspira a ordem, dá a regra dos primeiros planos e dos planos de fundo, porque suas bordas são orientadas de baixo para cima e da direita para a esquerda. Embaixo, o mais próximo; no alto, o mais distante. Entre as duas bordas, verticais, uma superposição de planos. Horizontalmente, o campo é apenas ‘bordejado’, sem outras regras além das regras da possibilidade de abarcar um conjunto infinito. Porque a moldura corta e recorta, vence sozinha o infinito do mundo natural, faz recuar o excedente, a diversidade. O limite que ela impõe é indispensável

à constituição de uma paisagem como tal. Sua lei rege a relação de nosso ponto de vista (singular, infinitesimal) com a ‘coisa’ múltipla e monstruosa. Em todo caso, interpomos não apenas essa moldura da intenção entre o mundo e nós, como também redobramos os véus, as telas. (CAUQUELIN, 2007, p. 137)

Cauquelin (2007) argumenta que a moldura delimita um fragmento “com valência de totalidade”, cuja operação de (re)constituição é “a priori isenta de intenção particular”. E embora a moldura delimite uma área da paisagem, a autora lembra que ela não termina ali.

Suponho – e creio firmemente – que a paisagem ‘continua’ atrás da moldura, a seu lado, longe, bem longe, para sempre, até o infinito. Que existe uma outra face da montanha, outra praia para que esse mar. Aqui reside a hipótese fundamental de minha crença no *análogon* que a paisagem me dá. Se assim não fosse, o que eu veria pela janela não seria nada além de um simulacro, uma espécie de espelho, sem consistência. Atrás dessa montanha, dessa tela, dessa parede, ainda há natureza, e eu poderia, se me deslocasse, dar-me a satisfação de contemplar de novo uma paisagem. Existe, pois, uma desmedida na medida, ou mais exatamente, a medida só pode ser construída em um horizonte de desmedida. A moldura reclama sua extramoldura como seu elemento constitutivo, sua condição necessária. É preciso que a crença esteja anexada à proposição de totalidade que recobre o fragmento. (CAUQUELIN, 2007, p.140)

O que nos leva a pensar no texto além do texto naquela paisagem, da conexão entre eles, dos textos originarem outros textos, levarem a outros lugares. A paisagem observada por Saramago na peça que constitui *La Dame à la Licorne* se prolonga nas demais paisagens da tapeçaria e em outras obras e objetos do Museu de Cluny onde está exposta. Nos textos dos jornais, *sites* e dos programas de rádio, embora seja a “moldura” do assunto, ou o recorte de um acontecimento naquele texto da notícia, ele remete a outros textos, a outras paisagens. No impresso, temos as retrancas, fotografias, infografias. Nos *sites*, além dos mesmos recursos dos impressos, temos a possibilidade de *links* para outras páginas textos e paisagens. Nos programas de rádio, a música nos ativa uma memória afetiva associada ao nosso museu imaginário

a partir da sua melodia, da sua letra; a performance da voz dá a ouvir o acontecimento, mas também dá corpo ao radialista. São janelas para o mundo, para outras paisagens, que continuam além da moldura.

Gonzalo Abril (2007) defende que o sentido de qualquer texto remete a práticas sócio discursivas e a um universo semântico-simbólico, deste modo o sentido de um texto verbo-visual nos leva aos limites de objetividade de um mesmo texto. Para contextualizar sua proposição, Abril (2007) começa definindo texto como “entidade homogênea e bem definida com uma considerável autonomia formal e semântica”²⁴. E remete à crítica pós-bakhtiniana que apontam os problemas dos limites entre textos como intertextualidade. “O texto deve deixar de ser concebido segundo a metáfora da ilha para ser compreendido segundo a metáfora do arquipélago”²⁵. Ou seja, o texto possui fronteiras com outros textos, propõe (e estabelece) interlocução com eles e apresenta para o leitor uma rede de textos com significados distintos, que se aproximam, distanciam, compõem esse arquipélago, ou na nossa proposição, paisagens que o leitor vai explorar, interligar, fazer a conexão e construir sentidos.

Abril lembra que para Bakhtin o texto não é uma entidade estável, em uma encruzilhada de relações intertextuais, mas um processo de “sobreposições, hibridizações e osmose”, o que aponta para uma pluralidade, onde a voz do autor não é única, é apenas mais uma. O que leva, segundo Abril, a uma rede textual com uma estrutura relacional em permanente reconstituição (reconfiguração). Essa rede dá sentido às partes que a constituem, ela possui características locais e globais, e baseia-se nas práticas sociais de leitura. Abril (2012) aponta que os textos não são só “objetos culturais” mediados, mas também dispositivos de mediação de outros processos culturais. Todo comportamento pode ser interpretado como um texto em potencial.

24. “Una larga tradición de teoría literaria, de semiótica textual, de análisis hermenéutico, en que late la matriz cultural iluminista del libro, y a su través la matriz teológica del Libro, nos enfrentaba al texto como una entidad homogénea y bien definida, con una considerable autonomía formal y semántica.” (ABRIL, 2007, p. 82)

25. “El texto debe dejar de ser concebido según la metáfora de la isla para entenderse según la metáfora del archipiélago.” (ABRIL, 2007, p.82)

O processo de ativação da relação texto-leitor, pode ser comparado ao movimento de tatear uma peça em alto-relevo ou ao ato de percorrer uma paisagem com relevo desconhecido: em todas, o processo vai representar para a pessoa a mobilização de significados e a construção de sentidos. A paisagem não é única, nem estática, faz fronteiras com outras paisagens e sofre ação delas e do homem. A cada leitor/explorador da paisagem ela é uma ressignificada.

Partindo de uma análise que busca a ressignificação da paisagem a partir da apreensão da natureza como técnica e cultura, Luchiari (2001) aponta que a paisagem é “portadora de sentido”. A autora argumenta que este processo se deu a partir do momento que a ciência estabeleceu a dicotomia entre sociedade e a natureza. A racionalidade necessária para separar a sociedade da natureza levou à criação do conceito de paisagem para se contrapor ao processo de dessacralização da natureza.

A produção de um novo contexto material altera a forma/paisagem e introduz novas funções, valores e objetos. Esses objetos, forma dotadas de conteúdo, permeadas pelas ações e contextualizadas por um sistema de valores, são imbuídos de significação e intencionalidade. (p. 12-13)

Citando o geógrafo Milton Santos, Luchiari aponta que essa intencionalidade estabelece uma relação entre ação e objeto. Segundo Santos (2002), “a ação é ação em uma paisagem e é a paisagem que dá forma à ação”. A autora argumenta que a ação e o valor social que é atribuído à paisagem a transforma em espaço e processo ativo da dinâmica social. Ou seja, a paisagem em si seria apenas “forma e aparência” e ganharia relações de sentido a partir das relações e das funções sociais que lhe são atribuídas.

Em cada época, o processo social imprime materialidade ao tempo, produzindo formas/paisagens. As paisagens construídas e valorizadas da sociedade revelam sua estrutura social e conformam lugares, regiões e territórios. A paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas. (p.13-14)

Partindo desta perspectiva e mirando a paisagem textual, podemos argu-

mentar a dimensão intertextual dos textos na paisagem textual. Um texto isolado na paisagem é apenas um; não constitui relações, é uma montanha cercada de espaço em branco. Sua forma traz até um significado, mas só formaria significado e sentido com/em relação a outros textos, relevos; pois todo texto estabelece diálogo com outros textos preexistentes. Nasce de outro texto, num processo de seleção e combinação de fragmentos formando outro, se tornando único.

(...) paisagem é, ao mesmo tempo, ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem e, acima de tudo, objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente no tempo e no espaço, pela percepção humana. (p.19)

O geógrafo Milton Santos (1988) destaca que paisagem não é apenas formada de volumes, mas também de cores, movimentos, atores, sons. Em outra obra, Santos (2002) faz uma distinção epistemológica entre paisagem e espaço. Para ele, um termo não é sinônimo do outro.

A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. (...) Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é, de significação, de valor sistêmico. (p.103)

Aqui é preciso fazer duas inflexões. A primeira é sobre a ideia de paisagem textual e a outra é sobre a distinção proposta por Milton Santos entre paisagem e espaço. Se uma paisagem textual se oferece para o leitor com tensões e questões, ela oferece um relevo que será recepcionado pelo olhar do leitor, despertando sentimentos e sentidos. Em outras palavras, se a paisagem se forma/constitui até onde a vista de quem se propõe a contemplá-la consegue ir, o relevo ali observado vai depender da interpretação/leitura de cada leitor. Algumas saliências podem até serem oferecidas para o leitor na composição da paisagem, mas o sentido só virá à tona pelo movimento de interpretação de quem lê. Recuperando Abril (2007) imaginando a paisagem como parte de uma textua-

lidade, de um enredamento de textos, a paisagem aqui é estabilizada pelo leitor numa articulação de sentidos e significados. Deste modo, a paisagem textual se insere em um processo de mediação, mas ela própria é uma mediação resultante da interação do olhar do leitor com as saliências que o texto/paisagem lhe oferece. É como se o leitor percorresse os montes, vales e depressões em busca de sentidos e significados e nesse processo ele os constitui.

A segunda inflexão é sobre a diferenciação entre paisagem e espaço proposta por Milton Santos. A separação dos dois termos, que são comumente usados como sinônimos, chamou atenção pelo fato da paisagem constituir o espaço, e diferir dele.

O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é. No entanto, entre espaço e paisagem o acordo não é total, e a busca desse acordo é permanente; essa busca nunca chega ao fim. A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. No espaço, as formas de que se compõe a paisagem preenchem, *no momento atual, uma função atual*, como resposta às necessidades atuais da sociedade. (SANTOS, 2002. p.104)

Ou seja, imaginando que a paisagem textual faz parte de uma textualidade maior, de uma rede de textos, de uma trama que é tecida, construída, constituída e reconstituída, o “espaço textual” seria essa trama. Uma rede que englobaria a paisagem e ajudaria a constituir o contexto da paisagem textual.

Quando vemos uma paisagem, nosso olhar percorre toda sua extensão e se fixa num ponto, detalhe, algo que chamou a atenção. No caso de um universo de paisagens textuais, com a repetição, nosso olhar e nossa escuta também retém algo que nos chama a atenção. Neste processo, o que se repete, pode despertar a sensação de *déjà vu* no leitor. Mas a própria maneira como essa repetição se coloca nesta paisagem, revela relevos diferentes (uma foto, um vídeo, uma palavra/termo diferente) que podem levar o leitor a ter a sensação de *déjà vu*, e acessar essa repetição e lê-la de forma diferente. Esse *déjà vu* está dentro do “guarda-chuva” do espaço, que contextualiza a trama no qual aquela paisagem está inserida.²⁶

26. Cf. SANTOS, 2014.

2. Paragens finais

Diante do percurso exposto até aqui, propomos alguns conceitos e uma sequência/encadeamentos deles, que de certa forma, acreditamos explicar as relações textuais dentro desta perspectiva de paisagem.

texto ↔ textualidades ↔ paisagens textuais ↔ espaço (con)textual

Sem desprezar os conceitos de texto da semântica, mas optando por trabalhar com uma ideia de texto mais afinada com a proposta de “tudo é texto” (ABRIL, 2007), texto aqui seria fragmentos de outros textos conectados, (re)combinados para a produção de um novo texto. Deixamos clara nossa opção por uma definição mais fluida, aberta à intertextualidade e à própria relação entre textos. Textualidades seria a articulação de textos, presente ou implícitos. A metáfora geográfica de Abril sobre ilha e arquipélago ilustra bem essa ideia de pensar a textualidade como uma articulação de textos. Ou seja, a relação entre eles que constitui uma textualidade. Paisagens textuais seriam uma articulação de textualidades de relevos diferentes. As textualidades formam a paisagem e a articulação dos relevos mobiliza os sentidos. Já o “conjunto” das paisagens textuais, o que estamos chamando de espaço ou superfície (con)textual. Esse grupo é resultado da articulação de paisagens como unidade de sentido. Comporta relações de sentido em condições histórico-sociais. Esse processo aponta para a comunicação relacional, de forma que a textualidade seria composta por uma articulação de sentidos em todas as direções e com cruzamentos variáveis com o “museu imaginário”, repertório do seu leitor/ouvinte/*spectator* que podemos associar ao *spectator* tratado por Marilena Chauí em “Janela da alma, espelho do mundo”. Notemos a grande riqueza da acepção deste termo em latim, esclarecedora para a nossa abordagem:

spectator (o que vê, espectador), que não apenas se vê no espelho (*speculum*) e vê o espetáculo (*spetaculum*: a festa pública) mas ainda é capaz de voltar-se para o *speculandus* (a especular, a investigar, a examinar, a vigiar, a espiar) e de ficar em *speculatio* (sentinela, vigia, estar de observação, explorar, espreitar, pensar vendo) porque exerce a

spectio (a vista, a inspeção pelos olhos, a leitura dos agouros) e é capaz de discernir entre as *species* e o *spctrum* (espectro, fantasma, aparição, visão irreal). (CHAUÍ, 1988, p.36)

Deste ponto de vista, quão rico se torna este sujeito leitor/*spectator*, que, a seu bel- prazer recorre ao “museu imaginário”, articulando à vontade o seu próprio acervo. Essa articulação constrói sentidos. Afinal,

A paisagem não precisa de porquês , nem de espectadores distantes. Exige pertencimento, naufrágio, não mais ser, dissolver. Imagem. Quadro. Retorno ao indefinido, ao inumano, ao mistério das superfícies. Frágil marca, frágil texto. A paisagem solicita a adesão dos viajantes, andarilhos, nômades. Onde há um lugar para se estar, para falar a frágil fala (LOPES, 2006, p.139).

Reforçamos, portanto, a proficuidade interpretativa das paisagens textuais que – lá postadas pelas mãos de outros leitores-produtores de textos – abrem-se aos olhos do sujeito observador, daquele leitor que estamos chamando de *spectator*. Paisagens textuais tecidas nos dispositivos midiáticos, tal como a preciosa tapeçaria mencionada na abertura destes reflexões. Sempre é bom lembrar que a vasta possibilidade de construção de sentidos permanece como prerrogativa do sujeito que perambula e observa, tal como um *flâneur* baudelairiano descrito por Benjamin.

É preciso, portanto, que o leitor/*spectator* se aventure pelo arquipélago das intertextualidades midiáticas – onde textos de diferentes relevos se encontram – para que possam ser desveladas as paisagens textuais.

Referências bibliográficas

- ABRIL, Gonzalo. **Análisis crítico de textos visuales**. Madrid: Editorial Sintesis, 2007.
- ABRIL, Gonzalo. **Tres dimensiones del texto y de la cultura visual**. IC – Revista de Información y Comunicación. 2012, v.9, pp.15-35.
- ANTUNES, Elton. **Videntes imprevidentes: Temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários**. 2007.

ANTUNES, Elton. VAZ, Paulo Bernardo. *Mídia: um aro, um halo e um elo*. In: GUIMARÃES, César Geraldo. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Organizadores César Guimarães, Vera França. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 108 p.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural In: In: ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 123p.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins, 2007. 196p.

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

COSTA, Maria Velho; SARAMAGO, José; ABELAIRA, José; BRAGANÇA, Nuno; HARTHERLY, Ana; NÓBREGA, Isabel. **Poética dos Cinco Sentidos**. Lisboa: Bertrand, 1979

GUERRA, A. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978.

LEAL, Bruno Souza. MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. GUIMARÃES, César Geraldo (orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 318 p.

LOPES, Denilson. Paisagens da cultura, paisagens sonoras. In : FREIRE FILHO, João ; JANOTTI JUNIOR, Jeder. **Comunicação e música popular massiva**. Salvador :Edufba, 2006.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In.: ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

MALRAUX, André. **O Museu Imaginário**. Lisboa: Edições 70, 2011.

MELLO VIANNA, Graziela Valadares Gomes. *Imagens sonoras no ar: a sugestão de sentido na publicidade radiofônica*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2009.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão.

In: MOUILLAUD, Maurice e PORTO, S. D (orgs.). **O Jornal, da forma ao sentido**. Brasília:Ed. UnB, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto**. Revista Esboços, nº 11, 2004. pág. 25-30. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334/9893>. Acesso em 15/12/2013.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos, Lisboa, n.6, p. 59-76, 2005.

RABAÇA, Carlos Alberto. BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002. 795 p.

ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SANTOS, Humberto Ribeiro. **Já tive esse déjà-vu: capas de jornais e homes de sites na paisagem textual**. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo. Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2002.

SARAMAGO, José. O Ouvido. In: COSTA, Maria Velho; SARAMAGO, José; ABELAIRA, José; BRAGANÇA, Nuno; HARTHERLY, Ana; NÓBREGA, Isabel. **Poética dos Cinco Sentidos**. Lisboa: Bertrand, 1979.

SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 123p.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história passada e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SCHAEFFER, Pierre. **Traité des objets musicaux**. Genèse des simulacres. Paris: Seuil, 1966.

De quem é o texto?

Carlos Falci

1. Dos limites e atravessamentos da questão

A pergunta que dá título a esse texto apresenta ao menos duas vias de investigação que me interessam, entre as várias possibilidades que ela sugere. Numa primeira, o “quem” se relaciona tanto com uma noção de autoridade quanto com a noção de autorização. Esse percurso nos coloca no momento de confecção do texto, ou melhor, nos instantes em que o texto coloca em trabalho os agentes que o circundam (sejam eles humanos ou não-humanos). Aqui dialogo tanto com Barthes (2004) quanto com Latour (2001), quando tratam do texto e das questões de mediação. Tais instantes são peculiares porque capazes de indicar uma narrativa ainda em estado de pré-figuração, antes de se tornar um conjunto lógico-temporal articulado como narrativa (Ricoeur, 1994). Não pretendo ainda buscar uma distinção baseada nas materialidades dos textos, embora elas estejam presentes e venham a ser abordadas ao longo dessa discussão.

Uma segunda abordagem sobre o “quem” nos posicionaria no momento de contato com o texto configurado, relativo às experiências de manipulação desse agente. O texto se apresentaria, seguindo essa visada, como um fluxo, uma plasticidade instável, apanhado a cada vez por uma perspectiva dife-

rente, que pode derivar de uma pessoa que o manipula, ou de um ser técnico que o faz aparecer, ou ainda organizado por um conjunto de mediações combinando vários elementos com interesses distintos.

A combinação dessas duas abordagens nos direcionará para discutir os traços e rastros digitais presentes em textualidades criadas com ambientes programáveis. Conectado a tal questão, temos outro termo importante da pergunta do título, o substantivo “texto”. É fundamental deixar claro que as vias delineadas (o “quem” e o “texto”) não são, necessariamente, caminhos com origens absolutamente bem definidas e distintas, seja no terreno lógico ou da configuração espacial dos textos. Como termos de uma pergunta, eles não se apresentam de maneira isolada entre si; proponho que sejam pensados em uma relação de tensão, de fricção. Feita a ressalva, é possível retomar o fio narrativo que começou a propor.

A segunda linha de investigação tem como princípio o fato de que os elementos que manipulamos, aqueles sobre os quais se deseja produzir uma autoridade, ou compreender como foram autorizados a aparecer, são textualidades, modos de comportamento de um texto. Os textos permanecem como algo que acessamos indiretamente, como o motor dos nossos movimentos com as textualidades, dentro das textualidades e a partir dessas textualidades. Para falar com Barthes (2004), o texto é uma produtividade, é o que coloca em trabalho os elementos que convoca para poder aparecer. As textualidades seriam as formas instáveis próprias de um texto, de todo e qualquer texto. Como formas, elas comportariam tanto um aspecto material quanto um aspecto imaterial. Não obstante a divisão indicada parece-me que o mais importante a ser destacado é uma “plasticidade” presente em toda textualidade, responsável por manter em contato os aspectos materiais e imateriais de um texto, ou os seus componentes lógico-temporais. Ou ainda, as combinações entre humanos e não-humanos convocadas na manifestação de um texto.

Feita essa introdução, o propósito desse texto ganha contornos mais nítidos, e esboço aqui a pretensão do capítulo. Desejo traçar cruzamentos entre os tópicos a seguir, de modo a elencar respostas possíveis à pergunta que nomeia minha análise. Os tópicos são: os processos e procedimentos de autorização, e as visadas sobre texto e textualidade com

ambientes programáveis. Em relação a estes últimos elementos, o foco do presente artigo se volta para o comportamento de metadados e algoritmos, como agentes que se situam a meio caminho entre um texto pré-figurado e um texto configurado. Os dois agentes indicados permeiam, a meu ver, textualidades com as quais nos conectamos quando agimos com ambientes programáveis.

Proponho, assim, compreendermos minha pergunta como uma maneira de fazer vibrar o texto que a sustenta, como uma forma de evocar a textualidade que ora se apresenta para leitura. Nesse sentido, não busco uma origem capaz de explicar o que o artigo pretende evocar. Antes, ela, a indagação, é resultado de um movimento que tento empreender em direção aos encaixes e desencaixes que os elementos “quem” e “texto” fazem existir.

Um texto pode ter autoridade em função das autorizações que o fazem circular, e também existir. Essas autorizações têm relação direta com o modo de ser das textualidades. Quando tratamos de textualidades midiáticas entram em cena combinações específicas relacionadas aos tipos de mídia aí presentes. Quero trabalhar investigando o que faz as textualidades surgirem e se manterem ativas como formas de perceber um texto. Quando penso os ambientes programáveis como o *locus* de análise é porque percebo a possibilidade de associá-los aos dispositivos, segundo o modo como Foucault (1998) e Deleuze (1990) tratam esse termo. Ou como agenciamentos que produzem autorizações sucessivas em relação ao texto. Destacam-se, em vista disso, as noções de agenciamento e dispositivo, sendo que as textualidades surgem como dispositivos de autorização dentro do texto e em relação ao próprio texto. É possível já notar que o conceito de textualidades, da forma como o utilizo, está entre um modo de aparição do texto, mas também como um dispositivo que provoca e movimenta o próprio texto. Procurarei, agora, situar com mais detalhes essas duas percepções.

2. Textualidades, enunciados e agenciamentos

As textualidades serão associadas, nesse artigo, ao que Foucault (2008) investiga quando trata dos enunciados e da função enunciativa. A delimitação abaixo nos ajuda a enveredar em direção à relação que proponho.

“O enunciado não é, pois uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita).” (FOUCAULT, 2008, p. 98)

Ressalto o caráter de função de existência que Foucault associa ao enunciado, com a finalidade de propor que as textualidades carregam essa mesma característica, sendo criadas nos agenciamentos das quais participam. Ao sugerir que se investigue o tipo de ato realizado pela formulação dos enunciados, enxergo nesse movimento a relação entre texto e textualidades. As textualidades realizam o texto, o que lhe dá uma característica de ser em movimento, de poder ser compreendido como um estrato que aparece momentaneamente num agenciamento. Foucault (2008) diz, ainda, do enunciado, que ele está ligado a um referencial e é constituído de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que nele podemos encontrar, nomeados, designados ou descritos. Distingo nas leis de possibilidade o que convoco como procedimentos de autorização, uma vez que essas leis delimitariam a potência do próprio enunciado de se tornar uma textualidade autorizada em meio a várias outras. A descrição do nível enunciativo, que associo com os procedimentos de autorização que fazem surgir textualidades autorizadas, só poderia ser realizada “pela análise das relações entre o enunciado e os espaços de diferenciação, em que ele mesmo faz aparecer as diferenças.” (FOUCAULT, 2008, p. 103) As textualidades se assemelhariam aos espaços de diferenciação, pois seriam mais diversas que os enunciados autorizados. Estes, por sua vez, guardariam semelhança com os estratos dos agenciamentos e com os textos. O fato é que, se os textos são uma produtividade, também não se mantêm estáveis, e o seu surgimento momentâneo pode reposicionar e deslocar as relações entre distintas textualidades, o que é próprio de um agenciamento.

Deleuze & Guattari (1995), em vários momentos da obra “Mil Platôs”, discutem o termo agenciamento, sem necessariamente nos darem uma formulação acabada ou fechada para o conceito. Para caracterizá-lo, emprego

as várias características presentes num agenciamento, segundo os autores mencionados. Assim, podemos dizer que num agenciamento encontramos “linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas também linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação.” (DELEUZE & GUATTARI (a), 1995, p.11) O termo é vinculado ao movimento de conexão com outros agenciamentos e à ideia de algo que pode ser atribuível a um sujeito ou a um corpo sem órgãos. Importa aqui também compreender a capacidade do agenciamento de funcionar como um devir em que os estratos mencionados acima produzem uma composição, enquanto são simultaneamente atravessados pelo corpo sem órgãos, que desfazem os estratos e os mantém em estado de fluxo. Ao relacionar o agenciamento com a noção de corpo sem órgãos, Deleuze & Guattari afirmam que este último termina por funcionar nomeando os agenciamentos, “aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade.” (DELEUZE & GUATTARI (a), 1995, p. 12). Surge então o rastro como a marca de uma intensidade, de uma autorização a um conjunto de elementos dentro do agenciamento, e retomarei a noção de rastro mais à frente nesse artigo, pois entendo que descrever o comportamento dos algoritmos, e dos rastros de suas ações, podem nos ajudar a perceber com mais detalhes os procedimentos de autorização na criação de enunciados com ambientes programáveis. Essa primeira delimitação de agenciamento comporta a noção de agenciamento maquínico, e cabe aqui abordar brevemente uma segunda delimitação, que diz respeito ao agenciamento coletivo de enunciação, em função do que ele faz operar no seio do conceito. O agenciamento coletivo de enunciação seria caracterizado por atos de linguagem que produzem transformações incorpóreas acontecendo em uma determinada sociedade e que podem ser atribuídos aos corpos dessa sociedade (DELEUZE & GUATTARI, (b), 1995). Tais transformações acontecem quando palavras de ordem delimitam de maneira instantânea e imediata o estado de um corpo, independentemente da duração desse estado. Arriscaria a afirmar que os procedimentos de autorização seriam como que transformações incorpóreas que as textualidades produzem em um texto, operando ao mesmo tempo no dentro e fora desse texto. As ações que as permitiriam esse tipo de operação são aquelas que vinculou à noção de enunciado, voltando a Foucault e aos seus procedimentos

arqueológicos e genealógicos, especialmente no momento de transição entre esses procedimentos, na sua obra. Para reforçar a ligação proposta, destaco ainda a visada de Zourabichvili, quando afirma que “se está em presença de um agenciamento todas as vezes em que pudermos identificar e descrever o acoplamento de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente.” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 9). Saliento aqui o “estar em presença” da frase, porque ele se conecta com a simultaneidade do enunciado característico da transformação incorpórea, do efeito que ela produz e também com o que esboço adiante, quando menciono a maneira como as formações discursivas aparecem enquanto um discurso é pronunciado. Um agenciamento não é algo que se acopla a uma materialidade de uma vez por todas, o que nos sugeriria então fazer uma análise dessa materialidade como uma forma de desvelar o agenciamento. Antes, o agenciamento produz uma transformação nos elementos que convoca para funcionar, e é atravessado pelas materialidades que convoca. Dessa maneira, não se pode isolar um agenciamento do seu modo de existência num determinado instante, pois ele está em contato com tal intensidade enquanto pode existir e se fazer perceber.

As funções enunciativas são o que despontam no momento de aparição de um discurso enquanto tal, na ocasião em que ele se institucionaliza enquanto praticado. A institucionalização a que faço referência seria “uma realidade material de coisa pronunciada ou escrita” (FOUCAULT, 1999, p.8). A organização de um conjunto de enunciados, seja numa forma escrita, num conjunto de mídias ou num grupo de instituições e procedimentos regulatórios se apresentaria tanto como um discurso quanto como aquilo que autoriza a aparição desse discurso. É necessário então pensar a materialização de um discurso como um dispositivo, com seus elementos e articulações temporárias. As textualidades teriam também essa característica de dispositivo que apresenta o seu próprio funcionamento, ainda que de maneira implícita. A autorização para tais textualidades viria de sua própria capacidade de se tornarem materializadas, de se apresentarem como um conjunto coerente de enunciados. Essa coerência, no entanto, não garantiria de antemão uma validade para fora do seu discurso; outrossim, é a organização que a textualidade apresenta que se faz enquanto validação do que ela deseja dizer. Destaco na

frase acima o termo organização, porque vejo que em ambientes programáveis ele se encontra ligado intimamente à noção de conectividade, e ao modo como algoritmos e metadados produzem tais conexões.

O procedimento genealógico proposto por Foucault sugere descrever o conjunto de regras que regem os discursos, que os atravessam quando estes se encontram organizados numa materialidade específica, o que não significa ver tal materialidade como algo estático, a encerrar o discurso em si mesma. Antes, as regras se constituem no ato de organização dos discursos. Ao transportar esse raciocínio para o modo de ser dos metadados e dos algoritmos, é possível ver sua capacidade de funcionarem como regras que autorizam o comportamento de dados como uma função do dispositivo em que estão inseridos, e que também auxiliam a fazer funcionar. Dessa maneira, as textualidades, consideradas como dispositivos, produzem seus mecanismos de autorização, de acordo com a distribuição de autoridade entre os elementos que as compõem. Chamo aqui as distribuições de autoridade de regras, e enfatizo o caráter fluido e temporário de tais autorizações. Dizendo de outra forma, as regras atuam como agenciamentos que permitem perceber o texto através das textualidades em que este se materializa. O texto é, nessa lógica, um fenômeno a ser experimentado. A autorização para sua existência efêmera é um modo de comportamento da textualidade enquanto dispositivo que organiza agenciamentos.

A partir dessa proposição entendo ser necessário situar o modo como o conceito de dispositivo é articulado nesse texto. Tomo como referência as leituras que Agamben (2009) e Deleuze fazem do termo em Foucault. Uma análise pormenorizada do conceito de dispositivo pode ser encontrada nesse livro, no artigo “Mídia e dispositivo: uma aproximação”, que faz um percurso bastante criterioso das diversas acepções utilizadas por autores distintos sobre a ideia de dispositivo.

3. O dispositivo em Agamben e Deleuze

Podemos encontrar numa entrevista concedida por Foucault, em 1977, uma delimitação bastante ampla do conceito de dispositivo, segundo a qual este é

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1998, p. 244).

Agamben inicia sua discussão sobre o dispositivo evocando a entrevista de Foucault, para então buscar elementos a partir dos quais podemos pensar o modo como o termo dispositivo é compreendido nesse artigo, quais sejam: a noção de que o dispositivo é em si mesmo a rede que se estabelece entre vários elementos heterogêneos; e o fato de o dispositivo resultar do cruzamento de relações de poder e de saber. Os procedimentos de autorização que determinadas textualidades fazem funcionar seriam como que um traço das redes construídas por tais textualidades. Isso porque os ambientes programáveis articulam elementos heterogêneos como algoritmos, discursos, *hardware*, estruturas de programação, redes de comunicação, entre outros. E porque fazem aparecer e são resultado de relações de poder e de saber que estão presentes em cada um dos elementos acima.

Avançando na análise do conceito de dispositivo em Foucault, Agamben chega a uma proposição que me parece bastante pertinente para olharmos as textualidades com ambientes programáveis. Criando uma divisão entre “de um lado, os seres vivos (ou, as substâncias), e, de outro, os dispositivos em que estes são incessantemente capturados”. (AGAMBEN, 2009, p. 40) O autor posiciona os sujeitos como o resultado a relação entre os seres vivos e os dispositivos e assim, abre espaço para apresentar os processos de subjetivação como o resultado desse contato. O filósofo italiano aponta que esse era o momento, nas sociedades disciplinares, em que o dispositivo se apresentava como uma maneira de governar os sujeitos por ele capturados. Em sua visão, o dispositivo “nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito.” (AGAMBEN, 2009, 38) Esse é o ponto que sustenta a relação ora proposta entre textualidades com ambientes programáveis e a noção

de dispositivo. Se os sujeitos são produzidos pelo próprio modo de ser do dispositivo, pergunto se é pertinente ainda buscar o “quem” teria posse de um texto? Se, desde o início, faço a questão, é porque vejo deslocamentos possíveis nas respostas hipotéticas que a pergunta enseja. Quero, a partir de agora, voltar a direção desse capítulo para os rastros e traços provocados pelas autorizações de fala que permeiam, atualmente, várias textualidades produzidas com ambientes programáveis. A hipótese que orienta essa guinada traz no seu bojo uma vontade de buscar a presença do “quem” nos rastros digitais deixados por conexões diversas, os quais seriam responsáveis por um duplo agenciamento em relação aos procedimentos de autorização: de um lado, há rastros digitais propositalmente tomados como materialidades a serem utilizadas de acordo com conjuntos específicos de regras (os algoritmos); de outro, estariam esses mesmos rastros alimentando uma existência continuada de algumas textualidades, cuja “autoridade” seria marcada pelos traços materiais que nelas podemos encontrar (o uso de metadados, por exemplo). Se mais uma vez indico a agência, ou os agenciamentos que algoritmos e metadados são capazes de ocasionar em meio às textualidades programáveis, é preciso trazer à tona o modo como eles se articulam nessa discussão.

4. Metadados e algoritmos

A abordagem sobre os metadados procura delimitar o comportamento desses elementos dentro de, e com ambientes programáveis. Os algoritmos serão discutidos a partir de uma abordagem que os situa como um grupo de enunciados de cujos traços temos evidência quando são postos a articular elementos muito variados como interfaces, *hardware*, *software* e, obviamente, os metadados.

Metadados podem ser considerados tanto uma descrição sobre um conjunto de dados quanto o seu modo de funcionamento num determinado contexto, se analisarmos a forma como foram criados. (Manovich, 2002; Matthews, Aston, 2012). Num sentido mais geral, os metadados são o que permitem que o computador recupere informações, porque propiciam ao computador manipular os dados, além de realizar diversas outras tarefas, como mover os dados, comprimi-los etc (Manovich, 2002). O computador

cria uma relação de reconhecimento, mas também de apropriação dos dados, através dos metadados. A apropriação é como a institucionalização que o estabelecimento de um arquivo gera em relação a documentos específicos. No entanto, os metadados não são arquivos em si; podem, no máximo, serem conectados com rastros de uma ação. No momento em que esses metadados tornam-se também manipuláveis por grupos de humanos e não-humanos que interagem com uma determinada interface, a operação de apropriação se torna mais complexa, em função do número de agentes envolvidos. Dependendo da forma como o metadado é organizado e colocado para funcionar numa determinada interface, ele talvez seja capaz de gerar uma passagem entre a noção de rastro e arquivo, criando um procedimento de autorização de um discurso, por exemplo. Quando há uma apropriação de um conjunto de metadados numa organização eventual (a partir da ação de grupos de algoritmos, por exemplo, para produzir uma visualização de informações numa interface), inicia-se a criação de uma marca temporal, semelhante a um rastro, a um vestígio de uma ação no tempo. Há uma peculiaridade nessa relação de similitude, no entanto. Há metadados que são construídos e disponibilizados para garantir uma maior estabilidade temporal da ação à qual se referem, enquanto outros talvez sejam mais fluidos. Sugere-se pensar que quanto maior é a capacidade do metadado de fornecer uma visão unívoca sobre uma textualidade, mais o metadado se aproxima do caráter institucional próprio dos arquivos, o que aumentaria sua potência de autorização de tal textualidade. Inversamente, quanto menor essa capacidade, mais o metadado se configura como um rastro, como um vestígio, e nesse sentido, sua potência de autorização aparece ainda com algo instável e ambíguo. Não se trata de criar uma oposição excludente entre arquivos e rastros, e sim de reforçar a continuidade entre um e outro tipo procedimento de autorização. Em ambientes programáveis, potencializa-se a passagem entre rastros e arquivos, o que mostra como os procedimentos de autorização em tais ambientes é algo contingente, provável e aberto ao equívoco. Esse é o ponto central da hipótese que ora desenvolvo. Os metadados são descritores de dados, num sentido muito preciso do termo; o que acontece num ambiente programável é que esses elementos podem ou não ser reconhecidos como tais pelo tipo de algoritmo que é designado para buscar dados e realizar operações de autorização

de procedimentos com a máquina. A busca de dados reconhecíveis é como um primeiro procedimento de ordenação, como se estivéssemos diante do momento da produção de um discurso, como Foucault (1999) indica quando trata do tema. Os metadados estão sujeitos e auxiliam nessa produção em que há seleção, controle, organização de grupos de procedimentos cuja função parece ser, no caso dos algoritmos, apenas indicar a melhor solução para um problema. O fato é que os algoritmos não são imparciais, nem completamente objetivos, pois são atravessados não só por questões de ordem social, jurídica, econômica quando da sua elaboração, mas também por questões técnicas que se relacionam justamente com o tipo de metadados que devem reconhecer quando lidam com informações variadas. Isso nos leva a outro ponto importante: os metadados, por outro lado, não só auxiliam no controle, mas atravessam e trespassam tais mecanismos, provocando fissuras, fricções e explicitando o modo como os procedimentos de autorização são, simultaneamente, mecanismos de exclusão das textualidades criadas com ambientes programáveis. Essa afirmação nos leva a tentar caracterizar o modo como funcionam os algoritmos e qual é o seu papel político nos procedimentos de autorização com ambientes programáveis. Como algoritmos não são elementos cujo funcionamento é aberto de maneira simples e abrangente, o movimento que empreendo demanda rastrear os traços que os algoritmos deixam quando estão em agenciamento com dados e metadados.

Numa definição ao mesmo tempo ampla, mas que se diz precisa tecnicamente, um algoritmo é um conjunto de instruções para a realização de uma ou mais ações. A amplitude não nos parece incompatível com a precisão, uma vez que é a partir dessa lógica que se podem estruturar algoritmos com funções específicas. Mesmo considerando um grau de detalhamento que pode ser muito elevado, um algoritmo permanece sendo o conjunto de instruções que rege a execução de uma ação. Entretanto, esse é também o perigo de tal caracterização. O uso do verbo reger, propositalmente, me permite fazer alusão ao conjunto de regras que regem um discurso. Não intento provocar uma associação direta com a enunciação de Foucault sobre as formações discursivas, uma vez que a discussão empreendida por este autor não nos permitiria encontrar tal conjunto de regras encerrado numa materialidade fixa e rígida. E, no entanto, os algoritmos, embora possam ser decodificados

e trabalhados a partir dessa materialidade que se tornaria, assim, aparente, não podem ser separados, no seu sentido de agência, daquilo que põem a funcionar. Dito de outra forma, os algoritmos não são pura e simplesmente uma materialidade inerte, apenas à espera de um qualquer conjunto de dados que os permita exercer um certo agenciamento.

Rob Kitchin, num breve histórico das definições aplicáveis ao termo algoritmo, complexifica a discussão, acrescentando às ações dos algoritmos algumas questões a serem consideradas:

“a lógica discursiva por trás das traduções de problemas em linguagem computacional; os atravessamentos sociais, políticos, econômicos por trás da codificação discursiva em algoritmos; e o modo como algoritmos realizam suas tarefas, os quais levantam preocupações políticas, econômicas e éticas.” (KITCHIN, 2014, p. 7, trad. nossa).

Lidar com algoritmos, nessa lógica, requer sempre trabalhar e compreender as questões de tradução aí envolvidas. Tal fato pode ser associado ao conjunto de regras que irão autorizar a visibilidade de um determinado documento, por exemplo. As questões de tradução acabam por se relacionar com os procedimentos de autorização, com as noções de agenciamento e de mediação entre e com os códigos. E são também temas que se dirigem e interferem nas narrativas a serem criadas, o que pode nos conduzir a uma possível relação entre algoritmos e textualidades visíveis ou invisíveis. Kitchin, em sua análise, enfatiza ainda o fato de que a lógica computacional, em cuja base encontramos os algoritmos em funcionamento, prioriza formas de perceber e agir no mundo. Destaco aqui o cuidado para que não se veja nessa afirmação uma postura de determinismo tecnológico. Se compreendo os algoritmos como presentes num agenciamento, como capazes de criar agenciamentos, mas também sujeitos aos mesmos, consequentemente a lógica computacional não deve ser entendida como uma máquina isolada de todo um corpo social, técnico e político com o qual ela, o tempo todo, faz fricção.

Christopher Anderson (2011) traz um bom exemplo sobre tais fricções, quando analisa as relações entre jornalismo, “jornalismo algorítmico” e uma “audiência algorítmica”. Segundo esse autor, o jornalismo feito com uso de algoritmos seria capaz de modificar o que entendemos como notícias, como a audiência deve ser compreendida e, consequentemente, poderia formatar

o tipo de notícias com as quais um determinado público deveria se engajar. Ainda que pareça uma forma exagerada de ver a ação política dos algoritmos, não se trata de um universo distante ou puramente inverossímil, se pensarmos em *bots* que caçam ou produzem notícias. No texto de Anderson o que verificamos é uma tentativa importante de mapear as controvérsias abertas pelo uso de algoritmos na prática jornalística. Outra vez, somos remetidos aos processos de autorização presentes nas textualidades criadas com ambientes programáveis.

Tarleton Gillespie (2014) enxerga nos algoritmos uma valência política, capaz de conferir relevância pública a tais elementos. De acordo com os princípios enumerados por esse autor, seis ao todo, a relevância pública dos algoritmos se relaciona com sua capacidade de produzir e certificar o conhecimento. Ora, um dos sinônimos para a noção de certificação é justamente o termo autorização. Vejo aqui uma clara conexão entre os procedimentos de autorização e o agenciamento com e através dos algoritmos. Os agenciamentos com algoritmos estariam conectados pela possibilidade de, ao se colocar os algoritmos em funcionamento, eles gerarem transformações incorpóreas, como autorizações. O importante é que como estamos falando de algoritmos, ainda haveria aqui a abertura para um atravessamento, que pode ser causado por um uso não esperado de metadados. Afinal, se os algoritmos interpretam dados através de metadados a eles relacionados, uma alteração nesses últimos elementos terá interferência direta no tipo de autorização que o algoritmo é capaz de gerar. Surge a possibilidade de um deslocamento dessa autorização.

Voltando ao que nos diz Gillespie, mais particularmente, os algoritmos seriam capazes de delimitar o que pode ou não ser incluído num discurso; podem influenciar a escolha de elementos para integrar um conjunto discursivo; auxiliam a determinar o que é ou não relevante para, por exemplo, circular em vários ambientes em rede; prometem uma imparcialidade e objetividade em função do seu caráter técnico e supostamente não subjetivo. Como o próprio pesquisador admite, tal lista só pode ser considerada em caráter provisório, pois os algoritmos tem a capacidade de se atualizarem ou serem atualizados, de acordo com os variados modos de aplicação dessas regras.

Como os algoritmos são partes integrantes de conjuntos sócio-técnicos complexos, e se conectam de formas variadas e em várias instâncias de atuação dentro desses conjuntos, cabe retomar o termo “quem” do título, para reforçar a hipótese de procedimentos de autorização quando tratamos de textualidades midiáticas com ambientes programáveis. Se dentro desses ambientes encontramos regras discursivas associadas aos algoritmos, nos parece mais produtivo e provocativo um caminho de pesquisa que evidencia os modos como algoritmos agenciam conexões entre dados e metadados; como reconhecem e selecionam determinados elementos que irão tornar visíveis; como, enfim, agem como dispositivos, funcionando dentro de dispositivos mais complexos, capazes de produzir sistemas de autorização de textualidades. Ao tomar esse rumo, sugerimos que o “quem” não seja entendido como uma figura estanque, ou mesmo associado a somente um elemento dentro de uma textualidade específica. A investigação das conexões promovidas por algoritmos em conjuntos com dados e metadados surge como uma possível alternativa para compreender os movimentos de autorização com ambientes programáveis.

Uma vez que os processos de autorização se relacionam com conexões instáveis e dinâmicas, talvez seja infrutífero e ilusório buscar supostas fontes isoladas de autoridade. O movimento que sugiro aqui, considerando as redes complexas de algoritmos, bem como o fato de seus códigos serem de acesso bastante restrito, e terem um modo de funcionamento entrelaçado e encaixado, é aquele de procurar os rastros digitais que os algoritmos deixam quando manipulamos os dados e metadados, os quais estão na base do trabalho de tradução dos algoritmos. Não se trata de tentar subverter as ações dos algoritmos, de revoltar-se contra suas formas de autorização, mas sim de jogar com essas formas para que nesse movimento surjam rastros significativos do modo de funcionamento ou das regras discursivas. Trata-se não de achar uma origem dessas regras, mas de descrever os variados rastros quando os processos de autorização se deparam com configurações exclusivas de dados e metadados.

5. Sobre rastros, arquivos e rastros digitais

Para abordar a questão dos rastros e arquivos exploro o modo como Paul Ricoeur (1997) e Carlo Ginzburg (1989) discutem traços, sinais e rastros e sua função dentro do que busco caracterizar como procedimentos de autorização. Discuto, ainda, a visão que Jeanne Marie Gagnebin (2012) elabora sobre o papel dos rastros a partir de sua leitura de Walter Benjamin. Termino essa seção com a abordagem de Fernanda Bruno sobre rastros digitais, destacando a característica de fluidez e instabilidade que a autora atribui a esses elementos, e como isso pode nos auxiliar nas respostas possíveis à pergunta que dá nome ao capítulo.

Os rastros seriam tanto as marcas de que algo se passou, ou de que algo passou por um lugar, bem como a ação que produziu aquela marca, aquele vestígio. A passagem que produz a marca confere ao rastro uma dinâmica, a possibilidade de resgatar a narrativa que criou tal marca da passagem; e ao mesmo tempo, essa marca tem uma permanência no aqui e no agora, fundamentalmente ligada ao documento que contém o rastro. (Ricoeur, 1997) O rastro então é, ao mesmo tempo, móvel e estático, porque fala de um ato que aconteceu, e se faz visível naquele momento em que é reconhecido enquanto tal, numa inscrição mais duradoura. Nesse sentido, é construído na própria busca de um lugar passado, e não somente como a confirmação de que esse lugar passado existiu. Por essa razão, entendo que o rastro não pode ser dissociado da operação que produz textualidades capazes de autorizar um determinado texto, e de terem autoridade sobre o mesmo. Os rastros seriam como que uma primeira etapa da autorização que a textualidade irá produzir, que pode derivar naquilo que Ricoeur chama de arquivo. Este teria três características principais: ele se relaciona com um corpo organizado de documentos; com uma instituição, com uma atividade institucional; e, ainda, o arquivo é o que conserva ou preserva os documentos sobre um fato passado, o que faz com que tais documentos sejam investidos de certa “autoridade” sobre o acontecimento ao qual fazem alusão. O arquivo pode ser constituído de um documento, confundindo-se com ele e sua narrativa, ou pode ser uma tessitura entre documentos de uma determinada espécie, por exemplo. A visão de Ricoeur sobre os arquivos deve ser relacionada ao

papel que os documentos e os rastros têm em relação a um fato acontecido no passado, para que se possa compreender proximidades e distâncias entre arquivos e rastros, através do modo como os documentos são organizados. Podemos talvez falar de três intensidades diferentes operando em cada um desses instantes de autorização: o rastro é ainda uma pré-figuração do acontecimento, conquanto tenha sugestões da narrativa que é capaz de produzir; o documento apresenta-se como a escolha de alguns rastros, e sua consequente autorização enquanto rastros; e o arquivo é já a institucionalização daquilo que já estava contido no rastro, mas apenas como ranhura. Se tomarmos o arquivo como um enunciado, é possível relacionar a sua “criação” a uma escolha arbitrária, uma vez que os acontecimentos passados são selecionados a partir de uma motivação, de uma pergunta ou questão que se deseja investigar, feita a documentos coletados e que se relacionam com um acontecimento anterior. Estas perguntas seriam, no caso de ambientes programáveis, os conjuntos de algoritmos operando com o intuito de solucionar uma questão, de realizar uma ação específica. Os arquivos, ao serem investidos de tal condição, permitem que se criem, a partir da delimitação temporal que eles mesmos produzem, novas associações entre acontecimentos que tiveram lugar num tempo passado. Descubrem-se assim, tessituras ainda não reveladas, que provocam as textualidades surgidas nesse processo a se revolverem sobre si mesmas. Ao mesmo tempo, os arquivos podem ser invenção, uma vez que aquilo que se chama arquivo pode ser criado pela própria narrativa, na escolha de elementos antes não considerados como pertencentes aos acontecimentos passados. Em ambos os casos, olha-se para fatos passados e para os documentos que lhes servem de comprovação a partir de uma questão que irá torna-los (os documentos) uma evidência do acontecimento que se deseja lembrar. (Ricoeur, 1997) Os metadados, em ambientes programáveis, ganhariam a característica de rastros, conquanto se portassem como uma marcação, no aqui e no agora, de que algo se passou. E ao serem trabalhados de maneira a poderem indicar vários atos passados, a partir de pontos de vista distintos, tornar-se-iam maneiras de orientar a caça, a busca, típica dos rastros (Ricoeur, 1997). Tal caça não se bastaria mais apenas com um resgate de algo que se passou, mas teria o poder de inventar e autorizar cenas, narrativas, imagens, situações. (Ginzburg, 1989) .

O caráter paradoxal dos rastros, que me remete à ideia de equivocidade, é indicado por Jeanne Marie Gagnebin (2012) ao tratar do tema em sua leitura de Walter Benjamin. Segundo a autora, o rastro é marcado por uma fragilidade, pois está sempre sob a ameaça de ser apagado, “ou de não ser reconhecido como signo de algo que assinala”. (GAGNEBIN, 2012, p. 27). Nesse ponto me interessa a abertura do rastro como algo aleatório, não intencional, e que pode vir a indicar não o que se passou, posto que deve ser reconstruído para significar algo. No processo de compreender o que um rastro pode revelar, ele pode remeter a algo que esteja em excesso em relação à vontade consciente dos que o produziram.

“enquanto signo, no sentido clássico do termo, em particular o linguístico, que tenta transmitir uma ‘mensagem, como se diz relacionada às intenções, às convicções, aos desejos do seu aturo, o rastro pode se voltar contra aquele que o deixou e até ameaçar sua segurança.” (GAGNEBIN, 2012, p. 32)

Acontece aqui um duplo deslocamento criado pelo rastro: como presença de uma ausência, ele nos permitiria, ao olharmos para os detalhes que indicam os traços de uma ação, entrar em contato com os processos de autorização dos quais sobraram tais rastros. Ao mesmo tempo, como são ausência de uma presença, podem apontar para a ambiguidade e a fissura dos processos de autorização, o que acontece no mesmo instante em que buscamos ver o que os rastros indicam. Caberia a cada um (humanos e não-humanos), envolvido dentro de um agenciamento que investiga os rastros, construir as relações de autorização que eles poderiam vir a indicar. O caráter instável e aberto dos rastros se faz presente na reflexão de Fernanda Bruno (2012) sobre os rastros digitais. A autora defende que toda e qualquer ação nas redes provoca rastros potencialmente recuperáveis, e tais rastros são em número e variedade bastante significativos. Numa tentativa de delimitar o que seriam os rastros digitais, a pesquisadora indica o que denomina de postulados sobre os rastros digitais. Sem elencar tal lista, quero, no entanto, tomar os caracteres gerais conferidos aos rastros pela discussão que Bruno realiza, e que nos parecem, os caracteres, bastante apropriados para dialogarmos com a nossa pergunta. Os rastros são aqui também prenhes de ambiguidade,

pois são quase-objetos (Serres, 1991), e estão entre as ideias de presença e ausência; duração e transitoriedade; identidade e anonimato, entre outras, não podendo ser capturados em nenhuma das duas pontas de qualquer um dos pares. Não são, igualmente, um ponto de equilíbrio entre opostos. Pelo contrário, estão numa situação de quase existência, o que lhes dá um caráter polissêmico, fragmentário e ambíguo. Afinal, ainda seguindo a discussão de Fernanda Bruno, os rastros são, em todos os casos, mais ou menos: recuperáveis, voluntários ou conscientes, atrelados à identidade de quem os produz, duráveis ou persistentes. São elementos cuja potência de descrição de uma ação não esgota o que a ação pode significar e, por isso, nos parecem muito apropriados para traçarmos os modos como algoritmos e metadados se relacionam com as textualidades e com processos de autorização.

6. Em busca de rastros que indiquem um caminho

Os rastros nos ajudam a desestabilizar respostas rígidas à pergunta que intitula esse texto. Isso se deveria ao fato de, ao seguirmos um rastro, nos depararmos com textualidades institucionalizadas, mas cuja autoridade é instável, pois o que temos aí são os traços dessa autoridade. É o que acontece, por exemplo, quando buscamos compreender a origem de uma textualidade a partir do conjunto de algoritmos que se relaciona com ela num agenciamento. Os algoritmos produzem interferências entre si, trabalhando igualmente com rastros de hardware e software, com traços deixados por agentes em sua ação numa interface. Não há como isolar um algoritmo para compreender o seu papel num determinado agenciamento, uma vez que são as territorializações e desterritorializações que ele produz o que caracteriza sua aparição. Algoritmos existem na ação, em estado de, de acordo com rastros que capturam à sua volta, através de procedimentos de autorização previamente estipulados, mas que podem ser friccionados e fragmentados se os rastros significarem o não esperado pelo algoritmo. Uma forma de criar essas tensões pode ser vista quando se associam metadados de um tipo de conteúdo a dados de outro tipo. Os algoritmos leem os metadados, entendem que devem interpretar os dados a eles associados, e seguem conjuntos de procedimentos baseados, assim, num equívoco. As textualidades que daí

emergem, longe de se mostrarem como autorizações esperadas resultantes da ação do algoritmo, problematizam justamente o seu caráter, bem como o tipo de autorização que emanam.

Algoritmos e metadados podem exercer o papel de atores quando as mediações ocorrem com ambientes programáveis. Latour (2001), ao discutir o mito de Dédalo, sugere que na esfera dos engenheiros e dos artífices nenhuma ação não-mediada seria possível. Essa esfera é justamente aquela que entendo ser própria de ambientes programáveis, posto que aí se evidencia uma não separação entre a ação, o seu suposto sujeito e o seu suposto objeto. Se nenhuma ação não medida é possível, cabe entender as características da mediação, e vou destacá-las aqui brevemente para seguirmos os rastros que delas se desprendem. Vejamos, novamente, Latour, quando fala da mediação técnica. Para tratar do conceito, ele nos diz que uma mediação técnica é capaz de transladar objetivos contidos no conjunto de regras e procedimentos que rege as ações. Ora, é precisamente o que fazem algoritmos e metadados quando entram em contato numa interface. Eles não funcionam somente lendo e permitindo ler dados, mas deslocam os seus significados e, conseqüentemente, tensionam as regras sob as quais devem funcionar. Obviamente, se os dados se adequam aos algoritmos de maneira exata, esse processo é praticamente invisível. O fato é que mesmo nesses casos, é preciso “autorizar” os dados e metadados previamente, para que eles saibam como funcionar. Os processos de aprendizagem para a autorização deixam rastros, que podemos mapear para perceber como as textualidades surgem com ambientes programáveis. Por exemplo, aprender como criar resultados eficazes num sistema de buscas como o Google fornece inúmeros rastros aparentemente não desejados para a autorização final do resultado. Mas são esses traços aqueles que nos permitem verificar a instabilidade das textualidades assim fabricadas. Testarmos as várias possibilidades de buscas dentro do sistema nos levaria a perceber de maneira mais detalhada as tensões envolvidas no processo, e talvez permitisse o “abandono” do “quem” da nossa pergunta. Coloco o termo entre aspas porque entendo que não se trata de simplesmente desconsiderar a importância do primeiro termo da questão, mas de reposicioná-lo enquanto termo, produzir um deslocamento. E de que ordem é esse deslocamento? Proponho, como uma conclusão e um caminho de pesquisa, justamente deli-

mitar o “quem” nas conexões que acontecem dentro dos ambientes programáveis, entre algoritmos e metadados, além de todos os outros elementos aí presentes. Dessa forma, aponto para a importância de estudarmos as conectividades que aparecem nos agenciamentos sociotécnicos, pois elas se configuram como passagens, mas também como estratos temporários que as textualidades habitam. Aí estariam os textos relativos ao “quem” da nossa pergunta. Nesse local, eles, textos, não conseguiriam permanecer por muito tempo, sujeitos que estariam a novas conectividades entre algoritmos, outros metadados e outros dados que podem entrar em contato com os ambientes programáveis em conexão. As conectividades nos parecem merecer essa atenção porque carregam em seu bojo tanto a abertura para os tensionamentos próprios de um agenciamento, quanto a necessidade de colocarem em contato e estabilizarem os elementos desse agenciamento, mesmo que momentaneamente. Dessa maneira, as vejo como procedimentos de autorização das textualidades, mas dinâmicas, em constante movimento, o que nos levaria a ver o quem como multiplicidade, e não como um conjunto de múltiplos separados atuando em conjunto.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ANDERSON, C. W. Deliberative, agonistic, and algorithmic audiences: journalism's vision of its public in an age of audience transparency. In: **International Journal of Communication**, vol. 5, 2001, p. 529-547.
- BARTHES, Roland. **Inéditos - Teoria**, volume 1. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. In: **Revista FAMECOS**, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (a) **Mil Platôs**; capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. vol 1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (b) **Mil Platôs**; capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. vol 2.
- DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: BALBIER, E. et al. **Michel Foucault**, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro:

- Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. 13a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apagar os rastros, recolher os restos. In: SEDLMAYER, Sabrina; GINZBURG, Jaime.(org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- GILLESPIE, Tarleton. The relevance of algorithms. In: GILLESPIE, Tarleton; BOCZKOWSKI, Pablo; FOOT, Kirsten. (eds) **Media technologies**, essays on communication, materiality, and society. Cambridge: MIT Press, 2014.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**; morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- KITCHIN, Rob. **Thinking critically about and researching algorithms**. 2014. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2515786. Acesso em 18 mar 2016.
- LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**; ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MANOVICH, Lev. **Metadata, mon amour**. 2002. Disponível em <http://manovich.net>. Acesso em 27 jun 2013.
- MATTHEWS, Paul; ASTON, Judith. Interactive multimedia ethnography: archiving workflow, interface aesthetics and metadata. In: **ACM Journal on Computing and Cultural Heritage**, vol. 5, n. 4, 2012. p. 1-13.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papirus, 1994.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2004.

Considerando a materialidade dos meios: três formas de ler (e escrever) histórias na perspectiva da comunicação

Bruno Guimarães Martins, Nísio Teixeira

Que são as palavras impressas em um livro? Que significam estes símbolos mortos? Nada, absolutamente. Que é um livro, se não o abrimos? É, simplesmente, um cubo de papel e couro, com folhas. Mas, se o lemos, acontece uma coisa rara: creio que ele muda a cada instante.

Jorge Luis Borges

Este capítulo não pretende esgotar ou historicizar as materialidades da comunicação, mas sensibilizar o pesquisador para considera-las, a partir de três caminhos possíveis, que podem ser lidos como complementares ou não. Iniciamos então com a polêmica travada na história cultural entre determinismo tecnológico e dinâmicas de dependência e diferença; passamos a apontar como aspectos sensíveis e corporais dos meios de comunicação renovam a atividade crítica com a configuração de um campo não-hermenêutico, e finalizamos dialogando filosoficamente com os meios e os fins políticos da história.

1. A imprensa como revolução e a longa história da leitura

Poucos divergem a respeito da função estruturante da escrita em relação à narrativa e à consciência histórica, entretanto, no que diz respeito à seleção de modificações ou acontecimentos decisivos na história da escrita, é difícil encontrar consenso. Todavia, parece ser possível identificar duas grandes linhas: de um lado estariam os que se concentram em transformações técnicas ou sistêmicas – a representação fonética, o alfabeto, o pergaminho, o códex, os tipos móveis, a imprensa – como capazes de modificar de maneira determinante as formas de produção, armazenamento e circulação do conhecimento; de outro, aqueles que buscam se afastar do que críticos chamam “determinismo tecnológico”, professando um conjunto complexo de fatores – econômicos, sociais, políticos etc. – dentre os quais transformações técnicas encontram-se inseridas. Diante dessa estimulante polêmica que incluir os meios de comunicação na história cultural, nos parece importante adotar uma posição ambígua, ou seja, não se trata de aderir a uma das argumentações, mas de afirmar que ambas podem ser úteis ao pesquisador da comunicação, uma vez que poderá traçar relações entre modificações técnicas nos meios de comunicação e transformações culturais. Dentre aqueles acusados como deterministas, abordaremos os esforços de Elizabeth Eisenstein em qualificar os novos agenciamentos proporcionados pelo aparecimento da imprensa na Europa como revolucionários. Por sua vez, os conceitos de dependência e diferença assim como formulados por Roger Chartier se apresentam como contraponto distendendo a perspectiva temporal para uma rede complexa de fatores e transformações observados na em uma “longa história da leitura”. Como uma nota metodológica, é importante destacar que ambas perspectivas realizam distanciamentos temporais expressivos, comparando manuscrito e impresso, o que faz os argumentos mais bem delineados para apontar como as formas de comunicação compõem e interferem dinâmicas sociais e culturais.

Ao descrever os efeitos e consequências da mudança do manuscrito para o impresso na Europa ocidental de meados do século XV a meados do século XVI, Elisabeth Eisenstein (1979) investigou de que formas a imprensa alterou

a comunicação escrita dentro de uma comunidade letrada, ou seja, transformações do manuscrito à imprensa. A autora apresenta a imprensa como um “*agent of change*” capaz de impulsionar revoluções científicas, religiosas, políticas e econômicas²⁷. Desconfiamos dos limites impostos pelo recorte metodológico adotado pela autora, que privilegia o desenvolvimento de suas hipóteses restringindo-se à comunicação dentro de uma “*Commonwealth of Learning*”, pois parece pressupor que as transformações em uma comunidade letrada afetam, de “cima” para “baixo”, todas aquelas que se situam *fora* dela²⁸. É preciso pontuar que a autora define “revolução” como algo que não se reduz em fórmulas simplificadoras, implicando paradoxalmente continuidades e rupturas.

Se o esforço de sistematização no primeiro século da imprensa europeia não impediria que se repetissem erros e se cometessem equívocos em edições mal feitas ou apressadas, a percepção de erros por um número cada vez maior de leitores faria com que os editores aperfeiçoassem suas publicações, acumulando e expandindo referências e marcando uma diferença em relação aos leitores de manuscritos²⁹. O aperfeiçoamento e a correção de textos em sucessivas edições surgiu como uma “vantagem” característica da imprensa, eliminando a “corrupção” que marcava os manuscritos. Daí o futuro parecer mais “esclarecedor” que o passado, é claro, um futuro impresso. Ao lado da disseminação e da padronização, a conservação do conhecimento foi profundamente modificada pela reprodutibilidade da imprensa, pois, a reprodução mecânica das prensas contrastava com a mão corrompedora dos copistas.

27. Cf. Eisenstein, 1979.

28. Assim podemos ler: “*Most rural villagers, for example, probably belonged to an exclusively hearing public down to the nineteenth century. Yet what they heard had, in many instances, been transformed by printing two centuries earlier*” (Eisenstein, 1979, p. 130). A autora também não se furta de acusar “*the bizarre typographical format*” ou mesmo “*the chaotic format of The Gutenberg Galaxy*”, conhecida obra de Marshall McLuhan. Tal adjetivação revela sua filiação iluminista, assim como sua preferência por uma linearidade lógica própria do *medium* que considera revolucionário.

29. “*After printing, large-scale data-collection did become subject to new forms of feed-back which had not been possible in the age of scribes.*” (Eisenstein, 1979, p. 111)

Dessa forma, com a impressão tipográfica, a durabilidade do suporte material tornou-se menos importante, ou seja, a abundância do papel substituiu a imutabilidade da pedra e a escassez dos pergaminhos³⁰. Se, por um lado, tornou-se mais clara a distinção entre o antigo e o novo, entre um processo de recuperar e conservar os textos da tradição (*recovery*) e descobrir algo novo (*discovery*); por outro lado, para se preservar o conhecimento não seria mais necessário escondê-lo ou trancafiá-lo em cofres ou lugares secretos, mas multiplicá-lo e torná-lo público³¹. Formada basicamente por uma maioria de literatos vulgares, essa classe distinta protagonizou uma significativa modificação na forma de ação social: a impessoalidade da comunicação impressa tornou possível uma “ação social à distância”, fazendo emergir um novo tipo de público que não possui um ideal definido, mas que é permeável à força das ideias³².

Ao efetuar um recorte conveniente que privilegia os impactos da imprensa dentro de uma comunidade letrada, Eisenstein posiciona essa mesma comunidade como o centro da produção e recepção do conhecimento. Tal recorte não parece ser compartilhado por Chartier, uma vez que, em seu amplo conceito de cultura, inclui a *diferença* produzida por apropriações de dentro ou de fora do âmbito de uma cultura letrada. Apesar de mostrar-se sensível à

30. Foi essa escassez, conjuntamente com sua materialidade, que fez dos pergaminhos e papíros suporte para palimpsestos, que, partindo de uma reutilização, faziam com que os textos fossem dispostos em diferentes camadas. Com a imprensa, esse tipo de “profundidade” se apaga, trazendo textos mais planos, cuja complexidade reside nas relações que tem entre si.

31. Before trying to account for an “idea” of progress we might look more closely at the duplicating process that made possible not only a sequence of improved editions but also a continuous accumulation of fixed records. For it seems to have been permanence that introduced progressive change. The preservation of the old, in brief, launched a tradition of the new. (Eisenstein, 1979, p. 124)

32. “A most important consequence of printing press (...) was that it did create a new kind of public for *idées forces*. The reading public was not necessarily vocal, nor did its member necessarily frequent composed of silent and solitary individuals who were often unknown to each other and who were linked only by access to bookshops, lending libraries, or *chambers de lecture* and, here and there, also membership in ‘corresponding societies’”. (Eisenstein, 1979, p. 149)

materialidade e à tecnologia, refletindo sobre a inegável importância da transição do manuscrito para o impresso, o historiador francês insere o advento da imprensa em uma “história de longa duração” da escrita e da leitura em que as transformações operadas pela invenção de Gutenberg teriam sua importância relativizada por outras transformações, como a mudança do pergaminho ao código³³, ou uma maior universalização da leitura, identificada no século XVIII.³⁴ Dessa forma não bastaria observar o impacto restrito a uma reduzida classe intelectual, sendo necessário observar de que maneira a instituição da imprensa, ao promover a separação entre letrado e não letrado foi capaz de excluir e absorver características de um e de outro. Foi a partir desta perspectiva que não exclui a diversidade de práticas culturais que nem

33. “De início, é claro que, em suas estruturas essenciais, o livro não foi modificado pela invenção de Gutenberg. De um lado, ao menos até princípios do século XVI, o livro impresso mantém-se muito dependente do manuscrito. Imita sua disposição em páginas, as escrituras, as aparências e, sobretudo, considera-se que deva ser acabado a mão: a mão do iluminador, que pinta iniciais ornadas e miniaturas; a mão do corretor ou *emendator*, que acrescenta sinais de pontuação, rubricas e títulos; a mão do leitor, que escreve na página notas e indicações marginais. De outro lado, e mais fundamentalmente, tanto depois quando de Gutenberg, o livro é um objeto composto de folhas dobradas, reunidas em cadernos ligados uns aos outros. Nesse sentido, a revolução da imprensa não significa a ‘aparição do livro’. Foi com efeito, doze ou treze séculos antes da nova técnica que o livro ocidental encontrou a forma que mantém na cultura do impresso.” (Chartier, 2003, p. 30-31)

34. Com a imprensa, o leque de utilização do objecto escrito alarga-se e, como corolário, forma-se uma rede de práticas específicas que definem uma cultura original, que esteve durante demasiado tempo reduzida à leitura (...) Reconhecer as particularidades produzidas pela invenção tipográfica não significa quebrar a continuidade que une a era do manuscrito e os tempos do objecto impresso. Em primeiro lugar, elas referem-se à própria forma do objecto. Foi durante os últimos séculos do livro copiado à mão que se pôs em marcha uma hierarquia duradoura que faz a distinção entre o grande fólio, ou “livro de mesa”, que tem que ser pousado para ser lido e que é um livro universitário e de estudo, o livro humanista, com o seu formato médio mais manuseável e que dá a ler textos clássicos e novidades literárias, e, finalmente, o livro transportável, de bolso ou de cabeceira, de múltiplas utilizações, religiosas ou seculares, para a grande maioria dos leitores. (...) Uma segunda poderosa razão leva-nos a inscrever a cultura do impresso no seu enraizamento de longa duração. Com efeito, foi bastante antes da invenção de Gutenberg que surgiu no Ocidente uma maneira de ler, em silêncio e com os olhos, que entre em ruptura com a leitura necessariamente oralizada, universal (ou quase) durante muito tempo. (Chartier, 1998, p. 10-11.)

sempre conduz os textos aos seus significados pretendidos quando se revela uma oscilação que caracteriza os textos em suas passagens por meios técnicos e sociais sem reduzi-los a um ou a outro, seja manuscrito ou impresso, seja dito ou escrito, seja lido em voz alta ou silenciosamente. Adotando este movimento oscilante, Chartier, em *A ordem dos livros*, define ambigualmente “cultura” para revelar o cerne de sua obra:

desencadear uma reflexão de alcance mais geral sobre as relações recíprocas mantidas pelas duas significações que, espontaneamente, atribuímos ao termo cultura. Aquela que designa as obras e os gestos que numa dada sociedade justificam uma apreensão estética e intelectual; e aquela que trata das práticas comuns, “sem qualidades”, que exprimem a maneira através da qual uma comunidade (...) vive e pensa a sua relação com o mundo, com os outros e com ela mesma. (CHARTIER, 1994, p. 8-9)

Nesta significação ambígua de cultura reside a possibilidade de abordar uma tradição diante de suas constantes transformações técnicas e sociais, assim como as práticas de apropriação fugazes e irregulares que atravessam e constituem os circuitos comunicativos sem, no entanto, determiná-los. Dessa forma compreendemos que todo texto é configurado a partir de sua *dependência* de regras, como aquelas definidas pelo mecenato ou pelo mercado, e de determinações materiais que fazem com que ela seja concebível, comunicável e decifrável. Entretanto, apesar de produzidos no interior de uma ordem específica, são decifrados por esquemas mentais particulares que distinguem uma cultura. É possível adotar essa dinâmica que contrasta as restrições do sistema de produção com a liberdade relativa do leitor como articulação paradoxalmente exemplar entre *dependência* e *diferença*. Se a *dependência* diz da forma como as condições de possibilidade e de inteligibilidade se inscrevem nas invenções estéticas e intelectuais, por seu lado, a *diferença* diz das formas pelas quais as sociedades separam no cotidiano práticas particulares.

Para enfrentar o necessário desafio historiográfico dos meios de comunicação no Brasil, especialmente no contexto do jornalismo, Marialva Barbosa (2009) traçou um panorama dos estudos existentes em quatro eixos e seus respectivos riscos e limitações: 1) Descrição linear e orientada acerca do (des)

aparecimento de periódicos importantes, a) muitas vezes limita-se na mera perspectiva factual; 2) análise, predominantemente monográfica, das modificações de estruturas internas dos periódicos, observando um caso único ou pequeno grupo, b) em geral apresenta ênfase na ação individual dos atores e risco da ausência de conexões entre “características descritas e observadas e as transformações históricas e sociais”; 3) estudo ideológico e/ou política dos periódicos, priorizando aspectos discursivos, c) a ênfase discursiva implica em apagamento da historicidade nos limites específicos de cada tempo e espaços sociais; e 4) foco em determinado contexto histórico, sob o qual é examinada a evolução e/ou desaparecimento de um periódico, d) relega-se a um plano secundário a dimensão interna dos meios, assim como seus aspectos técnicos, discursivos e profissionais. (RIBEIRO e BARBOSA, 2009, pp. 7-8) Como resposta às limitações do panorama traçado recentemente, a pesquisadora enfatiza a relação de produtores e leitores dos meios de comunicação inserindo-os em sua própria historicidade, tática que aponta para a mesma oscilação buscada pela dinâmica entre dependência e diferença:

Não interessa apenas o que foi registrado, mas também o oculto, o silenciado, os vestígios que restam desse passado. Nessa história, destaca-se a apreensão do social e a percepção da narrativa como lugar da imaginação produtora de sentidos, visualizando o processo da comunicação como um sistema histórico. Neste processo tem tanta importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a mensagem, como a forma como o leitor entendeu, nos limites de sua cultura, os sinais impressos. Importa, pois, a apropriação diferenciada de mensagens feita por este que nomeamos público e que viveu num mundo pleno de significados. Importa, sobretudo, os testemunhos do passado, apreendidos como reconstrução ou “trabalhos de memória”. Propomos, portanto, a reconstrução (e sempre como reconstrução) da história dos meios a partir dos indícios. É preciso entender como as idéias são transmitidas (BARBOSA e RIBEIRO, 2009, p.11)

2. Trilhando um caminho não-hermenêutico

Na busca de uma construção histórica que leve em conta a compreensão de seus processos de transformação, Hans Ulrich Gumbrecht se afasta da

noção de uma história holística, regida por leis que pretendem descrever uma realidade totalizada. Diante das dificuldades para definir um horizonte e as relações entre as várias perspectivas possíveis (econômica, política, cultural, literária, etc.), o autor se apoia em Niklas Luhmann para buscar na “história das formas de comunicação e dos meios de comunicação o substituto funcional para a antiga história em si mesma” (*apud* GUMBRECHT, 1998a, p. 71). Foi o conceito de “sistemas sociais”, desenvolvido por Luhmann, que levou Gumbrecht a analisar a materialidade dos *media* como determinante para o sentido. Ao notar a importância central da comunicação na articulação dos sistemas sociais, Luhmann implicaria as transformações dos *media* em todos os outros subsistemas sociais³⁵.

Para exemplificar historicamente as relações entre materialidade e sentido, Gumbrecht (1998) recorre ao século XV, quando a rápida ascensão do Reino de Castela à condição de primeira superpotência de alcance mundial coincide com a substituição dos manuscritos em pergaminho por livros impressos. As prensas tipográficas, cuja presença foi amplamente estimulada pelos reis Fernando e Isabel, realizaram uma ampla “transcrição da vida cotidiana”, substituindo os traços do corpo nos manuscritos pelo aparecimento da figura de um autor, cujas intenções se faziam notar nos textos impressos pela recorrência de estilos e ideias. Recuando à Idade Média, para desdobrar seu exemplo, Gumbrecht identifica na consolidação das línguas vernáculas em manuscritos, ao final do século XIII, um primeiro sintoma dessa transformação. Uma vez que a escrita já não era mais executada exclusivamente por clérigos, mas também por um número cada vez maior de escribas leigos,

35. João Cezar de Castro Rocha relaciona as formulações teóricas de Luhmann e Gumbrecht: “A teoria sistêmica estimula a investigação das condições de possibilidade de constituição de sentido já dado – seja este um texto tradicionalmente concebido como possuindo uma interpretação ‘correta’ ou mesmo concebido numa sofisticada teoria da recepção, segundo a qual o significado é resultado temporário de atos particulares de leitura. E aqui a teoria sistêmica forneceu a Gumbrecht o instrumental necessário para levar adiante a importância da materialidade dos meios de comunicação, uma vez que a emergência de sentido somente ocorre através do concurso de formas materiais. Em outras palavras, as condições concretas de articulação e de transmissão de uma mensagem influem no caráter de sua produção e recepção.” (ROCHA, 1998a, p. 18)

surge uma fratura na divisão tradicional do trabalho. O sentido cosmológico fora, então, deslocado de um lugar autoevidente e intrínseco de uma hierarquia religiosa tradicional para um outro espaço social e comunicativo em que havia a necessidade de interpretar e explicar o sentido. A despeito dessa importante modificação, manuscritos vernáculos continuavam a evocar o corpo por meio da caligrafia dos escribas, vestígios corporais que se tornariam cada vez menos visíveis nos impressos.

Uma vez impressos, os textos não eram mais lidos como indicações para uma *performance* corporal, as intenções do autor deveriam estar explícitas para que fossem interpretadas pelo leitor. Nessa nova configuração, o impresso surge como um *medium* revestido de intenção, por meio do qual autores se comunicam com a consciência de seus leitores. O declínio da autoridade dos intérpretes e a diversidade dos contextos de recepção despertam a necessidade de se estabelecerem estratégias de interpretação para os textos que circulavam sem a presença de seus autores. A imprensa introduziu, então, um novo espaço de significação que dependia de uma eliminação do corpo, fazendo surgir uma nova estrutura mental para a era moderna: a subjetividade.

O deslocamento epistemológico proposto por Gumbrecht o leva a configurar, como resposta à consideração das materialidades da comunicação, um campo não-hermenêutico. Partindo da percepção de que as humanidades se afastaram de alguns tipos de fenômenos devido à atenção quase exclusiva aos princípios da hermenêutica, o autor reivindica uma revisão da centralidade da interpretação como postura privilegiada na apreensão do mundo. Importante notar que Gumbrecht parte de uma perspectiva ampla de hermenêutica ao distinguir crítica e campo, pois enquanto a crítica estaria junto às práticas institucionais do juízo (acadêmico, artístico, jurídico, religioso etc.), o campo hermenêutico consiste em um conjunto de aspectos que caracterizam o cotidiano da sociedade ocidental após a disseminação da imprensa.

A conotação negativa de expressões cotidianas como “leitura superficial” ou “pessoa superficial” indica o valor atribuído às superfícies e ao corpo, resultado de uma obsessão racional que busca por seu oposto, ou seja, pela “profundidade espiritual” que marca a interpretação do significado. Desprender-se dessa busca obsessiva pelo significado se faz necessário para

desautomatizar a experiência, aproximando-a de suas dimensões corpóreas e sensoriais, do que é tangível ao corpo, e revelar a materialidade da superfície, a sensualidade da presença, a gestualidade dos textos. Uma perspectiva não-hermenêutica deseja resgatar à atividade crítica o tema da superfície, da materialidade, do corpo, pois, dessa forma, aspectos estéticos da experiência poderiam ser considerados não só em relação aos significados, mas poderiam ser observados em seus movimentos de intensidade. Ao incluir na experiência do mundo a *performance* do corpo – que sempre interage com alguma materialidade no processo de significação –, o campo não-hermenêutico *desloca* o interesse pela identificação ou pela produção do sentido para a descrição das condições em que o sentido emerge.³⁶

Com a inclusão do campo não-hermenêutico no horizonte da crítica, desloca-se a atenção da semântica e das formas dos conteúdos para se considerarem “os mutáveis meios de comunicação como elementos constitutivos das estruturas, da articulação e da circulação de sentido” (GUMBRECHT, 1998a, p. 67). As mudanças estruturais pelas quais passam os meios de comunicação provocam um profundo impacto sobre o sentido e suas formas e também reconfiguram as funções dos processos comunicativos, interferindo sobre a mentalidade dos indivíduos envolvidos. Ao relacionar a centralidade da hermenêutica com as transformações no sistema comunicativo, ampliando sua área de influência para o cotidiano, Gumbrecht posiciona decisivamente os meios de comunicação na configuração de uma subjetividade moderna. Tanto nas primeiras formulações das materialidades da comunicação, quanto na configuração do campo não-hermenêutico e seus desdobramentos para o conceito de “produção de presença”, o deslocamento epistemológico sugerido por Gumbrecht destaca uma noção central de emergência, enfraquecendo a centralidade do sujeito na produção de saber. Ao historicizar a emergência da figura epistemológica do observador de segundo grau, indicando como

36. Assim como formulado por Gumbrecht: “No ambiente hermenêutico, a pergunta importante se refere às condições de resgate de um sentido que se tomava por incontestado. (...) [no campo não-hermenêutico] não mais procuramos identificar o sentido, para logo resgatá-lo; porém, indagamos das condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido.” (1998b, p. 147)

marco para sua inevitabilidade o século XIX, o autor questiona o pesquisador de ciências humanas que se auto observa no momento da observação. Ao privilegiar uma apropriação conceitual, as ciências que têm como objeto o homem, ou seja, o sujeito, afastam-se dos aspectos sensíveis do mundo. A partir de então, para algo se mostrar verdadeiro dependeria de um afastamento de aspectos “corporais” do fenômeno observado.

O campo não-hermenêutico sugere um horizonte conceitual que busca integrar formas de apropriação de mundo não-conceituais que foram eliminadas, desde a origem, do discurso das ciências humanas. Incluir as materialidades da comunicação significa buscar aspectos corpóreos e sensuais do significante, tematizar questões superficiais que seriam desprezadas pela hermenêutica. Desviando-se da obrigatoriedade interpretativa, mas sem abandonar seu compromisso crítico, o pesquisador poderá tratar uma das características mais importantes e produtivas dos chamados “estudos da recepção”: *as diferentes formas de apropriação do mundo*.

3. Meios e fins na releitura e na grafia da história contemporânea

Uma necessária reflexão historiográfica nos ensinou o que hoje parece evidente: as formas de grafar a história, em seus aspectos gestual e material, interferem nas narrativas que se apresentam como históricas. Neste sentido, algumas críticas internas ao campo, como as formuladas por Hayden White (1973) e Michel de Certeau (1975) e, revelaram que a “escrita da história” depende tanto das qualidades próprias da escrita, como das idiossincrasias estilísticas dos autores e de seus contextos históricos de produção. Tal reflexão, que encontra mais uma dobra reflexiva com a “história da historiografia”, resultou na consciência da materialidade e da qualidade comunicacional do fazer historiográfico. Diante de tal reflexão é possível extrair consequências políticas que indicam formas de compreender e inserir na pesquisa a história dos meios de comunicação.

A ilusão de uma linha do tempo, alimentada pela escrita de uma história cujos acontecimentos sucessivamente se encaixam em uma lógica ordenada por relações de causa e efeito, é o que alimenta a noção de progresso e de

seu movimento retardatário, o atraso. O que se estabelece como “passado” é definido como algo já conhecido e, se algo similar é reconhecido, qualifica-se a repetição como atraso. Determinados fatos, cuja seleção sabemos não ser relegada ao acaso, definem os pontos ordenados que desenham uma linearidade cronológica para a história. Ao diferenciar o presente do passado, a história moderna realizou uma separação inaugural da qual surge o “novo” em relação a um “velho”, o “vivo” que se distingue do “morto”. Dessa forma, o passado irrompe como um *outro*, caracterizando-se como algo diferente do que se é. O surgimento de uma fronteira do presente permite fazer da tradição um passado, excluindo-a; entretanto, se essa separação que se realiza pela/na escrita permitiu a substituição de representações tradicionais, foi a sensibilidade do leitor crítico, o que permitiu ver na história algo que aparentemente não estava lá. Curiosamente, talvez não se trate de uma leitura em profundidade, muito pelo contrário, para *ler a contrapelo*, como sugerido por Walter Benjamin, é necessária sensibilidade aos meios, ou seja, o leitor (ou o ouvinte, ou o espectador etc.) deverá estar atento às qualidades materiais do texto que se apresenta. Dessa forma ao reler a história será possível revelar o interdito, identificar vestígios ocultos, buscar temporalidades outras. O mesmo horizonte de sensibilidades poderá guiar a grafia de uma história contemporânea que se esforça conscientemente para incluir o que sua própria materialidade parece evitar.

Assim como a inversão antropológica estabeleceu o cozido como pressuposto ao cru, é importante questionar a linearidade que advém de sua própria técnica de produção escrita e sua ordenação impressa. Dessa forma, talvez seja possível formular um novo conceito de história, respondendo a uma das bem conhecidas teses sobre a história formuladas por Benjamin:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esta verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado uma norma histórica. O assombro com o

fato de que os episódios que vivemos no século XX ‘ainda’ sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.

Cruzamentos com a antropologia e, especialmente, com a etnografia, que se interessa justamente pelo não-escrito, são férteis para conduzir novos conceitos à história. Para escapar à projeção linear e inequívoca do progresso é necessário compreender a diversidade de histórias e devires que se apresentam em diferentes culturas, assim como descreveu Lévi-Strauss em *Raça e História*. Agamben dialogou com o questionamento do progresso como norma histórica em obra de feliz título: *Meios sem fim*.

Ao destacar o gesto de comunicar como particularidade das formas-de-vida do humano, o filósofo trata de apagar a distinção inaugural entre pré-história e história, questionando a hierarquia e os privilégios da escrita diante de outras formas de comunicação. Abre-se então a possibilidade de reler e escrever a história a partir do gesto. Ao apontar o gesto como verdadeiro “conteúdo” do cinema, o filósofo explora, por um lado a possibilidades de ler este texto contemporâneo em sua qualidade de se referir às origens do comunicar humano, por outro lado, de forma simétrica, as imagens cinematográficas “escrevem” a história do gesto. Neste ponto podemos perceber como a noção expandida de texto inclui “elementos verboaudiovisuais, assim como sua natureza de mediador social”, pois a produção e recepção de signos textuais depende “do reconhecimento de sua natureza histórica, marcando sejam concepções de ‘gêneros’ textuais, sejam inscrições em contextos que marcam os textos de capa época”. (CARVALHO, 2013, p. 51).

Diante das múltiplas e intrincadas textualidades midiáticas contemporâneas, nos parece necessário que o pesquisador em comunicação considere seriamente os problemas políticos de visibilidade e “partilha do sensível” que implicam na existência cotidiana dos indivíduos e das comunidades. Neste sentido, Agamben esboça um caminho quando um o conceito de história se compromete com sua dimensão político-existencial:

A exposição é o lugar da política. Se não há, talvez, uma política animal, é apenas porque os animais, os quais já sempre estão no aberto,

não procuram apropriar-se de sua exposição, simplesmente habitam nela sem cuidar dela. Por isso, não se interessam por espelhos, pela imagem enquanto imagem. O homem, ao contrário, querendo reconhecer-se – isto é, apropriar-se de sua própria aparência – separa as imagens das coisas, dá a elas um nome. Assim, ele transforma o aberto em um mundo, ou seja, no campo de uma luta política sem tréguas. Essa luta, cujo objeto é a verdade, se chama História. (AGAMBEN, 2015, p. 88-89)

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim*. Notas sobre a política. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de Comunicação e história: um universo de possíveis. IN: RIBEIRO, Ana Paula Goulart e FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Mídia e Memória** – a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, pp.15-34.
- BARBOSA, Marialva Carlos e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas** – magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.197-221.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. Apontamentos teóricos e metodológicos para compreender as vinculações sociais das narrativas. IN LEAL, Bruno Sousa e CARVALHO, Carlos Alberto de (orgs.). **Narrativas e poética midiáticas** – estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013, pp.49-65.
- CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia Moretto, Guacira Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo, Ática: 1999. (2 v.)
- CERTEAU, Michel De. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1975].
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary Del Priore. Brasília: Editora UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre, Artmed: 2001.

- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. Tradução Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CHARTIER, Roger (Coord.). *As utilizações do objecto impresso. (Séculos XV-XIX)*. Tradução Ida Boavida. Algés: Difel, 1998.
- CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da leitura*. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- GUMBRECHT, H. U. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998a.
- GUMBRECHT, H. U. *Corpo e forma*. Ensaios para uma crítica não-hermenêutica. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998b.
- GUMBRECHT, H. U. & PFEIFFER, K. L. (orgs.). *Materialities of Communication*. Translated by William Whobrey. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- GUMBRECHT, H. U. Materialidades de Comunicação: viagem de uma intuição. In: SÜSSEKIND, Flora e DIAS, Tânia (orgs.). *A historiografia literária e as técnicas de escrita*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, Viera e Lent, 2004b.
- GUMBRECHT, H. U. *Production of presence. What meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004a.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1980.
- LUHMANN, N. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques. *Partilha do sensível*. Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2005.
- ROCHA, João Cezar de Castro. Introdução. In GUMBRECHT, H. U. *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998^a.
- WHITE, Hayden. *Meta-história*. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995 [1973].

SOBRE OS AUTORES

BRUNO SOUZA LEAL

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas, com apoio da Capes, do CNPq e da Fapemig, são dedicadas ao Jornalismo, à Narrativa, às relações de Gênero, à Televisão e à Historicidade dos processos comunicacionais. Bruno Souza Leal é um dos coordenadores do *Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência*, doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) e pesquisador do CNPq

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas, com apoio da Capes, do CNPq e da Fapemig, são dedicadas ao Jornalismo, Narrativa, relações de Gênero, Aids e Homofobia. Carlos Alberto de Carvalho é um dos coordenadores do *Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência*, doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), com pós-doutorado pela Universidade do Minho (Portugal), e pesquisador do CNPq.

GEANE CARVALHO ALZAMORA

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas, com apoio do CNPq (Produtividade em Pesquisa - Processo n. 311914/2016-0), Fapemig (PPM - 00263-15) e Capes (BEX 2390/14-0), abordam jornalismo, transmídia e semiótica. Geane Alzamora é membro do Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermidiáticas, vinculado ao Centro de Convergência de Novas Mídias (CNPq/ UFMG), jornalista pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, mestre e doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-doutora pela Universitat Pompeu Fabra (Espanha).

ELTON ANTUNES

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas são voltadas para o Jornalismo e as culturas jornalísticas. Integrou o grupo de pesquisa GRIS - Imagem e Sociabilidade. Elton Antunes publicou diversos artigos científicos e organizou livros no Brasil e em outros países, é doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea, com pós-doutorado pela Universidade do Minho (Portugal) e pesquisador do CNPq.

CARLOS JÁUREGUI

Professor Associado do Instituto de Comunicação e do Centro Universitário UNA. Doutor em Comunicação Social. Sua pesquisa dedica-se às paixões no discurso das mídias. Carlos Jáuregui trabalhou como jornalista em mídias impressas, na internet e no rádio; produziu materiais didáticos para educação superior e fundamental; e participou de práticas educativas com rádio nas escolas municipais de Belo Horizonte.

RENNAN MAFRA

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidad Federal de Viçosa (UFV), doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Suas atividades científicas e acadêmicas se desenvolvem em torno de quatro áreas de pesquisa: comunicação, democracia e periferia; comunicação e experiência; processos de comunicação e de cooperação; dispositivos dialógicos e contextos organizacionais. Em torno dessas linhas, pesquisa temas como espaço público, comunicação organizacional, a participação nas políticas públicas, a comunicação pública da ciência, o meio ambiente e a saúde pública. É líder do *Copráticas - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Democracia e práticas sociais*.

JOANA ZILLER

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e pesquisadora no Centro de Convergência de Novos Meios. Doutora em Ciências da Informação (UFMG) com pesquisa sobre informação de qualidade e produ-

suários: semiótica, informação e usuário caníbal. Suas pesquisas atuais se desenvolvem em torno dos processos de iteração digital. Também é membro do Centro de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG.

CARLOS D'ANDRÉA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Lingüística Aplicada pela UFMG. Membro do Núcleo de Pesquisa em Conexões Intermidiáticas (NucCon) e vinculado ao grupo de pesquisa do CNPq Centro de Convergência de Novas Mídias.

CARLOS CAMARGOS MENDONÇA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ UFMG. Coordenador do Núcleo de Estudos de Estética, Experiência performativa e Comunicação. Pós-doutor em Comunicação pela Universidad Complutense de Madrid, Doutor em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Suas pesquisas se desenvolvem em torno da experiência estética e corporal, da teatralidade, da homossexualidade masculina e da propaganda.

PAULO BERNARDO FERREIRA VAZ

Doutor em Comunicação e Educação pela Université Paris XIII (Paris-Nord); Pós-doutor pela Universidade de Minho (2010). Professor na Universidade Federal de Minas Gerais. Desenvolve pesquisas sobre desenho e jornalismo gráfico, imagem, tipografia e publicidade nos meios impressos. Coordena projetos de cooperação entre pesquisadores da UFMG e da Universidade de Minho

GRAZIELA MELLO VIANA

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Desenvolve pesquisas relacionadas com o som, o rádio, as paisagens urbanas, a canção e a liderança dos jovens. Tem artigos em publicações nacionais e internacionais. É professora do Departamento de Comunicação da UFMG.

CARLOS FALCI

Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, na Pós-Graduação em Artes Visuais e Animação Digital e na graduação de Cinema de Arte. Suas pesquisas se voltam para a atualidade poética e política da memória. Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Tem artigos publicados no Brasil e em outros países.

BRUNO GUIMARÃES MARTINS

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Doutor em Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pesquisa a história dos meios de comunicação no Brasil, comunicação visual, tipografia, desenho gráfico, estética e publicidade.

NÍSIO TEIXEIRA

Professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Doutor em Ciências da Informação. Co-autor de quatro livros, autor de artigos científicos e atuou como jornalista. Suas pesquisas se voltam para o jornalismo e a música.

BRUNO LEAL

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas, com apoio da Capes, do CNPq e da Fapemig, são dedicadas ao Jornalismo, à Narrativa, às relações de Gênero, à Televisão e à Historicidade dos processos comunicacionais.

CARLOS ALBERTO CARVALHO

Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas, com apoio da Capes, do CNPq e da Fapemig, são dedicadas ao Jornalismo, Narrativa, relações de Gênero, Aids e Homofobia.

GEANE ALZAMORA

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil), na graduação e na pós-graduação. Suas pesquisas, com apoio do CNPq (Produtividade em Pesquisa - Processo n. 311914/2016-0), Fapemig (PPM - 00263-15) e Capes (BEX 2390/14-0), abordam jornalismo, transmídia e semiótica.